

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior
(Organizador)

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA PROMOÇÃO DO TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAIBA



XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR
(ORGANIZADOR)

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA
PROMOÇÃO DO TURISMO COMO ALTERNATIVA
DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DA PARAÍBA



CAMPINA GRANDE - PB
2018

© dos autores e organizadores
Todos os direitos desta edição reservados à EDUF CG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UF CG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUF CG

S729c	Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de. O conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do Estado da Paraíba / Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (org.). – Campina Grande: EDUF CG, 2018. 175 p. Formato: E-book. ISBN 978-85-8001-227-9 1. Geografia Geral. 2. Geografia Urbana e Regional. 3. Turismo. 4. Produção do Espaço. I. Título. CDU 911
-------	---

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUF CG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UF CG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UF CG

Simone Souza Cunha da Silva
Revisão de língua portuguesa

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior
Capa

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

“Considero que o lugar está para o espaço, assim como a periodização está para o tempo. E na perspectiva desta análise, pautada na importância da identidade paisagística para o turismo, diria que a identidade regional é acentuada pela natureza e a identidade local por todas as formas de construção.”

Eduardo Yázigi,
em *A Alma do Lugar*

SUMÁRIO

PREFÁCIO <i>Giovanni de Farias Seabra</i>	09
APRESENTAÇÃO <i>Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior</i>	15
PARTE I	
REPENSANDO OS FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO GEOGRÁFICO DO TURISMO	
CAPÍTULO 1 Elementos da produção do espaço turístico <i>Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior</i>	27
CAPÍTULO 2 Caminhos percorridos na identificação dos espaços turísticos no Estado da Paraíba <i>Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior e Martha Priscila Bezerra Pereira</i>	51
Capítulo 3 Turismo e promoção da saúde: busca de critérios para classificação dos municípios no Estado da Paraíba <i>Martha Priscila Bezerra Pereira Luiz Manoel da Silva</i>	81
PARTE 2	
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS SOBRE GEOGRAFIA DO TURISMO	
CAPÍTULO 4 A inclusão do sistema jardineiras como alternativa à consolidação do espaço turístico de Campina Grande-PB <i>Yury Araújo de Lima</i>	111
CAPÍTULO 5 A inclusão do município de Fagundes na produção do espaço turístico da microrregião de Campina Grande <i>Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior Marcicleide da Silva Milanez</i>	127
CAPÍTULO 6 A inclusão do turismo cultural no Seridó paraibano: das heranças rupestres às novas expressões sociais <i>Jordânia Alyne Santos Marques</i>	151
ORGANIZADOR E AUTORES	173

De forma bastante genérica, a Geografia é concebida como o estudo da Terra. Todavia, a ciência geográfica tem como objeto de estudo o espaço físico global e suas diferenciações, compreendendo a sua origem, formação, dinâmica, evolução e delimitação.

O Turismo, por sua vez, corresponde ao setor econômico que prioriza as viagens de lazer, envolvendo o desfrute da paisagem, do patrimônio cultural, do consumo de produtos e do uso de serviços.

Paisagem e lugar são conceitos fundamentais para a compreensão da Geografia e do Turismo, quanto a estrutura, funcionalidade e atrativos paisagísticos que caracterizam o espaço territorial. Os principais atrativos turísticos são compostos de elementos geográficos formadores da paisagem, como a geodiversidade, a biodiversidade, as massas hídricas, o patrimônio cultural e o modo de produção econômica. As paisagens culturais evoluíram segundo as intervenções da sociedade na natureza, e, por isso, são também chamadas paisagens humanizadas. São exemplos de paisagens culturais os espaços agrários, as áreas urbanas, as vilas e os povoados. Assim como os lugares naturais estão reunidos em áreas pro-

tegidas abertas ao turismo, as terras agrícolas, as vilas e as cidades integram os roteiros turísticos.

O método geográfico, associado aos outros campos do conhecimento científico, é uma ferramenta eficaz para a compreensão da distribuição dos fenômenos na Terra, sejam eles físicos, biológicos, econômicos e, portanto, turísticos. A análise integrada da paisagem contribui no planejamento ambiental e na redução dos impactos sobre os sistemas naturais e culturais. O método geográfico aplicado ao ordenamento territorial, à requalificação dos espaços urbanos, à gestão de bacias hidrográficas, ao manejo e à gestão de unidades de conservação tem contribuído significativamente para a preservação dos bens naturais e culturais, sobretudo quando possui caráter multidisciplinar e participativo.

A concepção dialética da interação entre os diferentes aspectos que envolvem a sociedade e a natureza serve como suporte à investigação geoecológica da paisagem. O diagnóstico ambiental permite conhecer os diversos ambientes urbanos e rurais, definindo áreas homogêneas e possibilidades de uso sustentável. O método geográfico de análise territorial utiliza como ferramenta os Sistemas de Informações Geográficas – SIGs, tomando como base imagens de satélites, fotografias aéreas e mapas georreferenciados, apresentando como produto final o zoneamento ambiental. Esses recursos metodológicos e instrumentais são instrumentos eficazes no planejamento de territórios, zonas e áreas turísticas, como também na execução dos programas de gestão territorial.

As preocupações quanto ao futuro das cidades brasileiras têm sido um dos principais vetores de embates entre os atores responsáveis pela organização do espaço geográfico em decorrência das necessidades “reivindicadas” pela sociedade e limitações impostas pela economia-mundo. A investigação geográfica, por sua vez, permite identificar a aptidão do espaço para captar novos fatores socioeconômicos de desenvolvimento sustentável local e regional, a exemplo do turismo.

A não observância dos métodos e instrumentos da ciência geográfica incentivou a difusão do turismo de massa e a valorização das orlas marítimas como principais opções para instalação dos megacomplexos turísticos em todo o mundo. Como consequência, os lugares outrora turísticos são transformados em não lugares, evidenciando a degradação ambiental e a exclusão social.

Por outro lado, o turismo, quando planejado segundo o modelo estrutural sistêmico, cuja sustentação se dá através dos elementos naturais, socioeconômicos e culturais regionais e locais, tem seus custos de implantação e de manutenção sensivelmente reduzidos. A integração desses elementos incentiva a inserção de novos serviços e produtos e impulsiona os arranjos produtivos locais. Os custos de implantação são reduzidos e os lucros garantidos, possibilitando as visitas interativas e, ao mesmo tempo, a elevação do padrão de vida da comunidade residente.

Como importante fator de desenvolvimento, diante da economia mundializada, o planejamento do turismo deve adequar-se às escalas de nível local, municipal, regional, na-

cional e global. Via de regra, os planos estratégicos e as ações empreendidas pelos órgãos governamentais para o setor turístico visam prioritariamente à reprodução do capital, mantendo à margem do desenvolvimento importantes setores da sociedade, especialmente os pequenos e microempresários e a mão de obra local. Por outro lado, o planejamento turístico, quando estruturado num modelo sistêmico e descentralizado, alcança o desenvolvimento equilibrado, associado aos outros setores econômicos, como agricultura, pecuária, pequenas unidades comerciais, artesanato e serviços.

O turismo sustentável favorece o desenvolvimento da economia local e regional, promovendo uma maior integração entre muitos objetivos conflitantes, como proteção de recursos naturais e culturais, fornecimento de atividades recreativas e geração de benefícios econômicos. As localidades turísticas precedidas de planejamento cuidadoso, com a participação da comunidade local, logram maior êxito em termos de satisfação por parte dos visitantes, benefícios econômicos e mínimos impactos negativos. Assim, quando os residentes participam de todas as fases de planejamento e implantação do projeto turístico, aumentam as possibilidades de melhoria dos seus padrões econômicos, da qualidade de vida e do nível educacional, sem o comprometimento do patrimônio natural e cultural. No planejamento participativo, cada comunidade identifica seus próprios objetivos, desejos e atividades que refletem a realidade vivida. Sem a participação dos residentes nas diversas fases de planejamento e execução do plano turístico, aumentam as chances de prejuízos econô-

micos potenciais e de perda da identidade cultural, causados pela imposição dos padrões econômicos globais.

Os circuitos turísticos são implantados através da criação de uma rota de ligação entre os municípios que integram uma determinada zona turística e situados relativamente próximos entre si. De superfície variável, a zona turística representa uma unidade de análise e de estruturação do universo espacial turístico de um país. Essas macrounidades da paisagem podem atingir uma extensão de algumas centenas de quilômetros, permitindo a elas tratamento geocológico no planejamento ambiental e turístico.

O agrupamento dos municípios turísticos e potencialmente turísticos em zonas reduz os custos do investimento em infraestrutura e serviços. Os circuitos assim concebidos encurtam as distâncias e possibilitam maior mobilidade e entretenimento ao visitante. Aumentando o número de lugares visitados, o turista tem mais oportunidades para conhecer atrativos diversos e vivenciar os hábitos, mitos, ritos e festejos característicos de diferentes comunidades.

Ao compreender uma estrutura espacial descentralizadora, os circuitos turísticos contrapõem-se à política de criação de polos de desenvolvimento. Os polos turísticos, ao contrário, concentram a riqueza em alguns pontos e geram miséria no restante da região, enquanto que os circuitos integrados proporcionam o desenvolvimento com distribuição de renda a custos reduzidos. Além dos atrativos turísticos, uma zona turística deve contar, em seu território, com equipamentos e serviços, infraestrutura de estradas, vias de aces-

so e transportes, relacionando entre si os diversos elementos que compõem o espaço turístico.

A ausência de ações de planejamento voltadas para a criação de espaços turísticos por parte do poder público, associada à falta de investimentos do setor privado, trouxe consigo a implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística, os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil. Tal quadro de referência pode ser constatado no Estado da Paraíba através da presente obra, com o registro de dados coletados em atividades de campo realizadas entre fevereiro de 2014 e maio de 2016. Assim, são apresentadas quatro áreas turísticas, compreendendo municípios da Zona da Mata, do Agreste, da Borborema e do Sertão paraibanos, caracterizados pela presença de espaços turísticos reais e potenciais. Fruto de pesquisas em gabinete e trabalhos de campo, acompanhados de análises e reflexões, os trabalhos aqui registrados apontam soluções para o desenvolvimento local e regional, através da implantação do turismo sustentável no estado da Paraíba.

Ótima leitura!

Giovanni de Farias Seabra

APRESENTAÇÃO

As preocupações quanto ao futuro das cidades brasileiras têm sido um dos principais vetores de embates entre os atores responsáveis pela organização territorial em decorrência das necessidades “reivindicadas” pela sociedade e da própria tendência da atual conjuntura da economia-mundo e sua interferência no processo de organização espacial.

Nesse contexto, a busca por alternativas que propiciem o desenvolvimento e a consequente inserção econômica apresentam-se como tendência normal ao processo da organização espacial. Isso se dá em decorrência de políticas que se complementam e se contrapõem a depender dos interesses dos atores ou do contexto da formação histórica do espaço onde as ações foram efetivadas, ou ainda no que se refere à aptidão do espaço na captação dos novos fatores socioeconômicos de inclusão espacial, como é o caso do turismo.

As contraposições inerentes aos embates formados pelas diversas ações praticadas ao longo da formação histórica do espaço geográfico pairam, em especial, sobre duas visões de mundo que juntas representam todo o mosaico dialético encontrado na organização espacial. Estamos nos referindo às noções de totalidade social e estrutura social.

Não obstante, percebe-se que a busca pelo desenvolvimento socioespacial¹ apresenta-se como uma preocupação comum aos mais diferentes atores sociais. A sua origem, assim como sua própria evolução, possui contradições e posicionamentos dicotômicos criados tanto pela conjuntura da organização espacial que vai delineando o espaço por parâmetros engendrados ao longo de sua formação histórica e ocupacional, como por descobertas acadêmicas voltadas para tentar explicar a dinâmica da realidade vivida pela sociedade em sua totalidade.

O fato é que a difusão do modelo capitalista, especialmente durante o século XX, fez com que os governantes investissem cada vez mais em programas de infraestrutura e favorecimento da locação de equipamentos urbanos, visando à dinamização econômica de seus centros administrativos. Dos diversos empreendimentos evidenciados, o turismo passa a ter um destaque progressivo ao se tornar um elemento estratégico ao desenvolvimento e organização espacial, especialmente para os centros urbanos que dispunham dos condicionantes (físico-naturais e socioculturais) favoráveis a essa atividade, embora de forma ainda limitada, proporcionando novas dinamizações ao espaço no qual é implementado.

Criam-se, por consequência, espaços de exclusão nos quais essas divergências, antes evidenciadas na escala ex-

¹ Permita-nos uma pausa para um breve esclarecimento. A partir deste ponto, o(a) leitor(a) perceberá que, em algumas situações, os autores utilizarão o termo sócio-espacial (separado por hífen) e, em outras, o termo socioespacial sem o hífen. No desenvolvimento das atividades de organização, solicitamos que adotassem os critérios e argumentos apresentados por SOUZA (2015) no uso desses termos: nos momentos em que analisam apenas o espaço social, recomendamos o uso da escrita sem o hífen; e, quando a preocupação estiver relacionada à análise das relações sociais no espaço, que incluíssem o hífen para separar as palavras.

trarregional, passassem a ser visualizadas também - de forma mais significativa - na escala intrarregional. Já os fatores que as motivam podem ocorrer de forma externa (novos processos evidenciados em escala mundial) ou interna (autonomia administrativa decorrente da (re)democratização do país na década de 1980). Entre os fatores externos, destacam-se a globalização (abertura de mercados), a reestruturação produtiva (desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção) e o neoliberalismo (minimização da participação do Estado no mercado), os quais passam a interferir diretamente nas escalas estadual e municipal, obrigando-as a se adaptarem a essa nova conjuntura. Já o segundo, de origem interna, decorre de uma maior autonomia dos municípios, que passam a fornecer as condições ideais para que os empreendedores privados e a própria sociedade civil organizada participem do debate sobre a definição das políticas regionais de desenvolvimento.

Associando esse raciocínio à inserção do turismo na organização espacial, poderíamos identificar que tanto a infraestrutura como a superestrutura, enquanto elementos básicos para o desenvolvimento dessa atividade, são interdependentes tendo em vista a flexibilidade da escala de atuação de cada um. De fato, enquanto a superestrutura, comandada pelo poder público e pelas empresas privadas, é condicionada pela necessidade de espaços para exercer a sua territorialidade (desenvolvimento de espaços turísticos), a infraestrutura (sistema de objetos e ações relacionadas ao empreendedorismo do turismo) tem se tornado cada vez mais dependente do modelo global e das estratégias do governo e das grandes empresas que representam o setor de turismo.

Concomitante a esses fatores, ocorre, no caso do Brasil, a difusão do turismo de massa e a valorização das orlas marítimas como principais opções de lazer. As administrações municipais, em sua maioria, passam a fazer fortes investimentos em obras de infraestrutura urbana (rodovias, aeroportos, obras de restauração, etc.) e estímulo à difusão de equipamentos urbanos (hotéis, pousadas, restaurantes, etc.), elementos indispensáveis para a atração do turista uma vez que servem de estímulo à criação de uma infraestrutura turística. Embora isso tenha se desenvolvido em praticamente todas as capitais, foi no Nordeste onde esses investimentos se apresentaram como elementos-chave no processo de reorganização espacial, embora não de forma homogênea.

De fato, a difusão do turismo no Nordeste brasileiro não ocorreu por acaso. De um lado, foi nessa região que os agentes de turismo encontraram a combinação ideal segundo o modelo predominante na escala mundial - valorização da tríade sol, praia e mar. Por outro lado, foi com o estímulo ao desenvolvimento dessa atividade que o governo federal pôde “amenizar” a má impressão deixada pela ineficiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da valorização das propriedades físico-naturais da região (morfológica e climática), adequadas ao modelo de internacionalização ou de massificação do turismo.

A paisagem natural se torna, assim, o principal elemento na seleção dos espaços destinados ao desenvolvimento da atividade turística, especialmente as litorâneas. Nesse contexto, as administrações municipais, orientadas pelo padrão de desenvolvimento estimado pelo governo federal, fo-

ram direcionadas ao investimento em obras de infraestrutura urbana (facilidades de fluxo, saneamento básico, criação de áreas de recreação, etc.) e à elaboração de políticas de viabilização do turismo como estratégia de desenvolvimento. Associada à falta de investimentos do setor privado, a ausência de ações de planejamento voltadas para a criação de espaços turísticos por parte do poder público trouxe consigo a implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística, os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil.

Essa nova forma de “se fazer turismo” vem, no entanto, sendo motivo de preocupações uma vez que é feita, majoritariamente, de forma amadora, fato que pode resultar em danos irreversíveis ao meio ambiente. Isso, no entanto, se deve ao “despreparo” do setor público quanto ao seu papel de gestor e real articulador dessa nova prática de se fazer turismo e às dificuldades econômicas que influenciam o confronto com as normas estabelecidas pelo poder público.

Tal quadro de referência pode ser constatado no Estado da Paraíba, através do levantamento de dados e atividades de campo realizadas entre fevereiro de 2014 e maio de 2016. Foram mapeadas quatro áreas turísticas, das quais duas já se congregam como zona turística. A primeira área compreende municípios da região geográfica intermediária de João Pessoa² e possui como característica a presença de espaços turísticos reais e potenciais em processo de estruturação.

² Por considerarmos o fato de que esta nova classificação do IBGE (reconhecimento de regiões geográficas intermediárias e imediatas) ainda é recente, optamos por deixar a critério dos autores a sua adoção. Dessa forma, em alguns capítulos, o leitor poderá se deparar com a menção à antiga classificação por mesorregiões geográficas e microrregiões geográficas.

A segunda área compreende municípios da região geográfica intermediária de Campina Grande, os quais, apesar de promoverem eventos e atividades, possuem grandes fragilidades em termos de integração de atributos, a exemplo do próprio centro turístico mapeado, que possui deficiência em sua funcionalidade como espaço turístico. Os demais municípios mapeados estão localizados nas regiões geográficas intermediárias de Patos e de Souza-Cajazeiras, tendo sido caracterizados como potenciais e carentes de elementos de estruturação.

Os resultados obtidos apontam para a existência de uma sobrevalorização de alguns espaços enquanto palco de exclusividade para o desenvolvimento turístico: seja por disporem de elementos espaciais bem mais definidos; seja pela falta de fundamentos voltados para reavaliar a eficiência desse modelo, que valoriza o turismo como atividade “imóvel”, ou ainda decorrente da não participação direta da sociedade enquanto elo na formulação de espaços turísticos, o que tem desestimulado a afetividade das pessoas com os espaços onde as atividades são realizadas e a consequente degradação do meio ambiente.

A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), edital universal 14/2013 (472964/2013-5), da qual participaram pesquisadores e estudantes vinculados aos Grupos de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDS) e ao Grupo de Pesquisas em Geografia para Promoção da Saúde (PrósaúdeGeo).

Os resultados obtidos estão compilados nesta obra, sendo subdivididos em duas partes: *Repensando os funda-*

mentos para o estudo do turismo e Relatos de experiências de pesquisas sobre Geografia do Turismo. A primeira parte está subdividida em três capítulos. No capítulo 1, “Elementos da produção do espaço turístico”, o professor Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior realiza uma breve contextualização da relação entre Turismo e Geografia, observando elementos da produção do espaço turístico. O texto propõe a realização de uma análise crítica da relação do turismo como uma “ciência das paisagens” em processo de consolidação, identificando as convergências e dissidências nos argumentos que subsidiavam essa hipótese. O autor considera o turismo como produto de intencionalidades e inexistência de regiões turísticas.

No capítulo 2, “Caminhos percorridos na identificação dos espaços turísticos no Estado da Paraíba”, os professores Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior e Martha Priscila Bezerra Pereira contextualizam os caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa, observando os desafios superados para se conseguir o mapeamento dos espaços turísticos no Estado da Paraíba. Pautando-se na pesquisa quali-quantitativa, os autores apresentam um mapeamento dos espaços turísticos do estado, considerando que estes se materializam de quatro formas: reais, potenciais, naturais, culturais e artificiais. No capítulo 3, “Turismo e promoção da saúde: busca de critérios para classificação dos municípios no Estado da Paraíba”, os autores Martha Priscila Bezerra Pereira e Luiz Manoel da Silva incluem o indicador promoção da saúde como elemento estratégico à produção do espaço turístico no Estado da Paraíba. Em suas análises, observam como turísticos os espaços muitas vezes negligenciados pelos

sujeitos sociais, cuja atuação promoveria bem-estar e qualidade de vida, aproximando-se da natureza com o surgimento da atividade turística.

Já a segunda parte é dedicada à apresentação de resultados pontuais identificados por estudantes pesquisadores vinculados aos Grupos GIDS e/ou Pró-saúdeGEO. O capítulo 4, “A inclusão do ‘sistema jardineiras’ como alternativa para consolidação do espaço turístico de Campina Grande”, escrito pelo geógrafo Yury Araújo de Lima, pauta-se na confirmação de uma das hipóteses que passaram a nortear a pesquisa maior: para serem funcionais, os espaços turísticos necessitam de planejamento. O autor utilizou como recorte territorial a região geográfica intermediária de Campina Grande, propondo a inclusão do “sistema jardineiras” no município de Campina Grande e região como alternativa para consolidação do turismo, tanto na escala intraurbana como na escala intrarregional. Já o capítulo 5, “Uma análise geográfica da produção do espaço turístico de Campina Grande e região de influência”, escrito por Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior e Marcicleide da Silva Milanez, corresponde a um estudo sobre a regionalização do turismo, tendo como recorte territorial os municípios da região do Brejo paraibano. Finalmente, no capítulo 6, “A inclusão do turismo cultural no Seridó paraibano: das heranças rupestres às novas expressões sociais”, a geógrafa Jordânia Alyne Santos Marques realiza uma análise sobre os elementos de consolidação do turismo na região do Seridó paraibano. Os resultados obtidos foram importantes para subsidiar a pesquisa maior no que se refere à elaboração das zonas turísticas.

Além da produção desta obra, a pesquisa possibilitou a confecção de um vídeo-documentário que subsidiará as futuras políticas de desenvolvimento territorial. A expectativa é de que este trabalho atenda diferentes segmentos da sociedade, por despertar interesses tanto dos envolvidos diretamente com o turismo quanto dos curiosos pelo tema em relação à Geografia.

Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (UAG/UFPG)

Organizador

PARTE 1

REPENSANDO OS FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO GEOGRÁFICO DO TURISMO

ELEMENTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR

INTRODUÇÃO

Reconhecido como uma das mais importantes atividades econômicas dessas primeiras décadas do século XXI, o turismo é caracterizado como uma viagem ou excursão feita por prazer a locais que despertam interesse, especialmente nos países capitalistas, onde se estimula o consumo através de propagandas nos meios de comunicação; e como a busca pelo ócio nos períodos de férias e nos fins de semana, para viagens turísticas tanto de longo quanto de pequeno percurso.

Para Barreto (2003), no início do século XVIII, o ócio era atribuição de classe e não divisão do tempo de todas as pessoas, havendo, assim, a classe dos que trabalhavam e a dos que não trabalhavam. Dessa maneira, a classe ociosa era aquela que gastava seu tempo com atividades não produtivas, pois consideravam o trabalho indigno, e que mostrava a todos que tinha dinheiro suficiente para viver sem produzir.

O tempo era consumido com músicas, declamações, conhecimento de línguas mortas; o dinheiro era gasto com futilidades e prazeres. Essa classe social não necessitava trabalhar, fato que inviabilizava a aproximação do ócio à noção de lazer.

Somente no fim do século XIX que surge algo semelhante ao conceito de lazer. Passando este a ser considerado uma das necessidades das pessoas para restaurar suas forças de trabalho, a partir do consumo de paisagens (ambientes) que promovessem o bem-estar do visitante.

De acordo com Barreto (2003), para que ocorra o consumo do lazer, faz-se necessário que as pessoas preencham inicialmente as necessidades vitais, ou seja, alimentação, vestimentas, habitação, transportes, etc. O turismo apresenta-se como uma das necessidades secundárias, decorrente das atividades de lazer dentro do tempo livre das pessoas, sendo este entendido como ausência de atividades laborais, tais como fim de semana ou férias.

O fato é que, devido a sua natureza espontânea, o turismo expressa um caráter polissêmico em seu significado. Tal fato tem despertado o interesse de diferentes áreas do conhecimento quanto à necessidade de se pensar os procedimentos metodológicos e fundamentos teórico-conceituais. Inserida nesse contexto, a geografia tem adquirido uma posição de destaque devido à atenção especial destinada pelos profissionais nas mais diferentes especialidades de análise geográfica, apesar de ainda não terem se debruçado amplamente sobre o direcionamento de uma definição teórico-metodológica na abordagem geográfica do turismo, uma vez

que este, por si próprio, ainda não se constitui como ciência (BOULLÓN, 2002).

Rodrigues (1997) menciona que a geografia se interessou pelo estudo do turismo após a década de sessenta, devido ao avanço que tal atividade passou a exercer na economia no período pós-guerra, especialmente na Espanha, com Alberto Luís Gómez; e posteriormente na Alemanha.

Ao longo do tempo, foram feitos trabalhos sobre essa temática, sendo a maioria pertencente à geografia tradicional, avançando até a fase neopositivista. Em meio a tais estudos, destacam-se o de Jean Miossec (1977), que mostra modelos teóricos de espaços turísticos; e o de Douglas G. Pearce (1981), que propõe um esquema teórico de fluxos turísticos aplicados a Christchurch - Nova Zelândia. Na chamada geografia crítica, é dado ênfase às pesquisas de Remi Knafou, aplicadas aos Alpes Franceses (1979 e 1988), e Juan-Eugeni Sanches (1985), ao exibir uma proposta metodológica para o estudo do turismo do litoral fundamentada nos princípios marxistas. Recentemente, tem-se produzindo estudo indicando a onda ecológica, levando em consideração a necessidade de preservar o ambiente por meio de investigações nos parques nacionais e nas reservas ecológicas dos Estados Unidos e do Canadá.

Nesse sentido, nota-se a necessidade de uma base teórica mais profunda no âmbito da Geografia, a partir da análise da categoria paisagem cujo fundamento analítico proporciona o diálogo entre os estudos da dinâmica da natureza com a influência e as transformações decorrentes da ocupação.

Os elementos que aproximam o turismo da Geografia estariam, portanto, pautados na leitura sobre a produção e o consumo de paisagens como forma de produção e apropriação de espaços turísticos. Deve-se ainda salientar que o turismo e a Geografia estreitam laços através da materialização de uma prática comum: a atividade de campo, a qual, tanto no caso do turismo como no caso da Geografia, fornece os elementos básicos para compreensão dos eventos que influenciaram a produção e apropriação do espaço. Alguns desses eventos foram justamente as viagens de naturalistas como George Marcgraf e Alexandre Humboldt. O primeiro realizou expedições ao longo da costa brasileira, assim como no seu interior, desenhando mapas geográficos e descrevendo a paisagem; ao tempo em que o segundo buscou fundamentar geograficamente os espaços visitados. A esse respeito, Bolós & Capdeviila (1992) consideram Humboldt como o primeiro pesquisador a apresentar de forma coerente a estrutura da superfície terrestre, a partir da experiência obtida nas diversas expedições realizadas na Europa e na Ásia.

Tal relação nos levou a fundamentar a hipótese de que as contribuições da Geografia aos estudos dos espaços turísticos teriam como desdobramento o surgimento de uma nova ciência: a ciência das paisagens.

O presente capítulo surge para fundamentar essa reflexão. Para isso, além dessas breves reflexões introdutórias e das considerações finais, o texto está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada “O turismo como uma ciência (?): convergências e dissidências”, realizamos uma análise dos argumentos favoráveis e contrários ao reconhecimento de uma

nova ciência: a ciência das paisagens. Na segunda parte, realizamos uma revisão dos parâmetros conceituais e metodológicos que possam fundamentar os desafios da abordagem geográfica do turismo, ratificando o papel estratégico que a Geografia exerce no estudo sobre a influência da atividade do turismo no consumo e na produção de espaços.

O TURISMO COMO UMA CIÊNCIA DA PAISAGEM (?): CONVERGÊNCIAS E DISSIDÊNCIAS

Devido a sua natureza complexa, por corresponder a uma forma de produção e apropriação espacial, o turismo tem despertado o interesse dos geógrafos a partir da aproximação dos debates em torno da concepção de paisagem.

De acordo com Bolós & Capdevila (1992), a paisagem sustenta-se em dois parâmetros: **a) o da descrição e junção dos ambientes físicos; b) o da interpretação das recordações de imagens a que temos acesso.** O primeiro estaria associado à visão materialista ou fisiográfica (paisagens naturais e transformadas) produzida pela inter-relação sociedade e natureza; enquanto o segundo, à percepção do indivíduo sobre os aspectos paisagísticos, ou seja, uma representação subjetiva.

A concepção científica aparece nas formulações de Humboldt ao associar paisagem a um conjunto de formas que caracterizam a superfície da terra, produto das relações entre os elementos, possuindo uma estreita relação com a concepção de natureza. De acordo com Bolós & Capdevila (1992), a definição de natureza, para Humboldt, se adapta à definição de paisagem uma vez que aquela seria o que cresce e se de-

envolve a partir das transformações contínuas das suas formas e do seu movimento interior. Tal concepção serviu de parâmetro para a análise da paisagem por diferentes escolas científicas: germânica, anglo-saxônica, francesa, entre outras.

Das escolas analisadas pela autora como fundamento à existência de uma “ciência da paisagem”, a germânica ganha destaque por ter sido o berço do desenvolvimento de várias concepções sobre a análise da paisagem. Entre os autores mencionados por Bolós & Capdevila, destacam-se Richthofen – que apresenta uma visão da superfície terrestre como interseção dos geofatores (litosfera, atmosfera hidrosfera e biosfera); Passarge – pioneiro na identificação da paisagem em uma perspectiva global de interdependência dos fatores; Hettner – ao incluir o homem nessa perspectiva global de paisagem, intercalando os fenômenos naturais e humanos; Carl Troll – ao aproximar o conceito de paisagem às concepções formuladas pela ecologia (ecologia da paisagem, a qual foi posteriormente denominada de geoecologia, formulando, assim, reflexões sobre a paisagem natural e cultural); e Schluter – ao definir a visão fisionômica da paisagem como primeira aproximação da realidade da qual o homem se aproxima através da percepção dos sentidos (BOLÓS & CAPDEVILA, 1992).

A partir desse quadro de referência, seria possível classificar a paisagem segundo o funcionamento e a definição das suas unidades, levando em consideração a própria história de sua formação. A paisagem seria, assim, um sistema analisado segundo a escala espacial (tridimensional) e temporal (BOLÓS & CAPDEVILA, 1992).

Observa-se, portanto, que a produção do espaço turístico faz sentido no entendimento de sua materialização como recorte territorial (paisagem), ao tempo que pensar em região turística nos parece, efetivamente, um equívoco no entendimento metodológico adotado por muitos geógrafos, uma vez que a produção desses espaços decorre da seleção de territórios nos quais se destacam atrativos específicos, enquanto outros são ignorados devido à ausência de atrativos ou zonas turísticas.

Embora os argumentos estejam amparados na importância de levar em consideração o elemento antrópico (associado ao abiótico e biótico) como um dos vetores estruturais do geossistema e deleguem a devida importância ao espaço-tempo na classificação das paisagens, eles se abstêm de levar em consideração a subjetividade do homem como elemento de classificação (MELO, 2001). Essa perspectiva é oriunda da escola oriental, a qual foi bastante difundida no mundo ocidental através da produção de Yi-Fu Tuan. Ela tem como base teórica a fenomenologia e o existencialismo, correspondendo, segundo Melo (2001), à percepção do indivíduo acerca de uma determinada configuração paisagística (natural ou cultural).

A este respeito, Boullón (2002, p.119) adverte que o sentido da existência da paisagem depende da presença do homem, tendo em vista que a paisagem “se vai com o observador porque não passa de uma ideia da realidade que este elabora quando interpreta esteticamente o que está vendo”, sendo esta percepção variável entre os homens e ao longo do tempo. Dessa forma, a paisagem deve ser classificada tam-

bém como resultado de um objeto a ser observado e do interesse de alguém em observá-lo, dependendo, assim, de três fatores: **a) o inerente ao indivíduo** - forma de ser, capacidade imaginativa, etc.; **b) o educativo e cultural fornecido pela sociedade** - condicionantes da sensibilidade e atitudes do observador; **c) os emotivos, afetivos e sensitivos** - relação entre o observador e o meio ambiente (PIRES, 2002).

Nesse contexto, a percepção da paisagem teria como elementos básicos a própria paisagem (composta por formas naturais e humanizadas), a visibilidade (zona física de visão entre o observador e a paisagem), o observador e a interpretação (significado) deste sobre a paisagem observada (PIRES, 2002).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o conceito de paisagem possui uma relação intrínseca com o turismo à medida que este, independente da matriz que o sustenta, existe pela apreensão humana: seja pela apropriação, seja pelo consumo dos espaços (paisagens), caracterizando-se, portanto, como um dos principais conceitos responsáveis pelo turismo (LOHMANN, 2012).

O ponto de partida para isso é a análise do real significado de turismo, seguido por uma análise de como este pode interferir na produção e no consumo de espaços onde a paisagem aparece como ligação. Para esse entendimento, faz-se necessário um breve resgate sobre a “historiografia” do turismo.

Sem considerar o fato de a atividade turística remontar às práticas das primeiras civilizações (HOERNER, 2011), a exemplo das viagens produzidas para contemplação dos primeiros Jogos Olímpicos (776 a.C.), as construções de

estradas pelo Império Romano nos séculos II a.C. a II d.C., que facilitaram as viagens (SEABRA, 2003); e as peregrinações dos romeiros para Jerusalém, a análise científica do turismo remonta ao final do século XIX, quando do advento da máquina a vapor, do trem com vagão leito, etc. Tais equipamentos proporcionaram um maior deslocamento populacional, tendo seu ápice com o surgimento do transporte aéreo civil, o advento do ócio (CRUZ, 2002), implementado pelo capitalismo, e a descoberta das paisagens litorâneas como espaço *optimum* ao descanso e à fuga do estresse produzido pelas rotinas diárias.

Contudo, se de um lado o turismo propiciou o desenvolvimento dos locais onde se estabeleceu; por outro, sua implantação resultou em fortes alterações de suas paisagens, devido à exaustão do uso dos espaços selecionados e à preocupação “tardia” com o equilíbrio ambiental. Isso levou o poder público a tomar a dianteira no que se refere à criação de políticas públicas destinadas ao controle da implantação das atividades turísticas em espaços predefinidos. Dessa forma, o turismo deixa de ser algo produto da “contingência” para se transformar em uma forte arma de reordenamento paisagístico, ao constituir tanto espaços de inclusão como espaços de exclusão. Mas o que seria realmente o turismo? Até que ponto essa atividade interfere realmente na dinâmica das paisagens?

Oliveira (2001, p. 39) considera o turismo uma “ciência, arte e atividade capaz de atrair, transportar e alojar visitantes, com o objetivo de satisfazer suas necessidades e seus desejos”. Ao recorrer à definição da Organização Mun-

dial do Turismo (OMT), a concepção relaciona-se a um “conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos” (OLIVEIRA, 2001, p.39). Tanto a primeira como a segunda são teoricamente frágeis.

Pires (2002) entende que o turismo não pode estar limitado a um resultado econômico, financeiro, político, social e cultural. É também isso, mas principalmente o reflexo temporal dessas influências em um determinado espaço, com escalas hierárquicas diferenciadas, porém indissociáveis, assimiladas por um observador. Nesse contexto, Pires (2002, p.162) compreende a paisagem como um elemento essencial para o turismo ao compreender que este “pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui como elemento essencial”.

Avançando um pouco mais nessa perspectiva, Rodrigues (1997) utiliza o termo espaço turístico para identificar a influência dessa atividade no consumo do espaço uma vez que seus aspectos (elementos) são dotados de territorialidades e intencionalidades. Completa ainda ratificando a importância do estudo da paisagem ao enquadrá-la como um extraordinário recurso, sendo importante a análise da imagem (percepção) que a paisagem produz no observador e como este interfere em sua dinâmica.

A Geografia assume um papel de destaque uma vez que, como ciência da sociedade, pode fornecer bons subsídios

teórico-metodológicos para o estudo do turismo ao adaptar suas concepções à análise da organização espacial pela atividade turística, passando a depender da eficiência de quatro fatores: a) **atrativos** – potencial paisagístico para implementação de uma atividade diferente ou inovadora; b) **empreendimentos** – equipamentos (bens e serviços) fundamentais à eficiência da atividade; c) **infraestrutura** – sistemas e redes de intercâmbio entre os atores do turismo em suas diferentes escalas; d) **superestrutura** – que corresponde aos principais agentes (poder público e empresas privadas) planejadores e difusores de espaços turísticos (BOULLÓN, 2002). Percebe-se, com a evidência desses elementos, toda uma geograficidade da atividade turística.

De fato, tais elementos influenciam diretamente o processo de criação de paisagens para o turismo. Estas, por sua vez, devem ser analisadas observando suas qualidades (potencialidades), suas propriedades (como esses fatores se relacionam, quais os predominantes, quais os que se repetem), seus tipos (homogênea ou heterogênea, dependendo da relação dos elementos) e sua descrição quanto a estrutura (componentes de ordem natural ou antrópica), forma nítida e diferenciação (BOULLÓN, 2002). Dessa forma, o modelo metodológico de Bunge se apresenta bastante eficiente na análise da paisagem uma vez que propõe o estudo através de uma análise – identificação dos elementos; seguida por um diagnóstico – classificação desses elementos; tratamento – correções; previsão – estudo dinâmico; para finalmente ser fornecida uma síntese – prevenção ou restauração (BOLÓS

& CAPDEVILA, 1992). Pires, no entanto, nos adverte para analisarmos também a percepção que esta paisagem provoca.

Contudo, em um estudo de Geografia do Turismo, faz-se necessário identificar, entre os elementos geográficos, os “nós” que sobrepõem os condicionantes geográficos aos elementos turísticos. A paisagem é um desses elos. Sua interpretação, no entanto, pode ser analisada tanto numa perspectiva mais dialética – análise do grau de influência dos objetos – como numa perspectiva fenomenológica, na qual a percepção e/ou o imaginário provoca mudanças fisionômicas no espaço.

No primeiro caso, o ponto de partida estaria relacionado à investigação sobre a trajetória das ações dos atores sociais e a trajetória das mudanças espaciais produzidas pelo turismo. No segundo caso, a metodologia mais adequada seria o uso da pesquisa qualitativa que, além da identificação das intencionalidades dos atores sociais, fornece parâmetros acerca do vínculo destes com o espaço e de como os recortes espaciais têm se alterado ao longo do tempo. Não obstante, tanto uma opção como outra não podem ser utilizadas de forma isolada ou desconexa uma vez que a análise espacial necessita do aporte fornecido por ambas.

As contribuições de Boullón (2002) acerca dessa temática permitem um melhor entendimento da relação entre turismo e paisagem uma vez que, criado como consequência de diversas atividades de lazer ou de suprimento do tempo livre, o turismo passou a fazer sentido com as ações das empresas privadas e do poder público ao atenderem as necessidades dos viajantes.

As diversas classificações de paisagem evidenciadas perdem sentido já que a classificação depende sempre da perspectiva e do interesse do observador, havendo mudanças na forma de sua percepção e de seu juízo sobre uma mesma situação real (BOULLÓN, 2002, p. 156), a qual pode ser realizada de três formas:

- a) **turista espectador** - não tem contato com a paisagem, limitando-se a observá-la, a exemplo de um passeio de ônibus;
- b) **turista agente** - não vive a paisagem, mas se utiliza dela para alguma atividade, a exemplo de esportes; e
- c) **turista agente-observador** – caracterizado como aquele que entra e permanece na paisagem ou que pratica atividades sedentárias.

Diante do exposto, é possível considerar a existência de uma relação direta entre a existência da infraestrutura que caracteriza o espaço como efetivamente turístico e os espaços que possuem atrativos turísticos, mas carecem de outros elementos que possam proporcionar uma influência na dinâmica socioespacial da localidade.

No primeiro caso, a produção do espaço turístico se expressa na existência de um Centro Turístico (área à qual se superpõem os fatores anteriormente evidenciados – atrativos, empreendimentos, infraestrutura e superestrutura) e sua capacidade de conexão de outros espaços com atrativos diversificados. Já no segundo caso, os espaços têm seus atrativos isolados. No primeiro caso, produz-se espaço turístico; ao tempo em que; no segundo; se faz turismo.

ENTRE CONCEITOS E MÉTODOS: DEFININDO OS PARÂMETROS PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO TURISMO: A ESTRUTURAÇÃO EM DEBATE

A Geografia, e mais precisamente os geógrafos, tem vivenciado, nessas últimas décadas, algumas inovações na perspectiva de abordagem do seu objeto de estudo: o espaço geográfico. Isso se deve, em parte, ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de saúde, meio ambiente, turismo, entre outras que, embora interfiram na organização e reestruturação espacial, eram abordadas pelos geógrafos de forma pontual, sem as devidas inter-relações.

Dessas novas “demandas” socioacadêmicas, o turismo tem se destacado devido a sua proximidade com o objeto e os objetivos de estudo dos geógrafos, especialmente no que se refere à dificuldade de se firmar e se enquadrar a uma perspectiva única de investigação científica, fato que tradicionalmente tem causado fortes embates. Acrescenta-se a isso a existência de questionamentos quanto ao reconhecimento do turismo como ciência ou se este corresponderia a mais uma atividade econômica que, dependendo do interesse e dos objetivos dos agentes que o promovem e dos atores que dão significado a sua existência, só serve para associá-lo como atividade prática originada pelo desenvolvimento social (BOULLÓN, 2002). Contendas à parte, o fato é que, desde sua difusão em meados do século XIX, o turismo vem se constituindo como uma das mais complexas atividades econômicas de produção e consumo de espaços (CRUZ, 2002), especialmente os ambientes urbanos, onde se evidenciam as principais políticas de reordenamento das funções territoriais.

Se partirmos do pressuposto defendido por Medina (2012) de que toda investigação científica desenvolvida pelas ciências da sociedade sobre o fenômeno turístico se inicia pela definição do objeto a ser investigado, fato que direciona para o inevitável recorte teórico e metodológico da realidade, a contribuição dos geógrafos para o estudo do turismo se estrutura de forma complexa uma vez que o próprio espaço, objeto de estudo do geógrafo, tem seu significado expresso na complexidade das relações sócio-espaciais da realidade investigada.

O fato é que, ao mesmo tempo em que a Geografia tem procurado construir uma base sólida (PEARSE, 2003; CASTRO, 2006) que ratifique a necessidade de criação de vínculos com o turismo (Geografia do Turismo), as organizações sociais, especialmente as de localidades menos desenvolvidas, têm buscado no turismo uma forma de inserção e desenvolvimento socioespacial a partir do processo de reestruturação decorrente de rearticulações hierárquicas entre os espaços envolvidos.

De acordo com Cruz (2002), o turismo produz um efeito contraditório nas dinâmicas socioespaciais em que se desenvolve como alternativa econômica, proporcionando, de um lado, o desenvolvimento das localidades com a consolidação de redes de desenvolvimento autossustentáveis; e, por outro, a evidência das dificuldades estruturantes para o desenvolvimento das atividades turísticas de produção e consumo dos espaços. Dessa forma, o turismo deixa de ser algo produto da “contingência”, transformando-se em um instrumento de reordenamento espacial.

O entendimento do significado de turismo pela abordagem geográfica supera, portanto, as definições tradicionais que relacionam essa atividade como mais uma função espacial. Enquanto evento-consequência de práticas de produção e apropriação espacial, o turismo aparece como um fato social estruturado pelas diferentes intencionalidades de sujeitos sociais preocupados com a difusão da gestão dos territórios, da produção e do consumo, sendo parte, portanto, da diversidade de eventos que interferem na reestruturação dos espaços, dando a estes novas relações e funções.

Se fizermos um resgate sobre a produção geográfica, desde o período pós-sistematização científica (séc. XIX), poderemos evidenciar que, assim como ocorre com outros fatores responsáveis pela relação sócio-espacial, o turismo tem seu desenvolvimento em harmonia com a investigação científica, fato que pode justificar a pertinência de estudá-lo segundo o viés geográfico. Isso é facilmente observado quando nos reportamos à produção de geógrafos da Geografia Tradicional, como Humboldt e Ritter, que, apoiados na visão positivista, estipularam os conceitos de paisagem (natural e transformada) como forma de explicação da relação do homem com a natureza; e a associação desta através de representações de paisagens cuja totalidade evocava a união dos elementos naturais (GOMES, 1997) como fator determinante da configuração espacial, feita a partir da reestruturação das funções sociais dos espaços envolvidos.

O turismo se adapta bem a esse contexto ao valorizar as “belezas paradisíacas” produzidas pela natureza, es-

pecialmente em regiões pouco habitadas e de difícil acesso (OLIVEIRA, 2001). Com a influência de “agentes patrocinadores”, não demorou muito para que a atividade turística se utilizasse, indiretamente, do aporte descritivo fornecido pela geografia ao optar pela seleção de espaços destinados à atividade turística. Tais espaços, em especial os urbanos, passaram a ser não apenas os que compreendiam os cenários naturais, mas também as grandes construções e os monumentos arquitetônicos históricos.

A produção geográfica se torna novamente fundamental para a explicação dessas novas relações sócio-espaciais produzidas pelo turismo. Compreendidos como delimitação de áreas, os conceitos de lugar e território passam a ser utilizados de forma complementar na análise das organizações espaciais. Para isso, a Geografia, na segunda metade do século XX, busca nos modelos sistêmicos o embasamento para a análise das funcionalidades definidas para o espaço e dos elementos responsáveis por sua produção. Tal fator coincide com as descobertas das praias como ambiente de lazer, especialmente por parte dos europeus que, no período de férias e fugindo do rigor do inverno, rumaram em direção às orlas marítimas da região tropical e intertropical (OLIVEIRA, 2001).

Isso foi ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente à atividade turística. Assim, o turismo passa a ser também enquadrado como um sistema cuja dinâmica encontra-se relacionada ao diálogo entre oferta e demanda. Novamente existe uma valorização da paisagem, estipulada como potencialida-

de devido ao seu caráter estético, produzido pelo arranjo e pela interdependência de seus elementos.

Nesse contexto, os ecossistemas costeiros, especialmente no Nordeste brasileiro, se tornaram os condicionantes paisagísticos mais valorizados pelos visitantes e, evidentemente, pelos agentes de turismo. Em contraposição, com o objetivo de se adaptar a essa nova conjuntura, os espaços urbanos, especialmente os das capitais litorâneas, são reconstruídos através da implantação de novos equipamentos e infraestruturas que, direta ou indiretamente, são criados para o atendimento das novas demandas espaciais “impostas” pela atividade turística, sendo conectados em redes de desenvolvimento socioterritorial.

A inclusão do turismo como alternativa de desenvolvimento tem, portanto, provocado mudanças significativas no sistema urbano dos municípios selecionados pelos gestores e pelas grandes corporações. As estruturações das redes de cidades reforçam a relação dialética na promoção da integração territorial a partir da valorização contraditória de um movimento centrífugo (ao reforçar a estruturação de redes entre os municípios de forma a promover a dispersão do processo de reestruturação socioespacial) e centrípeto (ao reafirmar os centros urbanos tradicionais como principais espaços do sistema proposto).

Dessa forma, apesar do discurso de promover a formação de uma rede de desenvolvimento a partir de investimentos nas funções turísticas de espaços turísticos (reais ou potenciais), a estruturação urbana consequente da difusão

dessa atividade continua sendo limitada ao priorizar espaços urbanos tradicionalmente selecionados como centrais, colocando em xeque a eficiência da formação de uma rede de desenvolvimento.

O sistema turístico e a rede onde este se encontra sitiado é, portanto, produto da relação entre os polos de atração e os espaços satélites cujos atrativos passam a dar sentido ao espaço turístico, confabulando para a criação de espaços hierárquicos para o desenvolvimento do turismo (BARROS, 1998; 2002). Entre os aspectos que passam a ser relevantes para o desenvolvimento do sistema turístico, destacam-se os elementos arquitetônicos de valor histórico, estimulando vários centros urbanos a investirem na construção de infraestrutura para “exploração” do turismo cultural. Com o estabelecimento de vários pontos de atração e difusão, são criadas as primeiras redes turísticas, ou seja, o turismo passa a não privilegiar o fixo, mas os roteiros, contribuindo para uma maior divulgação das regiões que investiram na atividade turística, apesar das limitações anteriormente mencionadas.

O processo de reestruturação decorrente da inclusão do turismo como ferramenta socioespacial está, portanto, diretamente associado às relações socioespaciais produzidas pelos mais diferentes sujeitos sociais, sendo evidenciados de diferentes formas. Gottdiener (1990), por exemplo, evidencia esses reflexos através de três fenômenos que vêm ocorrendo nos espaços urbanos: a) **a gentrificação** – elitização de antigos bairros; b) **a reconfiguração habitacional e de serviços** – substituição de antigas funções espaciais voltadas para o

turismo; e c) a **criação de malls** – corredores comerciais de acesso exclusivo a pedestres através do fechamento e cobertura de uma ou mais vias públicas ou locação de um moderno shopping center (GOTTDIENER, 1990, p. 71). Contudo, tais fenômenos, assim como outros, reproduzem um processo cada vez mais presente no contexto urbano: a segregação socioespacial. Tal processo nos possibilita uma melhor compreensão da dinâmica da reestruturação do espaço urbano, sendo assim merecedor de uma atenção mais especial.

No que se refere à produção social do espaço turístico, esses fenômenos emergem como um dos mais importantes desafios aos gestores e agentes empreendedores uma vez que a seleção de territórios, justificada na estruturação de uma rede de integração funcional que nem sempre é materializada de forma voluntária, implica a exclusão de outros, materializando um jogo dialético no qual a integração funcional implica a própria segregação espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma das atividades mais antigas da humanidade e ter tido o amparo de diversas ciências parceiras, o turismo ainda carece de um aporte teórico-metodológico que sustente seus fundamentos. Entre as ciências que se debruçam sobre essa atividade, a Geografia tem fornecido importantes contribuições tanto no aspecto metodológico como no ponto de vista prático e teórico.

O amadurecimento dos geógrafos no que se refere aos fundamentos de conceitos como espaço, território, paisagem, lugar e escala tem favorecido o entendimento da difusão da atividade turística, assim como seu aperfeiçoamento, tornando-se uma atividade estratégica para a gestão e o planejamento urbano e regional.

Por outro lado, a negligência quanto à abordagem de termos transversais, a exemplo dos conceitos de mobilidade, reestruturação e produção, associada à persistência quanto ao uso equivocado da região enquanto categoria analítica para o estudo do espaço turístico, influencia o entendimento sobre a necessidade de maiores debates sobre a relação do turismo com a Geografia e o próprio papel do geógrafo nesse contexto.

Finalmente, no campo epistemológico, percebeu-se a necessidade de relacionar melhor os fatores geográficos com os elementos estruturantes dos espaços turísticos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 13^o ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. In: **Turismo Visão e Ação**. Ano 4. v. 4. n. 4. Revista científica do mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí. Itajaí: UNIVALI, abr./dez. 2002, p. 9-32.

_____. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: UFPE, 1998.

BOLÓS & CAPDEVILA, M. (et al.). **Manual de Ciencia del paisaje**: Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turismo).

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo, 2003.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. São Paulo, set. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Geografia, São Paulo: USP, 1997. 278p. (Coleção Turismo)

LOHMANN, Guilherme. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. Netto, Alexandre Panosso. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2012 (Série Turismo).

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 29-48.

MIOSSEC, J. M. **Um modele de l'espace touristique**. L'espace géographique. 6(1), 1977, 41-8.

OLIVEIRA, A. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

PEARSE, Douglas G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens (Trad. Saulo Krieger) São Paulo: ALEPH, 2003. (Série Turismo)

PIRES, P. A paisagem litorânea como recurso turístico. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. Baptista da; GUERRA, A. Teixeira (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 153-189.

CAMINHOS PERCORRIDOS NA IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS NO ESTADO DA PARAÍBA

XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR
MARTHA PRISCILA BEZERRA PEREIRA

INTRODUÇÃO

Para o entendimento da problemática proposta, recorreremos à adoção de procedimentos metodológicos que possibilitassem uma leitura abrangente do objeto investigado, sem negligenciar a necessidade de se apropriar diretamente da análise das paisagens como expressão de espaço produzido para o turismo. Tal embasamento buscou mesclar os procedimentos propostos por Roberto Boullón (2002) e Bolós & Capdevilla (1992), acrescidos de procedimentos particulares desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa, a exemplo da confecção e do preenchimento de formulário técnico realizado durante as sete visitas a municípios do Estado da Paraíba entre 2014 e 2016.

No que concerne às contribuições de Boullón (2002), recorreremos ao entendimento do espaço turístico a partir da identificação de cinco tipos: a) real (espaços naturais e culturais estruturados para o turismo); b) potencial (espaços com aportes naturais ou artificiais passíveis de serem adaptados ao turismo); c) natural (ambientes nos quais se evidenciam atrativos reais e potenciais); d) cultural (espaços que evocam relações de afetividade); e) artificial (objetos estruturados para o desenvolvimento da atividade turística, tanto no campo como na cidade).

Recorremos ainda à proposta de Boullón (2002, p.80) ao definir como “forma ideal” para definição dos espaços turísticos o uso do método empírico, por concordar com o autor que o referido método possibilita “observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento”. Assim sendo, adequando o procedimento proposto pelo autor, identificamos na realidade do espaço geográfico da Paraíba os seguintes componentes: zona, área, centro, núcleo e unidade.

Para classificação desses espaços, foram realizadas, entre o período de 2014 e 2016, oito atividades de campo em municípios selecionados a partir de indicadores de órgãos do governo responsáveis pela classificação dos tipos de atividades turísticas no Estado: a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e a Secretaria de Turismo. A escolha dos municípios esteve pautada nas visitas às localidades classificadas pelas instituições visitadas como tendo potencial turístico. Assim foram selecionados os municípios de João

Pessoa, Conde, Cabedelo, Lucena, Baía da Traição, Guarabira, Ingá, Fagundes, Cabaceiras, Areia, Bananeira, Aroeira, Pocinhos, Campina Grande, Pedra Lavrada, São Mamede, Patos, Pombal, Teixeira, Princesa, São José do Bonfim, Sousa e Cajazeiras.

Para a realização das atividades de campo, foram capacitados estudantes vinculados ao Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDS) com o objetivo de aplicar questionários e realizar entrevistas junto a turistas que estavam em visita às localidades pesquisadas. Para a realização dessas atividades, optou-se pela escolha de períodos classificados como de “baixa temporada” por considerarmos o fato de a preocupação estar pautada na opção pela análise da produção e apropriação do espaço, dando a este uma função turística devido à caracterização de suas paisagens, evitando ou reduzindo, portanto, o risco de se ter a participação de visitantes presentes no espaço como participantes de atividades ou eventos que não sejam necessariamente produtores e consumidores de espaços.

Além dos procedimentos adotados, a elaboração de um inventário elaborado pela geógrafa Martha Pereira possibilitou a adoção de critérios mais precisos para identificação dos elementos de classificação dos espaços turísticos, através do qual foi possível relacionar os elementos que constituem a infraestrutura e as superestruturas dos espaços visitados.

A classificação dos tipos de espaços turísticos e dos tipos de turismo propostos por Boullón (2002) foi adaptada e sistematizada nesse inventário, servindo como referência

na definição dos espaços turísticos no Estado da Paraíba, a partir da proposta de uma regionalização pautada na identificação de áreas, atrativos e zonas turísticas evidenciadas em cada uma das regiões geográficas intermediárias.

Neste capítulo, contextualizamos os procedimentos adotados e os resultados que estes puderam fornecer quanto à espacialização da atividade turística, tendo como recorte analítico o Estado da Paraíba, mas com fundamentação que permite sua aplicabilidade em qualquer espaço geográfico.

A PESQUISA QUALITATIVA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA ANÁLISE DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

A pesquisa científica tem sido tradicionalmente influenciada por uma condição: o saber, para ser concebido como científico, deve ser condicionado a um posicionamento neutro do pesquisador perante o objeto estudado. Preocupados em fundamentar uma tese ou fornecer contribuições para o próprio desenvolvimento científico, os pesquisadores são levados a deixar de lado o registro dos percursos percorridos até o término da investigação, bem como a própria influência do objeto, dos sujeitos ou dos fenômenos estudados, esquecendo-se de que a apresentação dos procedimentos adotados se configura como uma das principais contribuições à ciência.

Estamos, naturalmente, nos reportando à questão do método que tradicionalmente tem influenciado a produção do conhecimento científico. O próprio Descartes buscou a

origem do conhecimento a partir da dedução racional e da lógica (racionalismo), observando que “qualquer coisa baseada nos sentidos é potencialmente suspeita” (AUDI, 2006, p. 20).

O método “é o caminho a ser trilhado pelos pesquisadores na busca do conhecimento”, ou seja, a forma na qual um sujeito apreende determinado objeto (material ou imaterial). Trata-se, assim, de um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (SPOSITO, 2004, p. 25). Por conta da diversidade de formas de se observar cientificamente os fenômenos, os métodos podem ser classificados como gerais, relativos ao saber filosófico; e particulares ou específicos, relativos à forma como cada ciência observa, especificamente, os fenômenos (PARRA FILHO & SANTOS, 1998).

Os métodos gerais correspondem a orientações filosóficas para as ciências, sejam elas naturais ou exatas, humanas ou sociais. O primeiro segmento, compreendido como ciências racionais ou da razão, precedem o rol de conhecimentos que passaram a ser reconhecidos como científicos, sendo, portanto, delineadores dos parâmetros que sustentam a pesquisa científica com base nos procedimentos estabelecidos pelas ciências da natureza. Para serem conhecidas como ciência, as disciplinas teriam de se enquadrar aos parâmetros (teóricos e analíticos) postos pelas concepções racionalistas. Por esse motivo, durante décadas, as ciências humanas ou sociais tiveram de adotar e se adaptar a tais parâmetros, mesmo tendo em sua estrutura o empirismo (contato e adaptação aos fenômenos) como elemento constituinte do saber

(VICTORIA; KNAUTH; RASSEN, 2000). Tal fato sustenta, portanto, a tese de que o turismo não se constitui como “saber científico”, tendo de recorrer às ciências parcelares (Geografia, História, Economia, Ciência Política, etc.), ao tempo em que, por outro lado, vem trilhando caminhos que proporcionarão, em um futuro próximo, o surgimento de uma ciência que possibilite explicar suas complexidades, sendo a definição do método uma questão chave.

Na Geografia, isso se encontra representado desde o alicerce de seus primeiros fundamentos. Para pesquisadores como Friedrich Ratzel e Alexander Von Humboldt, na Alemanha, e Paul Vidal de La Blache, na França, entre outros que compartilharam com estes os primeiros estudos compreendidos como realmente geográficos, a influência dos métodos de análise das ciências da natureza e das ciências exatas orientou os debates que fundamentaram a sistematização da Geografia como saber científico: a intuição a partir da observação, no caso de Humboldt; a observação e a descrição, no caso de Ratzel; e a observação, a descrição e a comparação, no caso de La Blache (MORAES, 1993). Algo semelhante ocorreu nas décadas seguintes com o uso do positivismo lógico aplicado aos estudos da Geografia.

Essa situação só começou a ser amenizada com a influência do materialismo histórico e dialético, apesar disso ter ficado mais no discurso do que na prática. Boa parte dos geógrafos críticos, apesar de sustentar suas preocupações com o social, relacionando-as sempre às bases delineadas pelas relações econômicas (sistemas de produção, desenvol-

vimento tecnológico, divisão social do trabalho, etc.), desenvolveu suas críticas baseadas nos indicadores de desenvolvimento e produção, mas no sentido de se preocupar com o que a sociedade pensa.

Já quando se faz referência à opção pela decisão dos elementos que propiciam essa observação, esta nem sempre é fácil uma vez que a atual conjuntura social, com sua dinâmica e complexidade, tem tornado cada vez mais flexível o uso das técnicas de análise científica. Assim, as técnicas correspondem aos procedimentos metodológicos, os quais, por sua vez, variam tanto no que diz respeito à base teórica que sustenta sua aplicabilidade quanto à decisão pelo que se decide observar.

Essa situação se aplica às pesquisas sobre a espacialização das atividades turísticas devido à complexidade dos fatores e elementos responsáveis por sua estruturação. A definição dos critérios possibilita, portanto, visualizar os fundamentos adotados pelos pesquisadores.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, recorreremos ao método qualitativo pautado no uso das seguintes técnicas: produção e análise de inventário, realização de entrevistas, registros fotográficos e elaboração de vídeo-documentário. O inventário (**Quadro 1**) foi elaborado pela geógrafa Martha Priscila, tendo sido uma das principais ferramentas para a análise da produção do espaço turístico no Estado da Paraíba, uma vez que materializou o discurso do sujeito-pesquisador sobre os elementos e fatores que determinam os espaços.

QUADRO 1
INVENTÁRIO UTILIZADO NA IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

(continua...)

FICHA DE INVENTÁRIO TURÍSTICO (juntar com fotos e mapas)

MUNICÍPIO: _____;

INVENTARISTA: _____ No: _____

LOCALIZAÇÃO:					
MESORREGIÃO		MICRORREGIÃO		ALTITUDE	
MARCO		LATITUDE		LONGITUDE	
ACESSO AO MUNICÍPIO:					
EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	MELHORES MEIOS DE TRANSPORTE:	
OBS:					
3 PRINCIPAIS LUGARES A VISITAR:					
TIPO DE ESPAÇO TURÍSTICO:					
REAL	POTENCIAL	NATURAL/ADAP-TADO	ARTIFICIAL	VITAL	CULTU RAL
TIPO TURISMO:					
LITORÂNEO		RURAL/AGROTURISMO		ECOLÓGICO/ ECOTURISMO	
HISTÓRICO/CULTURAL		NEGÓCIO/EVENTOS		PARQUES TEMÁTICOS/ RESORTS	
TIPO DE VISITANTE:					
	ESTRANGEIRO	NACIONAL	REGIONAL	LOCAL	
PERÍODO					
INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA:					
TIPO	EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
SINALIZAÇÃO					
SERV. INF. TUR.					
EQUIP. E SERV.					
FOLDERES					
MAPAS					
ROTEIROS					
ALOJAMENTO					
INF. DO REC. TUR.					

RECURSO TURÍSTICO: _____

LOCALIZAÇÃO:					
LATITUDE		LONGITUDE		ALTITUDE	
RUA		No		COMPL.	
TELEF.		E-MAIL CONTATO (NOME DO USUÁRIO)			
CLASSE (CENTRAL/COMPLEMENTAR):					
HIERARQUIA NO MUNICÍPIO:					
CARACTERÍSTICA DESCRITIVA (incluir imagens):					
ACESSO AO RECURSO:					
EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM	MELHORES MEIOS DE TRANSPORTE:	DE
OBS:					

(continuação)

ACESSO AO RECURSO:				MELHORES MEIOS DE TRANSPORTE:	DE
EXCELENTE	BOA	REGULAR	RUIM		
OBS:					
TERRESTRE		AÉREO	MARÍTIMO	LACUSTRE/FLU VIAL	
A Cavalos	Caminhonete	Avião	Barco	Barco/canoa	
A pé	Combe/Van	Helicóptero	Bote	Bote	
Automóvel particular	Microônibus	Avião particular	Iate	Balsa	
Táxi	Mototaxi	Outro	Outro	Lancha	
Ônibus turístico	Moto				
Ônibus público	Outro:				
OBS:					
TIPO DE ESPAÇO TURÍSTICO:					
REAL	POTENCIAL	NATURAL/ADAPTADO	ARTIFICIAL	VITAL	CULT URAL
TIPO TURISMO:					
LITORÂNEO		RURAL/AGROTURISMO		ECOLÓGICO/ ECOTURISMO	
HISTÓRICO/CULTURAL		NEGÓCIO/EVENTOS		PARQUES TEMÁTICOS/ RESORTS	
TIPO DE VISITANTE:					
ESTRANGEIRO	NACIONAL	REGIONAL	LOCAL		
PERÍODO					
Diário	Apenas dias úteis	Períodos do ano específico			
TIPO DE INGRESSO					
LIVRE	SEMI-RESTRITO (VIA AUTORIZ)	VIA TICKET/ BOLETO	OUTRO:		
ÉPOCA PROPÍCIA A VISITA DO RECURSO:					
O ANO INTEIRO	ESPORÁDICO (MESES):	FINAIS DE SEMANA:	FERIADOS		
INFRA-ESTRUTURA:					
DENTRO DO RECURSO			FORA DO RECURSO:		
Água	Esgotamento sanitário	Água	Esgotamento sanitário		
Luz	Ausência de vetores	Luz	Ausência de vetores		
Telefone	Wi-fi	Telefone	Wi-fi		
Sinalização	Rua asfaltada	Sinalização	Rua asfaltada		
Banheiros	Informativo turístico	Banheiros	Informativo turístico		
ATIVIDADE DESENVOLVIDA DENTRO DO RECURSO:					
NATUREZA/Observações		ESPORTE/AVENTURA			
fauna	Asa delta	Canoagem	Motocross		
flora	Caminhada	Esqui-aquático	surf		
relevo	Ciclismo	Caiaque	Windsurf (vela)		
recurso hídrico	Camping	Motonáutica	Pesca desportiva		
Outro:	Escalada na rocha	Natação	Outro:		
REGIONALISMO		PASSEIOS		OUTROS	
Atividade religiosa	Bote	Iate	Atividades culturais/sociais		
Degustação pratos regionais	Canoagem	Excursões	Feira de artesanato		
Rituais místicos	Lancha	Sobrevoos	Estudos e investigações		
Mostra de artesanato	Carroça	Pesca submarina	Tomada de fotos/ filmagem		
Outro:	Pedalinho	Outro	Outro:		
ATIVIDADE COMPLEMENTAR:					
CONFLITOS DE USO:					

FAZER CROQUI DO RECURSO:

Elaborado por Martha Priscila B. Pereira, mar. 2016.

A partir do preenchimento do inventário, a equipe de pesquisadores e estudantes pôde mapear os elementos que

caracterizam o espaço segundo a sua tipologia: real, natural, cultural, urbano, natural adaptado, entre outros (**Tabela 1**).

TABELA 1 - ELEMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS NO ESTADO DA PARAÍBA POR MESORREGIÃO* E MUNICÍPIO

MESORREGIÃO MUNICÍPIO	TIPO DE ESPAÇOS TURÍSTICOS	TIPO DE COMPONENTE	ATRATIVOS PREDOMINANTES
Região Geográfica Intermediária de João Pessoa (área turística)			
Conde	Real e natural	Núcleo turístico	Naturalismo (Tambaba)
João Pessoa	Real, cultural e urbano	Centro turístico	Turismo de praia e cultural
Cabedelo	Potencial	Unidade turística	Praia do jacaré
Lucena	Potencial	Núcleo turístico	Projeto peixe-boi
Baía da Traição	Potencial	Núcleo turístico	Turismo cultural
Sapé	Potencial	Núcleo turístico	Turismo rural
Araruna	Potencial	Núcleo turístico	Turismo natural e aventura
Bananeiras	Real e urbano	Núcleo e conjunto	Turismo natural
Guarabira	Potencial	Núcleo turístico	Turismo religioso
Região Geográfica Intermediária de Campina Grande (área turística)			
Areia	Real, cultural e urbano	Núcleo e conjunto	Turismo cultural
Pocinhos	Potencial	Unid. turística potencial	Turismo cultural
Fagundes	Potencial/ natural adaptado	Unid. turística	Turismo religioso
Ingá	Potencial/ natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural
Campina Grande	Potencial e artificial	Centro turístico	Turismo cultural
Cabaceiras	Potencial e natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural e natural
Pedra Lavrada	Potencial e natural adaptado	Unid. turística potencial	Turismo cultural
Alagoa Grande	Potencial	Unid. turística potencial	Turismo cultural
Região Geográfica Intermediária de Patos (área turística)			
Patos	Potencial e cultural	Unid. turística potencial	Turismo religioso e cultural
S. José do Bonfim	Natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo natural
Matureia	Natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo natural
São Mamede	Potencial e natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural
Princesa	Cultural	Núcleo turístico	Turismo cultural
Região Geográfica Intermediária de Sousa-Cajazeiras (área turística)			
Sousa	Real e natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural

Fonte: Adaptado de Boullón (2002) e aplicado em atividade de campo no período de 2014-2016.

* Apesar de ter havido mudança na nova classificação regional proposta pelo IBGE, optamos por manter a antiga delimitação e identificar os espaços estudados segundo suas respectivas mesorregiões.

Elaborado por Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Sobre a caracterização apresentada na tabela, há necessidade de esclarecer alguns aspectos que entendemos como essenciais já que entra em divergência com a atual classificação do IBGE¹, a exemplo da inclusão de Guarabira, Bananeiras e Araruna como pertencentes à região polarizada por João Pessoa. De acordo com as observações obtidas em campo, essas cidades possuem características (fisiográficas e culturais) mais próximas às encontradas nos municípios que compõem a então região do agreste paraibano. Por outro lado, a nova classificação proposta pelo IBGE acertou em relacionar as cidades de Pedra Lavrada e Cabaceiras à região polarizada por Campina Grande, devido à influência desta cidade no desenvolvimento territorial dos municípios da antiga região do Seridó paraibano.

Antes de analisarmos os espaços turísticos mapeados, faz-se oportuno contextualizar as características de cada um dos componentes propostos por Boullón (2002): Zona, Área, Complexo, Centro, Unidade, Núcleo, Conjunto, Corredor, Corredor de traslado e Corredor de estada, os quais são apresentados em ordem decrescente quanto à escala. Segue abaixo uma síntese da classificação proposta por Boullón (2002):

- a) **Zona turística** - corresponde à maior unidade de estruturação de um espaço turístico, tendo, por exigência, o número mínimo de dez atrativos turísticos independentes de sua natureza. Para sua delimitação, são necessários equipamentos e, pelo menos, dois centros turísticos conectados entre si por uma infraestrutura de transporte.

¹ A divisão regional dos Estados passa a ser composta por regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas.

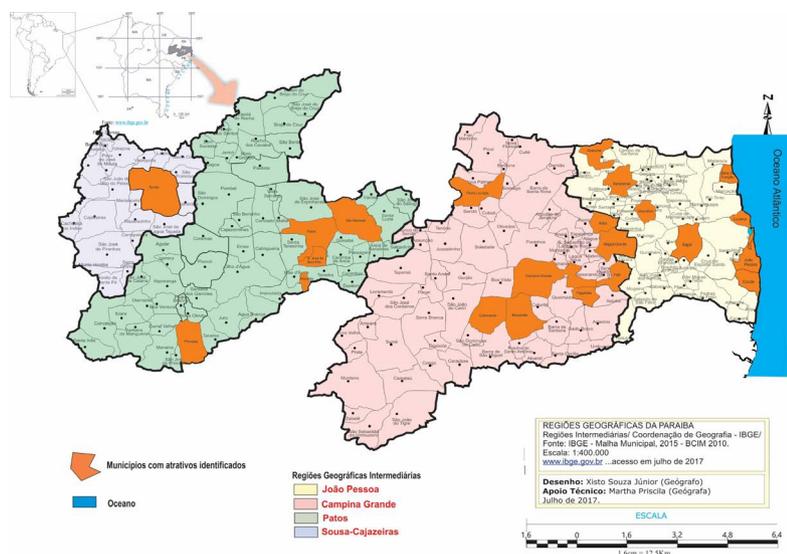
- b) **Área turística** – partes que compõem uma zona turística, sendo composta por atrativos contíguos. Necessita igualmente de uma infraestrutura de transporte e comunicação de forma a conectar todos os elementos turísticos que a integram e de, pelo menos, um centro turístico.
- c) **Complexo turístico** – corresponde ao grau de complexidade de um espaço turístico, no qual, dentro de uma mesma área ou zona, se tem um número significativo de atrativos turísticos maiores dos que os contidos em um centro e inferiores aos contidos em uma zona, os quais devem ser qualitativos a ponto de influenciar uma permanência superior a três dias.
- d) **Centro turístico** – todo espaço urbano que contém atrativo turístico intrínseco a sua área ou no raio de influência de forma a proporcionar o retorno no mesmo dia, e cuja distância de deslocamento seja de, no máximo, duas horas, tendo como referência um ônibus de transporte turístico com deslocamento inferior a 180km
- e) **Unidade turística** – corresponde aos espaços nos quais um ou dois atrativos apresentam-se dependentes, exercendo influências entre si. As unidades não possuem as mesmas condições de um centro e são superiores à caracterização de um atrativo. A unidade corresponde a uma junção de atrativos contidos em um mesmo espaço, tendo como requisitos básicos a hospedagem e a alimentação.
- f) **Núcleo** – consiste em agrupamentos com um ou mais atrativos isolados, sem a devida conexão com outros espaços.
- g) **Conjunto** – consiste no agrupamento de núcleos que passam a se conectar com outros espaços, os quais passam a criar relações.

A partir dessa breve síntese da caracterização dos tipos de espaços turísticos, propostos por Boullón (2002), passemos a relatar os fatores que nos levaram a propor a caracterização apresentada na Tabela 1. Para facilitar o entendimento, passemos à análise de acordo com as mesorregiões geográficas utilizadas como critérios de geografização, incluindo uma análise crítica da configuração proposta pelo IBGE, que passou a dividir o território estadual em regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas.

O ESPAÇO TURÍSTICO DAS MESORREGIÕES DA PARAÍBA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Apesar de ser um dos menores estados da Região Nordeste do Brasil em termos de área (56.469,74 km²), segundo o IBGE (BRASIL, 2010), a Paraíba caracteriza-se por possuir uma das mais complexas diversidades sociais e naturais em comparação aos demais estados da região, estando atualmente dividida em quatro regiões geográficas intermediárias: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa-Cajazeiras (**Figura 1**).

FIGURA 1 - ESPACIALIZAÇÃO DAS ÁREAS TURÍSTICAS NO ESTADO DA PARAÍBA



Fonte: Elaborado por Souza Júnior, 2017

O processo de ocupação espacial do Estado se deu mediante movimentos de resistência das etnias indígenas, especialmente a Potiguara, às transformações espaciais ocorridas no século XVIII no setor litorâneo, provenientes da produção da cana-de-açúcar e do processo de interiorização, nos séculos XIX e XX, da cultura do algodão, responsáveis diretos pela reestruturação espacial de vários municípios do agreste paraibano.

Tanto o levantamento de gabinete como as diversas idas a campo, entre 2014 e 2016, possibilitaram compreender que, apesar do discurso e de algumas ações estruturantes, o turismo no Estado da Paraíba continua ainda a se concentrar no eixo litorâneo e na região geográfica intermediária de Campina Grande, espaços estes expressos por uma Zona Tu-

rística composta por duas áreas turísticas que têm as cidades de João Pessoa e Campina Grande como principais Centros Turísticos, conforme observado no item anterior. Já nas regiões geográficas intermediárias de Patos e Sousa-Cajazeiras, observa-se um isolamento entre os espaços potenciais uma vez que possuem fragilidades em seus atrativos (uso e reconhecimento do potencial paisagístico), empreendimentos (ausência de equipamentos que proporcionem a consolidação dos espaços turísticos), infraestrutura (sistema e redes de intercâmbio) e superestrutura (inclusão e reconhecimento desses espaços no planejamento da gestão estadual e municipal).

Observou-se a relação demanda-oferta como requisito de estruturação dos empreendimentos. Assim sendo, desconsiderou-se a presença de atrativos isolados existentes nos municípios na medida em que se valorizaram os elementos que comportam as paisagens turísticas: existência de infraestrutura e superestrutura. O uso desse critério nos possibilitou um mapeamento totalmente discordante do proposto pelo Estado e pela PBTUR, que consideram a presença isolada dos eventos.

Na observação da importância da infraestrutura como requisito para classificação dos espaços turísticos, considera-se o fato de que ela se divide quanto ao aspecto físico em rede (conexões entre empreendimentos) e sistema (multifuncionalidades presentes no espaço físico); e quanto à localização externa (geral) ou interna (ativa as conexões entre os empreendimentos). Esta última, a infraestrutura interna, é a que pode ser associada como turística uma vez que tem como objetivo exclusivo movimentar os fluxos ou o sistema.

A superestrutura é um subsistema superior que possibilita o desenvolvimento eficiente do sistema turístico e que se divide em: a) administração pública - responsável pelo ordenamento (difusão e dinamização) da atividade turística, através da divulgação dos espaços e do controle de uso; b) iniciativa privada - responsável pelo avivamento dos espaços turísticos ao facilitar as negociações entre o turista - agente que tem interesse de uso de um objeto (espaço ou paisagem) - e o espaço que oferece atratividades turísticas - objeto que necessita de uso para ter significado. Dessa forma, assim como os atrativos, os empreendimentos e a infraestrutura, a superestrutura é um dos principais elementos para um empreendimento de uma atividade turística realmente eficiente e eficaz.

Durante a realização da atividade de campo, observou-se que, na região geográfica intermediária de João Pessoa, se evidencia a existência de uma área turística composta por cinco espaços turísticos (João Pessoa, Conde, Cabedelo, Baía da Traição e Sape), dentre os quais o município de João Pessoa se destaca pela complexidade e influência não apenas nesta área, mas em todo o Estado.

Já na região geográfica intermediária de Campina Grande, evidenciou-se a presença de nove espaços turísticos (Campina Grande, Guarabira, Areia, Bananeiras, Araruna, Pocinhos, Ingá, Fagundes e Cabaceiras), dentre os quais Campina Grande se constitui como Centro Turístico em consolidação, ao tempo em que Araruna, Ingá, Pocinhos e Fagundes se destacam como espaços potenciais uma vez que não atendem aos critérios adotados na classificação, especialmente no que se refere a infraestrutura e superestrut-

tura. Um aspecto a ser considerado corresponde ao fato de que os resultados obtidos apontam para um possível equívoco do IBGE quanto à inclusão dos municípios de Araruna, Bananeiras e Guarabira na região de João Pessoa, pois estes municípios possuem mais características e afinidades com as características dos municípios da região de Campina Grande.

No caso das outras duas classificações, evidenciamos que os espaços estão ainda fragmentados quanto à ideia do governo estadual de promover a inclusão do turismo. Porém, observa-se um predomínio da influência de Patos na região, ao tempo em que a região geográfica de Sousa encontra-se “ilhada”.

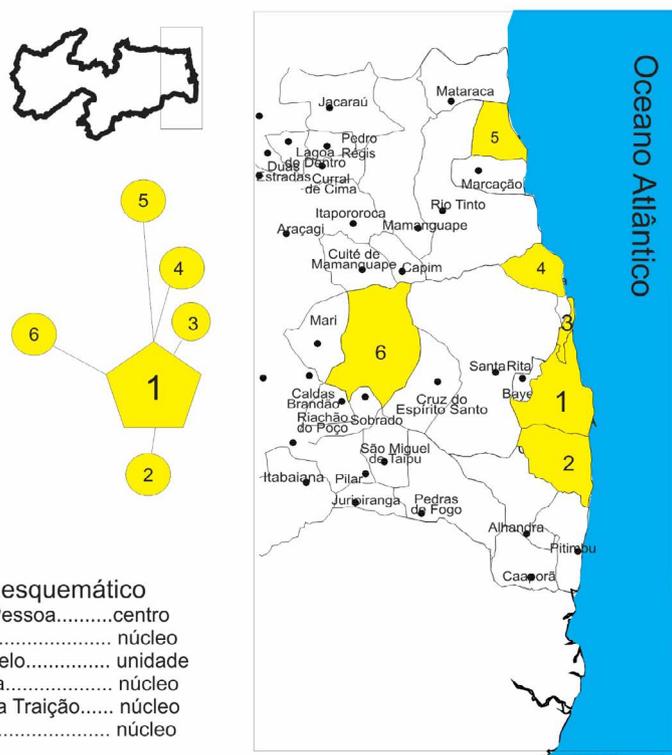
a) Região geográfica intermediária de João Pessoa

Caracteriza-se como a principal área turística do Estado da Paraíba não apenas por ter a capital administrativa do Estado (cidade de João Pessoa), cuja importância política possibilita a atração dos principais investimentos em infraestrutura e equipamentos, mas por corresponder à faixa litorânea, espaço este tradicionalmente apropriado a atividades turísticas (**Figura 2**). Apesar disso, apenas poucos espaços têm despertado o interesse dos agentes empreendedores.

Entre esses espaços, a cidade de João Pessoa caracteriza-se como principal uma vez que se apresenta como espaço de atração e dispersão no Estado da Paraíba, sendo, portanto, um espaço complexo, repleto de atrativos diversificados. Além disso, a cidade destaca-se pela influência exercida em

outros municípios da região e do Estado da Paraíba de um modo geral.

FIGURA 2 – ESPAÇOS TURÍSTICOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JOÃO PESSOA



Fonte: Elaborado por Souza Júnior, 2017

A cidade de João Pessoa caracteriza-se, portanto, como o principal espaço turístico do Estado da Paraíba, tanto em termos de diversidade como no que se refere a complexidade, infraestrutura e equipamentos disponíveis. Nesse es-

paço, evidenciaram-se diferentes tipos de atividades que possuem como natureza o processo de apropriação espacial, a exemplo do turismo cultural localizado no setor histórico; do turismo litorâneo de praia, localizado na orla marítima; e do turismo científico caracterizado pelo Espaço Ciência e pelo Centro de Convenções, além de diversas opções relacionadas ao turismo natural, de serviços e de negócios. Apesar dessas características, a cidade diferencia-se das demais (incluindo de capitais de outros estados) pelo fato de fornecer qualidade de vida aos visitantes uma vez que, embora sede de metrópole, possui características de cidade de porte médio.

Ao sul, foi possível mapear a existência de um núcleo turístico localizado no município do Conde: a praia de Tambaíba, onde se desenvolve a prática do naturalismo. A sua classificação como núcleo se dá pelo fato de que o acesso ao espaço é controlado de forma a preservar as individualidades dos usuários, que são obrigados a se despir para ter acesso ao espaço.

Já ao norte da cidade de João Pessoa, foram identificados mais três espaços: Cabedelo, Lucena e Baía da Traição. Cabedelo destaca-se como unidade turística pelo fato de sua conexão direta a João Pessoa, tendo como principal atrativo o pôr do sol na Praia do Jacaré e as praias ambientalmente preservadas, a exemplo de Areia Vermelha. Já Lucena caracteriza-se como um núcleo turístico pelo fato de possuir como único atrativo a visita ao Projeto Peixe-boi, o qual, apesar de bastante demandado, possui sérios problemas de acessibilidade. O último município do setor norte é o município de Baía da Traição, onde se destaca o turismo histórico e cultural. Ao contrário de Cabedelo, que possui uma integração

com João Pessoa, os espaços de Lucena e Baía da Traição são caracterizados como núcleo turístico por estarem isolados no que se refere a suas configurações como roteiro de visitação.

Finalmente, a oeste, destaca-se o município de Sapé, onde se destacam os aspectos rurais com a presença de fazendas e chácaras utilizadas para retiros espirituais das mais diferentes crenças.

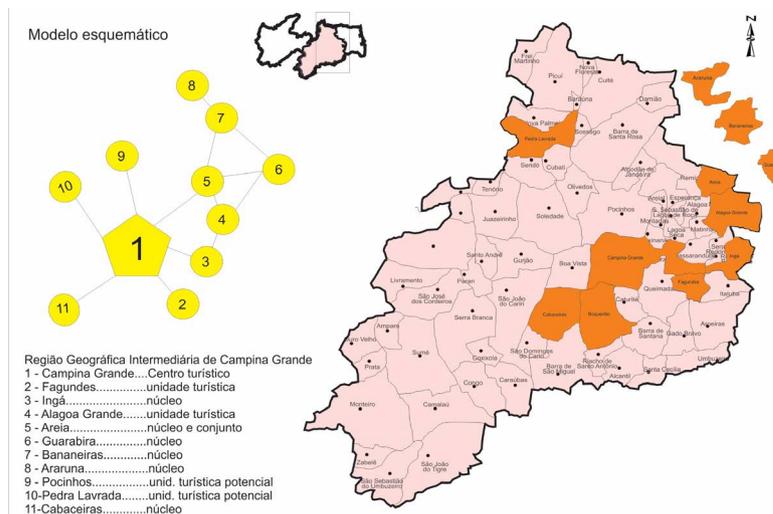
b) Região geográfica intermediária de Campina Grande

Embora com mais municípios espacializados, esta região possui uma área turística ainda não completamente estruturada devido a dois fatores principais: a) a principal cidade (Campina Grande) não possui característica de centro turístico uma vez que o seu próprio espaço ainda está em processo de estruturação; e b) os espaços turísticos que compõem essa “área” ainda estão desconectados em termos de interdependência entre os atrativos (**Figura 3**).

No que se refere à produção do espaço turístico de Campina Grande, este ainda está em processo de estruturação. Apesar dos diversos atrativos capazes de influenciar visitas à cidade, a exemplo das festas juninas, do carnaval e dos vários eventos religiosos, o que se caracteriza como um diferencial no contexto regional, Campina Grande ainda não possui um espaço característico estruturado.

Apesar de ser a segunda cidade mais importante no Estado da Paraíba, Campina Grande necessita de investimentos em infraestrutura e equipamentos turísticos.

FIGURA 3 – ESPACIALIZAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CAMPINA GRANDE



Fonte: Elaborado por Souza Júnior, 2017

As visitas feitas pelos turistas, quando estes não as realizam por motivos de negócio, limitam-se à participação em eventos. Assim sendo, o turista não se apropria efetivamente do espaço.

Por outro lado, embora seja atualmente um espaço de atração, a maioria dos visitantes tem ainda João Pessoa como o principal espaço de atração e dispersão. Tal fato coloca em xeque a função da cidade de Campina Grande como um centro turístico, apesar do potencial para isso. Sendo assim, considerando a sua importância dentro do Estado da Paraíba e o seu potencial paisagístico, Campina Grande se caracteriza como um centro turístico potencial.

Ao norte da cidade, destacam-se os municípios de Areia, Bananeiras e Araruna. No caso dos dois primeiros

(Areia e Bananeira), evidenciou-se uma classificação diversificada uma vez que tanto se apresentam como núcleo turístico, se considerarmos o fato de que os atrativos estão restritos aos seus respectivos espaços, como podem ser mapeadas como conjunto turístico se considerarmos a influência dessas cidades em atividades culturais, como o Circuito do Frio, e na apropriação das paisagens naturais através das trilhas que as conectam.

Já Araruna caracteriza-se como núcleo uma vez que ainda se encontra isolada, embora o seu principal atrativo (a Pedra da Boca) atraia muitos visitantes. O principal problema está relacionado à ausência de infraestrutura capaz de acolher de forma adequada os visitantes, a exemplo das condições de acessibilidade e hospedagem.

Ao sul/sudeste do município de Campina Grande, destacam-se os municípios de Fagundes e Ingá. No caso de Fagundes, o turismo religioso (pedra de Santo Antônio) associado à evidência de inscrições rupestres no espaço rural influenciam a caracterização da cidade como unidade turística. Já o município de Ingá caracteriza-se como um núcleo turístico uma vez que seu espaço está restrito aos registros rupestres, a exemplo do município de Pocinhos, embora este tenha potencial para estruturação do seu espaço para o turismo.

Apesar de inseridas na região geográfica intermediária de João Pessoa, as cidades de Guarabira, Bananeiras e Araruna foram incluídas como pertencentes à região de João Pessoa devido ao entendimento de que os aspectos fisiográficos e culturais estão mais relacionados a essa região. Gua-

rabira se destaca como núcleo turístico devido à existência da visita a estátua de Frei Damião, que atrai visitantes durante toda a época do ano. Durante a atividade de campo, pode-se evidenciar o descaso da gestão municipal quanto à manutenção desse atrativo, especialmente no que se refere à acessibilidade e ausência de infraestrutura para receber o visitante, assim como as ações de manutenção do atrativo o qual, durante boa parte do ano, fora do calendário das romarias, encontra-se abandonado.

Conhecida como “Roliúde nordestina”, Cabaceiras destaca-se como núcleo turístico em estruturação e já consta como referência de visitação. Entre os atrativos existentes, destaca-se o Lajedo do Pai Mateus – relicário ambiental dos afloramentos rochosos do Seridó. O município tem investido muito para a consolidação do turismo como alternativa econômica para a cidade, especialmente no que se refere à acessibilidade e sinalização.

Já Pedra Lavrada polariza uma região com dez sítios arqueológicos: Cantagalo, Serra das Flechas, Pedra do Sólón, Quixaba, Retiro, Cumati, Serra Branca, Salgadinho II, Boa Esperança e São Gonçalo. A maioria das tradições de inscrições rupestres encontradas nesses sítios são agreste/Nordeste, tendo em algumas localidades as Itacoatiara, a qual se caracteriza como a mais famosa estando localizada no Complexo Arqueológico do Cantagalo. Trata-se do monumento conhecido como Pedra de Retumba, que infelizmente hoje se encontra soterrado às margens do riacho Cantagalo. Com exceção do Complexo Arqueológico do Cantagalo e da Pedra

do Letreiro na Serra das Flechas, que estão com grau de conservação comprometido, a maioria está em razoável estado de preservação.

Finalmente, observou-se uma influência de Campina Grande em outros municípios da região devido à ausência neles de um centro turístico, a exemplo da cidade de Cabaceiras: devido ao potencial paisagístico para o turismo ecológico e antropológico na região conhecida como Lajedo do Pai Mateus; e na questão cultural, devido à vocação da cidade para a área da cinematografia.

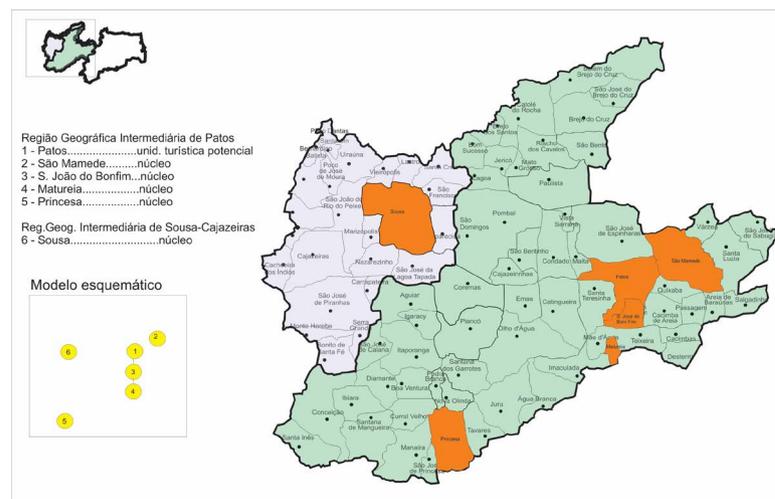
c) *Região geográfica intermediária de Patos e de Sousa-Cajazeiras*

As visitas aos municípios desta região mostraram uma realidade diferente daquela defendida pelos gestores e empreendedores do setor que promovem o discurso da existência de uma interiorização do turismo no Estado. Durante a atividade de campo, não constatamos a existência de centros turísticos. Apesar das intervenções públicas de melhoramento das estradas e de acessibilidade, os atrativos estão isolados e são pouco divulgados nas agências de viagem, hotéis ou pousadas.

Identificamos que, embora alguns atrativos tenham uma infraestrutura moderada, a ausência de acessibilidade entre eles, associada à ausência de um espaço que se caracterize como centro turístico, coloca em xeque a formação de áreas turísticas nessas regiões.

De acordo com as observações realizadas em campo, os municípios estão distantes de obtenção dos requisitos mínimos para a seleção de um deles como centro turístico, sendo mais viável sua conexão como pertencente ao centro turístico de Campina Grande.

FIGURA 4 – ESPACIALIZAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS DE PATOS E DE SOUSA-CAJAZEIRAS



Fonte: Elaborado por Souza Júnior, 2017

A atividade de campo identificou a existência de estruturação de espaços turísticos em cinco municípios da região de Patos (Patos, São José do Bonfim, Matureia, Princesa e Sousa) e um na região de Sousa-Cajazeiras. Entre esses municípios, apenas Patos possui condições mínimas para se configurar como centro turístico devido à falta de infraestrutura e equipamentos, especialmente no que se refere a serviços de hospedagem e alimentação, acessibilidade e sinalização. Os

outros quatro municípios (São José do Bonfim, Matureia, Sousa e Princesa) foram caracterizados como núcleo devido justamente ao isolamento dos atrativos, conforme observado na Figura 3.

No caso de Patos, considerando-se a sua posição estratégica e a atual complexidade do seu espaço urbano, poder-se-ia efetivar sua caracterização como unidade tendo como referência a existência de um importante atrativo turístico dentro do seu espaço urbano (a Cruz da Menina) e as condições de acessibilidade para os demais municípios.

São José do Bonfim caracteriza-se como núcleo turístico tendo como atrativo o turismo natural a partir da Pedra do Tendó. O local possui estrutura razoável com a presença de um restaurante. A partir desse local, é possível visualizar a depressão sertaneja, sendo, portanto, um atrativo no qual é possível uma relação da atividade turística com o conhecimento científico.

Já no município de Matureia, localiza-se o Pico do Jabre, o qual corresponde ao pico mais alto do Estado da Paraíba. Na base de acesso ao empreendimento, existe a ruína de um antigo ponto avançado da empresa de energia elétrica do estado da Paraíba, o qual, se bem estruturado, pode servir como referência para implantação de uma logística de recepção aos visitantes, já que o acesso ao pico é íngreme e muito complicado para ser realizado a pé. A paisagem sertaneja pode ser contemplada em seu topo, apesar da presença de várias antenas de empresas de telefonia que locaram suas antenas no local.

Já na cidade de Princesa, destaca-se a existência do Casarão das Almas, local onde funciona o museu que retrata alguns momentos em que Lampião fugia da polícia de Pernambuco e da Paraíba, pois o casarão fica justamente na linha de fronteira entre os municípios de Princesa (PB) e Triunfo (PE). O acesso ao casarão a partir de Princesa é dificultado pela ausência de infraestrutura, tendo como alternativa o acesso via Triunfo (PE).

Na proposta da produção do espaço turístico a partir de Patos, poder-se-ia estruturar justamente o roteiro proposto uma vez que o deslocamento de ida e retorno poderia ser feito em um dia, sendo opcional outra proposta de dois dias, se considerarmos a existência de uma hospedagem nas proximidades do acesso ao Pico do Jabre. Segundo os contatos realizados com visitantes durante a atividade de campo, quando os questionamos sobre tais possibilidades, o posicionamento da maioria foi o de ser favorável à segunda proposta por considerar a existência da opção de hospedagem e a possibilidade de contemplação do pôr-do-sol a partir do Pico do Jabre.

Finalmente, destacamos o município de Sousa, que possui um atrativo turístico existentes apenas no local: o rastro do deslocamento dos dinossauros. O acesso ao atrativo é dificultado devido à ausência de sinalização dentro da cidade, apesar de esta utilizar bastante as imagens dos dinossauros. Já o local propriamente dito possui uma boa estrutura, embora seja necessário um investimento na sua reestruturação, adequando-o a novas formas de apropriação, a exemplo do acesso ao acervo do museu, da autorização para funcio-

namento de lanchonetes e lojas de *souvenirs*. Acrescenta-se a isso a estruturação do espaço de pesquisa já existente no atrativo e a locação de objetos lúdicos, como a inclusão de miniaturas de dinossauros nos locais em que se observam os rastros deixados por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de infraestrutura evidenciados ao longo das atividades de campo, assim como a ausência de acessibilidade a equipamentos que viabilizem a difusão da atividade turística na maioria dos municípios inseridos na região geográfica intermediária de Patos e de Sousa-Cajazeiras, se caracterizam ainda como os maiores desafios para o processo de interiorização e efetivação da produção do espaço turístico paraibano.

Com relação ao discurso da interiorização do planejamento dos espaços turísticos no Estado, ao contrário do mapeamento feito nas regiões de João Pessoa e Cajazeiras e do discurso feito pelos gestores públicos e pelas agências de turismo que apontam para o interesse da interiorização da atividade, observou-se um isolamento dos espaços com potencialidade para se constituírem como turísticos. Na prática, a pesquisa evidencia a reprodução dos investimentos no litoral e no agreste, ficando a região da Borborema e a do Sertão ainda carentes de ações de estruturação espacial para o turismo.

REFERÊNCIAS

BOLÓS & CAPDEVILA, M. (et al). *Manual de Ciencia del paisaje: Teoría, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Masson, 1992.

BOULLÓN, R. *Planejamento do espaço turístico*. Tradução de Jossely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turismo).

TURISMO E PROMOÇÃO DA SAÚDE: BUSCA DE CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DA PARAÍBA

MARTHA PRISCILA BEZERRA PEREIRA
LUIZ MANOEL DA SILVA

INTRODUÇÃO

A partir do tema do projeto de pesquisa “O conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento no Estado da Paraíba”, foi pensado algo que pudesse complementar a ideia principal. Dessa forma, fizeram-se os seguintes questionamentos iniciais: os municípios considerados turísticos coincidem com os municípios que mais promovem a saúde? Ao viajar para determinado local, o turista promove a sua saúde? Nesse sentido, esta pesquisa busca analisar os níveis de promoção da saúde existentes em municípios com locais turísticos no estado da Paraíba. Este trabalho serve como teste de uma metodologia que ainda está sendo aprimorada.

Este texto está dividido em seis partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, “Introdução aos conceitos”, resgatam-se os conceitos de turismo

e promoção da saúde que serão utilizados. Na segunda parte, “Municípios Turísticos na Paraíba”, aproveita-se a classificação do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) e do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDS) como base para analisar informações sobre a Promoção da Saúde. Na terceira parte, “Municípios turísticos que promovem a saúde: escolha de indicadores”, buscaram-se indicadores a partir das variáveis apresentadas como primordiais para se promover a saúde. A quarta parte, “Critérios de análise dos indicadores: determinação dos níveis e do período do ano que os mesmos influenciam”, apresenta os critérios básicos de classificação para que o leitor tenha condições de entender como foi realizada a classificação. A quinta parte, “Resultados: análise dos indicadores através das variáveis”, faz uma explanação das variáveis (homicídios, índice de analfabetismo, índice de pobreza, índice de Gini, volume de abastecimento de água por dia por pessoa, acesso a serviços de saúde, períodos secos e chuvosos, desastres naturais) relacionadas aos seus indicadores (paz, educação, renda, justiça social e ecossistema saudável); enquanto a sexta parte, “Discussão: classificação por níveis a partir dos indicadores e variáveis analisados”, explana a classificação dos municípios.

INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS

Nesta parte, serão resgatados os conceitos de turismo e promoção da saúde. O turismo como prática surgiu naturalmente e foi se modificando a partir de novas neces-

sidades e das tecnologias existentes em cada período histórico, enquanto a promoção da saúde teve seu resgate a partir do olhar das conferências internacionais sobre promoção da saúde (PEREIRA, SOUZA JÚNIOR, 2017).

No que diz respeito ao turismo, este pode ser entendido como um fenômeno realizado pelos homens em sociedade, sendo o atrativo a condição de sua ocorrência (CÉSAR, 2010). O turismo nasce a partir do deslocamento temporário de pessoas de seu lugar natural de residência em busca de bem-estar em atrativos diversos, como lazer, descanso, religiosidade, saúde, aventura, etc. (BARRETO, 2003).

Boullón (2002) afirma que o turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente e foi se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos como, entre outras coisas, o progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião. Assim, o turismo surgiu a partir do deslocamento das pessoas e da descoberta de novos locais, progredindo à medida que iam descobrindo e explorando os atrativos.

A busca em conhecer o local turístico faz com que ocorram fenômenos a partir do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos (DE LA TORRE, 1992). Esses fenômenos podem estar ligados ao comércio, por exemplo, que fica aquecido ao receber um grande número de visitantes. Ainda segundo De La Torre (1992), no turismo há um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estada. É durante a estada que o turista vivencia o local turístico e também toda a estrutura turística de que o município dispõe, bem como mantém contato com a população local. É

a partir da estada que seguimos a pesquisa, analisando como os municípios estudados se encontram organizados para promover a saúde dos seus habitantes e, conseqüentemente, dos turistas durante a estada.

De acordo com Brasil (2002), a promoção da saúde pode ser entendida como uma “combinação de estratégias”: ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias interssetoriais. Assim, para que um ambiente seja considerado saudável, deve-se ter uma mescla de ações do Estado em conjunto com a comunidade. Brasil (1996) define que, para um local ser promotor da saúde, são necessários alguns elementos como: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Em uma das vertentes da promoção da saúde, Buss (2003) pressupõe o envolvimento dos sujeitos na construção de melhores condições de vida, ou seja, elas se propõem a atingir os determinantes da saúde, tais como alimentação, saneamento básico, transporte, lazer, etc.

Ainda para Buss (2003), a promoção da saúde seria uma racionalização de possibilidades ou atitudes concretas que visam tanto a uma possível mudança de comportamentos individuais, quanto do ambiente que o indivíduo vivencia, tendo como foco a melhoria das suas condições de saúde. Assim a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais e a construção de ambientes saudáveis seriam estratégias de promoção da saúde (GUIMARÃES, 2014).

A promoção da saúde, segundo a Carta de Ottawa, contempla cinco campos de ação: implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes saudáveis; capacitação da comunidade; desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas; e reorientação de serviços de saúde. Logo, os lugares turísticos que apresentarem esses determinantes estarão promovendo a saúde. Além disso, cada uma das vertentes de promoção da saúde está envolta em entendimentos que precisam ser explicitados para que se possam compreender as ações delas decorrentes, bem como para a discussão das implicações da adoção de uma ou outra concepção no processo de produção da saúde (IGLESIAS & ARAUJO, 2011).

Assim, utilizamos a Carta de Ottawa como referência na pesquisa, já que define paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade como alguns dos elementos entendidos como necessários para promover a saúde (BRASIL, 1996), sendo estes por nós adaptados e utilizados nos municípios com locais turísticos no estado da Paraíba.

Tendo por base a concepção de turismo já apresentada e este entendimento sobre promoção da saúde, o que se pode observar no estado da Paraíba?

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS NA PARAÍBA

Ao analisarmos os níveis de promoção da saúde nesses municípios, podemos traçar roteiros para o turista identificando os municípios que possuem melhores condições de promoção da saúde, segundo os critérios estabelecidos.

O Estado da Paraíba tem 223 municípios (BRASIL, 2015b), dentre os quais 54 (24,22%) foram considerados como potencialmente turísticos pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME) (PARAÍBA, 2008) (**Quadro 1**).

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS PARAIBANOS COM POTENCIAL TURÍSTICO, SEGUNDO O IDEME (2008)

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	ID	MUNICÍPIOS
Mata Paraibana	Litoral Norte	01	Baía da Traição
		02	Mamanguape
		03	Mataraca
		04	Rio Tinto
	João Pessoa	05	Bayeux
		06	Cabedelo
		07	Conde
		08	João Pessoa
		09	Lucena
		10	Santa Rita
		11	Cruz do Espírito Santo
	Sapé	12	Pilar
	13	Sapé	
	Litoral Sul	14	Pitimbu
Agreste	Brejo Paraibano	15	Alagoa Grande
		16	Alagoa Nova
		17	Areia
	Guarabira	18	Bananeiras
		19	Guarabira
	Curimataú Oriental	20	Pirpirituba
		21	Dona Inês
	Itabaiana	22	Araruna
		23	Ingá
	Campina Grande	24	Boa Vista
		25	Campina Grande
		26	Fagundes
		27	Queimadas
Curimataú Ocidental	28	Pocinhos	
	29	Algodão de Jandáira	
Borborema	Seridó Oriental	30	Pedra Lavrada
		31	Picuí
	Cariri Oriental	32	Cabaceiras
		33	São João do Cariri
		34	Monteiro
	Cariri Ocidental	35	Prata
		36	Serra Branca
		37	Sumé
Seridó Ocidental	38	Santa Luzia	
	39	São Mamede	
Sertão	Patos	40	Patos
		41	Teixeira
	Serra do Teixeira	42	Matureia
		43	São Bento
	Catolé do Rocha	44	Coremas
		45	Piancó
	Sousa	46	Aparecida
		47	Pombal
		48	Sousa
		49	Vieirópolis
	Cajazeiras	50	Cajazeiras
51		São João do Rio do Peixe	
52		Triunfo	

Fonte: Elaborado por Souza Júnior, X.S.S. (2016).

Observa-se que o turismo na Paraíba dispõe de diversos atrativos e continua crescendo. Segundo a Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), em 2015, o turismo no estado aumentou 4,52% em relação ao ano anterior, uma vez que foram recebidos 1.724.506 hóspedes (PARAÍBA, 2015).

Os municípios com potencialidade turística no estado possuem uma grande variedade de atrativos turísticos. Na Mesorregião da Zona da Mata, destacam-se as praias, o naturismo e o turismo natural; na Mesorregião do Agreste, sobressai o turismo cultural com a rota cultural dos Caminhos do Frio e dos Caminhos dos Engenhos; nos municípios do Brejo Paraibano, é o Maior São João do Mundo em Campina Grande, além das inscrições rupestres das Itacoatiaras de Ingá; na Mesorregião da Borborema, evidencia-se o turismo histórico com as inscrições rupestres em Pedra Lavrada; e na Mesorregião do Sertão Paraibano, destacam-se o Vale dos dinossauros no município de Sousa e o turismo religioso da Cruz da Menina na cidade de Patos.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS QUE PROMOVEM A SAÚDE: ESCOLHA DE INDICADORES

Para escolher os indicadores dos municípios que promovem a saúde, buscaram-se os critérios entendidos pelas conferências internacionais (PEREIRA, SOUZA JÚNIOR, 2017), especificamente a Conferência de Otawa, são eles: paz, educação, renda, ecossistema estável e justiça social (BRASIL, 1996). Em relação aos outros indicadores (habitação, alimentação, recursos sustentáveis), não foram encontradas variáveis que fornecessem alguma resposta.

Dentre os indicadores escolhidos para esta pesquisa (paz, educação, renda, justiça social e ecossistema estável), estes foram combinados com variáveis que poderiam corresponder, pelo menos em parte, ao nível em que se encontrava determinado município. O quadro abaixo apresenta os indicadores e as respectivas variáveis (**Quadro 2**).

QUADRO 2 - CRITÉRIOS PARA GERAÇÃO DOS INDICADORES

INDICADORES	VARIÁVEL ESCOLHIDA	JUSTIFICATIVA/ FONTE DE DADOS
PAZ	Homicídios no município	Menos homicídios aumentam a sensação de segurança (Mapa da violência de Júlio Jacobo Waiselfiz/ www.mapadaviolencia.org.br).
EDUCAÇÃO	Percentual de alfabetização	Quanto mais acesso à educação, mais oportunidades de emprego e renda surgem, favorecendo melhores condições de vida (IBGE).
RENDA	Incidência de pobreza/ Índice de GINI (desigualdade)	Quanto mais igualitária a renda, há possibilidade de melhoria da moradia, educação, alimentação, etc. (IBGE).
ECOSSISTEMA ESTÁVEL	Precipitação municipal organizada por climogramas (períodos secos e chuvosos)/ Desastres naturais	Quanto menos a população sofrer com condições ambientais severas, melhor será tanto para a zona rural como para a zona urbana do município, e isso se reflete na recepção turística (BDclima-Embrapa/ Atlas Paraíba-Desastres naturais).
JUSTIÇA SOCIAL	Condições igualitárias de acesso a serviço de saúde/ acesso a água potável	Condições de vida justas e reivindicações sociais e políticas equilibradas favorecem uma população mais satisfeita com seu lugar, o que se reflete na aparência do local (IBGE).

Fonte: Pesquisa documental e bibliográfica (2014-2015).

A partir desses critérios, foi realizado um levantamento para analisar até que ponto os lugares turísticos localizados na Mesorregião do Agreste Paraibano estão promovendo a saúde.

Para gerar o indicador PAZ, buscou-se o índice de homicídios. Os municípios que apresentarem o menor índice de mortalidade devido a homicídios seriam os que mais pro-

moviam a paz. Com base no mapa da Violência de Waiselfiz (2010/2012), foi possível calcular os homicídios por 100.000 habitantes. Esse índice é gerado da seguinte maneira:

$$\frac{\text{Número de homicídios no município} \times 100.000}{\text{População exposta ao risco}}$$

O indicador EDUCAÇÃO foi gerado a partir de dados do IBGE relativos ao índice de analfabetismo da população residente acima de 15 anos. A pesquisa utiliza dados de três anos (1991, 2000 e 2010) e mostra uma redução de analfabetos em todos os municípios pesquisados. Também foi pesquisada a média comparativa do estado da Paraíba para obter um parâmetro.

Quanto ao indicador RENDA, buscamos parâmetros em duas variáveis: a Incidência da pobreza e o Índice de Gini, a partir de dados do Censo Demográfico do ano de 2000 do IBGE e da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, de 2002/2003. Essa pesquisa mede o grau de concentração de renda dos municípios estudados e assim aponta a desigualdade existente nesses municípios. Os municípios que apresentam um índice menor de desigualdade têm possibilidade de melhorar também as condições de moradia, os níveis de violência, a alimentação, dentre outros aspectos.

Para o indicador ECOSSISTEMA ESTÁVEL, trabalhou-se com a ocorrência de desastres naturais, através de dados do Atlas Paraíba de Desastres Naturais (2011). Foram encontrados três tipos de desastres naturais que ocorreram nos municípios com locais turísticos no período de 1991-2010: inundação brusca, inundação gradual e estiagem ou seca.

Por fim, para o indicador JUSTIÇA SOCIAL, foram escolhidas duas variáveis: o acesso ao abastecimento de água e o acesso a serviços de saúde. Nesses dois serviços, buscamos definir a variável com intuito de verificar se toda a população possui serviços básicos para a manutenção da saúde.

A água potável é um bem essencial para a sobrevivência, assim um município sem abastecimento de água adequado para a população não possui estrutura para receber turistas em hospedagens. Visto isso, buscou-se como parâmetro o volume de água por dia, em metros cúbicos (m³), que cada município recebe e quanto a população dispõe de água, em m³, por mês. A Organização das Nações Unidas (ONU) sugere que cada pessoa necessita de 3,3m³ de água por mês para sobreviver de forma digna.

A outra variável para definir a justiça social foi o acesso aos serviços de saúde, que compreendem os estabelecimentos de saúde públicos e os leitos para internação em estabelecimentos de saúde públicos nos anos de 2005 a 2009. Os serviços de saúde para a população ajudam no controle de doenças, o que acarreta o não contágio de algumas morbidades na população residente e nos turistas, fazendo com que o município e, conseqüentemente, o local turístico sejam mais saudáveis.

Como parâmetro, usamos a Revista de Saúde Pública (1972), a qual indica que, para cada 1000 habitantes, deve-se ter disponíveis quatro leitos para internação. Assim, podemos observar se o município está servindo à população de maneira correta, sendo possível até atender possíveis tu-

ristas. O cálculo foi realizado seguindo a população estimada pelo IBGE nos anos de 2005 a 2009.

Essas variáveis deverão ser apresentadas com seus respectivos dados na continuidade deste trabalho.

**CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS INDICADORES:
DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS, PERÍODO DO ANO
QUE INFLUENCIAM E POSSÍVEIS AGRAVOS**

Na segunda etapa da metodologia, foram idealizados alguns níveis para que se pudesse manipular os dados disponíveis.

Vale salientar que, para cada variável, foram encontrados dados de anos diferenciados, sendo impossível uma comparabilidade no mesmo período de tempo para todas as variáveis escolhidas.

Dessa forma, foi elaborado um critério inicial com cinco níveis de classificação (**Quadro 3**).

QUADRO 3 - PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	Nenhum fator, em nenhuma época do ano, diminui a qualidade do turismo, e existe uma boa estrutura turística.
2	Uma das variáveis afeta o turismo em um período específico do ano. Porém, existe qualidade turística.
3	Pelo menos 50% dos fatores considerados afetam o turismo em um período do ano, porém existe qualidade turística.
4	Pelo menos um fator afeta durante todo o ano e pelo menos 50% dos fatores considerados afetam o turismo em um período do ano. A qualidade turística está parcialmente prejudicada.
5	Mais de um fator afeta durante todo o ano, e mais de 50% dos fatores afetam o turismo em um período do ano. A qualidade turística está efetivamente prejudicada.

Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2015).

Quanto ao período do ano, essas variáveis potencialmente influenciam a qualidade do turismo durante o ano inteiro ou por um período específico (**Quadro 4**).

QUADRO 4 – VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM EM TODO O ANO OU EM PERÍODOS DIFERENCIADOS

ANO INTEIRO		PERÍODO ESPECÍFICO DO ANO	
INDICADOR	VARIÁVEL	INDICADOR	VARIÁVEL
Paz	Homicídios	Ecossistema estável	Inundação brusca
Educação	Analfabetismo	Ecossistema estável	Inundação gradual
Renda	Incidência de pobreza	Ecossistema estável	Estiagem ou Seca
Renda	Incidência de Gini		
Justiça Social	Abastecimento de água		
Justiça Social	Acesso a serviços de saúde		

Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2015)

Ao considerar a possibilidade de determinados aspectos serem avaliados negativamente, buscou-se um quadro de possibilidades de morbidades que poderiam diminuir o nível de promoção da saúde tanto do morador quanto do turista, se este tiver contato com o problema (**Quadro 5**).

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS PROPÍCIAS AOS FATORES QUE INTERFEREM NA QUALIDADE DA SAÚDE

ASPECTOS RUINS	GRUPO DE DOENÇAS	DOENÇAS MAIS PROPÍCIAS	QUEM DEVE EVITAR?
Saneamento/ Inundações	Grupo 1	Doenças de veiculação hídrica, presentes em lixo, animais peçonhentos/ hepatite A, leptospirose, diarreia infecciosa, tétano.	Famílias com bebês com menos de 1 ano, idosos.
Umidade alta ou umidade baixa demais	Grupo 2	Doenças respiratórias	Pessoas com rinite, asma, doenças pulmonares, bronquite.
Falta de água/ Secas	Grupo 3	Cálculo renal (salinização) doenças relacionadas à pele (micoses) e doenças diarreicas.	Pessoas com propensão a cálculo renal.
Violência	Grupo 4	Estresse pós-traumático, depressão, doenças psicológicas.	Pessoas com doenças cardíacas. Todos.

Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2016)

RESULTADOS: ANÁLISE DOS INDICADORES ATRAVÉS DAS VARIÁVEIS

Como já anunciado, os municípios com locais turísticos no Estado da Paraíba foram classificados como promotores da saúde a partir da análise das variáveis escolhidas, são elas: homicídios (indicador - PAZ), índice de analfabetismo (indicador - EDUCAÇÃO), índice de pobreza, índice de Gini (indicador - RENDA), volume de água por dia à população e acesso aos serviços de saúde (indicador - JUSTIÇA SOCIAL), períodos secos e chuvosos, desastres naturais (indicador - ECOSSISTEMA ESTÁVEL).

Todavia, devido ao número de quadros e gráficos ser muito extenso, optou-se por evidenciar, nesta parte, para cada variável, os municípios que apresentam os melhores e os piores níveis de promoção da saúde.

a) Indicador: Paz (homicídios)

Em relação aos dados dos homicídios por município que possui local turístico, usando informações dos anos de 2010 e 2012 (o número de homicídios dos municípios está disponível no Mapa da Violência do Ministério da Justiça), a população exposta ao risco seria toda a existente no município. Foram usados dados do IBGE, com base na população segundo o censo de 2010 e na população estimada pelo IBGE para cada município em 2012. Selecionamos doze municípios para exemplificação e comparação, sendo seis municípios com menor índice de homicídios e seis com maior índice (**Quadro 6**).

QUADRO 6 - ÍNDICE DE HOMICÍDIOS 2010/2012

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2010	HOMICÍDIOS		POPULAÇÃO 2012	HOMICÍDIOS	
		2010	POR 100.000 HAB.		2012	POR 100.000 HAB.
S. J. DO CARIRI	4.344	0	0	4.309	0	0
VIEIRÓPOLIS	5.045	0	0	5.102	0	0
CABACEIRAS	5.035	0	0	5.148	0	0
BOA VISTA	6.224	0	0	6.415	1	15,58
SANTA LUZIA	14.729	0	0	14.826	1	6,74
PRATA	3.854	0	0	3.919	1	25,51
CABEDELO	57.926	57	98,40	60.226	51	84,68
CONDE	21.418	14	65,36	22.154	21	94,79
JOÃO PESSOA	723.514	580	80,16	742.478	568	76,50
LUCENA	11.730	8	68,20	12.029	6	49,87
SANTA RITA	120.333	80	66,48	121.994	129	105,74
CAMPINA GRANDE	385.276	218	56,58	389.995	224	57,43

Fonte: Adaptado de WASELFI (2010; 2012)

Podemos perceber que os municípios que apresentaram os maiores índices de homicídios foram os municípios da Região Metropolitana de João Pessoa, juntamente com a cidade de Campina Grande. É notável que os altos índices de criminalidade se encontram nos maiores centros urbanos, prejudicando a segurança e a paz da população residente e dos turistas que visitam os locais turísticos desses municípios. Enquanto isso, os seis municípios que apresentaram os menores índices de homicídios nos anos de 2010 e 2012 são municípios pequenos, dentre os quais apenas um possui população superior a 10 mil habitantes.

b) Indicador: Educação (índice de analfabetismo)

Em relação ao índice de analfabetismo da população residente acima de 15 anos, foram considerados os municípios previamente selecionados. Os que apresentaram a porcentagem de analfabetos menor que a média do estado

são considerados mais promotores da saúde que os outros que ainda possuem um maior percentual de analfabetos. Da mesma forma que a variável anterior, classificamos os municípios mais promotores e os menos promotores desta variável (**Quadro 7**). Podemos perceber que são os maiores municípios da Paraíba que apresentam os menores índices de analfabetismo, além de serem os mais desenvolvidos tecnologicamente, onde se encontra uma ampla rede de ensino, atraindo estudantes de diversas partes do estado e do país, e aumentando assim a população residente.

QUADRO 7 - ÍNDICE DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACIMA DE 15 ANOS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS EM COMPARAÇÃO COM O ÍNDICE MÉDIO DO ESTADO DA PARAÍBA - 1991, 2000 E 2010

MUNICÍPIO	ANO			MÉDIA (%)
	1991	2000	2010	
PARAÍBA	42%	30%	23%	31,67
JOÃO PESSOA	17%	11%	8%	12,00
CAMPINA GRANDE	24%	16%	11%	17,00
CABEDELO	29%	14%	11%	18,00
BOA VISTA	-	20%	14%	17,00
BAYEUX	31%	20%	16%	22,33
PATOS	31%	24%	18%	24,33
PILAR	60%	40%	31%	43,67
BANANEIRAS	59%	44%	35%	46,00
ARARUNA	59%	44%	38%	47,00
INGÁ	59%	39%	35%	44,33
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	59%	41%	32%	44,00
MAMANGUAPE	56%	38%	29%	41,00

Fonte: BRASIL (1991; 2000; 2010)

c) Indicador: Renda (índice de pobreza e índice de Gini)

No que diz respeito à Incidência de Pobreza e ao Índice de Gini dos municípios pesquisados, foi utilizado como comparativo o valor médio do estado da Paraíba. Assim, os municípios que estão abaixo da média estadual terão uma

menor desigualdade em relação a outros municípios estudados e, assim, estarão promovendo mais a saúde (**Quadro 8**).

Como se pode observar, a maior parte dos municípios que apresentam maior incidência de pobreza e desigualdade encontra-se no litoral, enquanto os seis com menor incidência de pobreza e desigualdade estão no interior. Dessa forma, podemos perceber que nem sempre as cidades do interior têm miséria e desigualdade extrema. Já em 2003, Cajazeiras apresentou índice de pobreza e índice de Gini (desigualdade) menores que a média do estado da Paraíba, mesmo estando em uma área menos favorecida do ponto de vista econômico.

QUADRO 8- MAPA DA POBREZA E DESIGUALDADE - 2003

MUNICÍPIO	INCIDÊNCIA DE POBREZA EM %	ÍNDICE DE GINI
PARAÍBA	57,48	0,46
ALAGOA GRANDE	57,06	0,40
ALAGOA NOVA	55,52	0,41
SÃO JOÃO DO CARIRI	53,09	0,38
PRATA	55,36	0,38
SANTA LUZIA	56,57	0,43
CAJAZEIRAS	55,26	0,45
LUCENA	68,18	0,38
SANTA RITA	65,88	0,43
POCINHOS	63,28	0,40
MAMANGUAPE	64,66	0,41
MATARACA	65,08	0,37
RIO TINTO	64,24	0,44

Fonte: IBGE, 2003

d) Indicador: Justiça social (abastecimento de água potável e acesso aos serviços de saúde)

Em relação ao abastecimento de água potável, podemos constatar que, dos 54 municípios estudados, apenas 29 oferecem a quantidade de água potável recomendada (3,3m³ mensal por habitante), restando assim 25 municípios

que não oferecem um bom serviço de água potável para sua população e, conseqüentemente, para os turistas que visitam os locais turísticos. Selecionamos os municípios que mais dispõem de água potável para a população e os que menos dispõem (Quadro 9).

QUADRO 9 - VOLUME DE ÁGUA DISPONÍVEL POR DIA PARA A POPULAÇÃO NO ANO DE 2008 NOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2008	VOLUME DE ÁGUA POR DIA POR M ³	VOLUME DE ÁGUA POR MÊS POR M ³	TOTAL
JOÃO PESSOA	693.082	218.310	6.549.300	9.449
PATOS	99.977	31.025	930.750	9.309
CAJAZEIRAS	57.627	17.641	529.230	9.183
BAYEUX	95.470	29.055	871.650	9.130
SOSA	65.568	19.100	573.000	8.739
CABEDELO	51.064	14.447	433.410	8.487
QUEIMADAS	39.956	280	8.400	0,210
ALGODÃO DE JANDAÍRA	2.407	41	1.230	0,511
ALAGOA NOVA	19.700	400	12.000	0,609
SERRA BRANCA	12.762	299	8.970	0,702
POCINHOS	16.397	700	21.000	1,280
AREIA	25.714	1.533	45.990	1,789

Fonte: IBGE estimativa 2008.

No que diz respeito ao acesso a serviço de saúde, considerou-se o parâmetro da Revista de Saúde Pública (1972), a qual indica que, para cada 1000 habitantes, deve-se ter disponíveis quatro leitos para internação. Percebemos, então, que uma quantidade muito pequena dos municípios estudados dispõe do número de leitos indicados pela referida revista. Consideramos também os municípios que não possuem nenhum leito para internação em estabelecimentos de saúde pública (municípios em destaque nos quadros 10 e 11). Dessa forma, a população local e os turistas que visitam os locais turísticos desses municípios, caso necessitem de auxílio para internação, terão de se deslocar para outro município

para serem atendidos, recorrendo, assim, aos serviços de outros municípios, e comprometendo o bom atendimento dos hospitais e das unidades de pronto atendimento.

QUADRO 10 – ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE - 2005 E 2008

MUNICÍPIO	2005		2009	
	Estabelecimentos de saúde pública total	Leitos para internação em estabelecimentos de saúde pública total	Estabelecimentos de saúde pública total	Leitos para internação em estabelecimentos de saúde pública total
Piancó	14	82	17	72
Serra Branca	12	57	12	60
João Pessoa	214	2.772	152	2.987
Picuí	14	77	17	110
São João do Cariri	5	17	5	16
São Mamede	4	45	4	26
Baía da Traição	3	0	11	0
Pirpirituba	9	0	6	0
Boa Vista	4	0	6	0
Cabaceiras	3	0	3	0
Matureia	2	0	2	0
Aparecida	3	0	4	0

Fonte: BRASIL (2005; 2009)

QUADRO 11 – ACESSO: LEITOS PARA INTERNAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS POR 1000 HABITANTES EM 2005 E 2009

MUNICÍPIO	2005		2009	
	População estimada	Leitos para internação em estabelecimentos de saúde pública por 1000 habitantes	População estimada	Leitos para internação em estabelecimentos de saúde pública por 1000 habitantes
Piancó	14.190	5,8	16.455	4,5
Serra Branca	12.066	4,7	12.816	5
João Pessoa	660.798	4,2	702.235	4,2
Picuí	18.821	4,2	19.359	5,7
São João do Cariri	4.689	4,2	4.563	4
São Mamede	7.703	6,4	7.998	3,7
Baía da Traição	7.188	0	7.966	0
Pirpirituba	10.108	0	10.546	0
Boa Vista	5.487	0	5.908	0
Cabaceiras	4.259	0	5.112	0
Matureia	5.196	0	6.029	0
Aparecida	7.160	0	7.607	0

Fonte: BRASIL (2005; 2009).

e) **Indicador: Ecossistema estável (inundação brusca, inundação gradual, estiagem ou seca)**

A seguir, apresentamos um quadro mostrando os períodos seco e chuvoso de cada município pesquisado. A identificação desses períodos se deu a partir dos dados de temperatura e precipitação dos municípios: o mês é considerado chuvoso quando a precipitação em milímetros for maior que duas vezes a temperatura em graus *Celsius*.

Quando em determinado mês o total da precipitação for igual ou menor que o dobro do valor da temperatura, esse mês será considerado seco (**Quadro 12**). Foram encontrados dados para apenas 31 dos 54 municípios estudados, todavia entre esses municípios há exemplos das quatro mesorregiões paraibanas, o que facilita o entendimento do clima nas diferentes partes do estado.

Conforme dados do Quadro 12, o período seco e o período chuvoso do litoral e do interior (Agreste-Sertão) se dão em meses diferentes. Enquanto o período chuvoso dos municípios do litoral chega a ser extenso, o período chuvoso dos municípios do interior é bem curto. Neste período, principalmente nos primeiros meses do ano (janeiro/fevereiro), por causa da grande quantidade de chuva, podem ocorrer desastres naturais como a inundação brusca e a inundação gradual. Isso pode prejudicar, além da população local, a estadia e a visita aos locais turísticos.

Outro desastre natural que pode atrapalhar a visita a locais turísticos é a estiagem ou seca, que ocorre, principal-

mente, nos municípios do interior e prejudica o abastecimento de água, dentre outros fatores que impossibilitam uma boa estadia. No Quadro 13, são apresentados os municípios com locais turísticos do estado que se destacaram com mais e com menos desastres naturais no período de 1991-2010.

QUADRO 12- PERÍODOS SECO E CHUVOSO

MUNICÍPIO	PERÍODO SECO	PERÍODO CHUVOSO
Mamanguape	setembro - dezembro	janeiro- agosto
Mataraca	outubro - dezembro	janeiro- setembro
João Pessoa	setembro - dezembro	janeiro- agosto
Santa Rita	setembro - dezembro	janeiro- agosto
Pocinhos	agosto-fevereiro	março- julho
Fagundes	setembro - janeiro	fevereiro- agosto
Campina Grande	setembro - janeiro	fevereiro- agosto
Ingá	setembro - janeiro	março- agosto
Alagoa Grande	setembro -dezembro	janeiro- agosto
Alagoa Nova	outubro -dezembro	janeiro-setembro
Areia	outubro -dezembro	janeiro- setembro
Bananeiras	outubro -dezembro	janeiro- setembro
Guarabira	outubro -dezembro	janeiro- setembro
Araruna	setembro dezembro	janeiro- agosto
Pedra Lavrada	maio- janeiro	fevereiro- abril
Picuí	maio- janeiro	fevereiro- abril
Boa Vista	agosto- fevereiro	março- julho
Cabaceiras	maio- fevereiro	março- abril
São João do Cariri	junho- janeiro	fevereiro- maio
Monteiro	julho- dezembro	janeiro- junho
Serra Branca	maio- janeiro	fevereiro- abril
Sumé	junho- janeiro	fevereiro- maio
Santa Luzia	maio- janeiro	fevereiro- abril
São Mamede	junho- dezembro	janeiro- maio
Patos	junho- dezembro	janeiro- maio
Teixeira	junho- dezembro	janeiro- maio
Coremas	junho- novembro	dezembro- maio
Piancó	junho- dezembro	janeiro- maio
Pombal	junho- dezembro	janeiro- maio
Sousa	junho- dezembro	janeiro- maio
Cajazeiras	junho- dezembro	janeiro- maio

Fonte: BD Clima-Embrapa

QUADRO 13 – DESASTRES NATURAIS OCORRIDOS ENTRE 1991 E 2010

MUNICÍPIO	A. INUNDAÇÃO BRUSCA	B. INUNDAÇÃO GRADUAL	C. ESTIAGEM OU SECA	D. EROSÃO MARINHA	TOTAL
Conde	-	-	-	-	-
Pitimbu	-	-	-	-	-
Baía Da Traição	-	-	-	1	1
Lucena	2	-	-	-	2
Santa Rita	2	-	-	-	2
Mamanguape	1	-	1	-	2
Campina Grande	4	1	11	-	16
São Mamede	1	1	14	-	16
Pedra Lavrada	1	-	14	-	15
Picuí	1	1	12	-	14
Prata	2	1	11	-	14
Pocinhos	1	-	13	-	14

Fonte: Atlas Paraíba de Desastres Naturais (2011)

Na análise total dos indicadores, observa-se a predominância de eventos em municípios da Mesorregião da Borborema, sendo o principal indicador de ocorrência de desastres naturais a estiagem ou seca. Nos municípios litorâneos, os desastres estão relacionados a inundações bruscas evidenciadas em municípios próximos à capital paraibana, devido ao aumento do fluxo de água em rios e córregos, os quais estão normalmente contaminados com esgotos. Essa água pode transmitir agentes infecciosos, como vírus, bactérias, fungos, entre outros, os quais, em contato com seres humanos, podem causar danos à saúde. As doenças mais comuns que ocorrem por contato com água contaminada são: hepatite A, leptospirose, diarreia infecciosa e tétano.

Grande parte dos municípios estudados está incluída na área de abrangência do semiárido brasileiro, que sofre constantemente com secas. Durante os períodos de estiagem,

o abastecimento de água desses municípios fica comprometido. Desse modo, a população busca água para suprir suas necessidades fundamentais (consumo, alimentação, higiene) em lugares remotos, o que ainda é compartilhado por animais.

Devido ao transporte da água em recipientes, baldes e potes, que muitas vezes não são higienizados corretamente, ocorre a transmissão de bactérias, causando diarreia caso esta água seja consumida. Além das doenças diarreicas, a falta d'água expõe as famílias a outros problemas, como aqueles relacionados à falta de higiene – no caso, micoses e doenças de pele – ou à qualidade da água, como cálculo renal, em função do alto índice de sais na água.

A vulnerabilidade do ambiente também favorece o surgimento de doenças zoonóticas, como a dengue, cujo aparecimento está diretamente relacionado ao armazenamento inadequado de água em tijolos, pneus e até calçadas, facilitando a reprodução do *Aedes aegypti*, o mosquito que transmite a doença.

DISCUSSÃO: CLASSIFICAÇÃO POR NÍVEIS A PARTIR DOS INDICADORES E VARIÁVEIS ANALISADOS

No que diz respeito a possíveis morbidades, elaborou-se um primeiro quadro buscando relacionar o que foi encontrado como aspectos bons e ruins para cada município. A partir do que foi considerado ruim, foram apresentados os possíveis grupos de doenças a que o ser humano estaria exposto (Quadro 14).

QUADRO 14 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PROPÍCIOS A DOENÇAS SEGUNDO AS VARIÁVEIS DEFINIDAS

MUNICÍPIO	ASPECTOS BONS	ASPECTOS RUINS	GRUPO DE DOENÇAS
Baía da Traição	A, B	C, D, F, G, H,	3
Mataraca	A, B, C	D, F, G, J	1
Conde	B, C, D	I, F, G	4
Pitimbu	B, C	D, I, F, G	4
Monteiro	A, B, D	F, G, K, L.	2 e 3
Boa Vista	A, B, E	D, F, J, K, L,	2 e 3
Guarabira	B, C, D E, F	I, J, K	1, 2, 3, 4
Dona Inês	B, D	I, F, G, K, L	1, 2, 3, 4
Ingá	B, D	I, F, G, J, K, L	1, 2, 3, 4
Campina Grande	C, D, E	B, I, F, J, K, M	1, 2, 3, 4
Serra Branca	B, D, E,	F, I, J, K, L	1, 2, 3, 4
Sumé	B, C, D, F,	G, I, J, K	1, 2, 3, 4
LEGENDA			
A) paz; B) índice de GINI, C) água potável, D) serviços de saúde, E) educação, F) índice de pobreza, G) analfabetismo, H) erosão marinha, I) violência, J) inundação brusca, K) estiagem ou seca, L) abastecimento de água, M) inundação gradual		GRUPO 1 (doenças de veiculação hídrica, pela presença de lixo e animais peçonhentos/ hepatite A, leptospirose, diarreia infecciosa e tétano); GRUPO 2 (doenças respiratórias); GRUPO 3 (cálculo renal <salinização>, doenças relacionadas à pele <micoses> e doenças diarreicas); GRUPO 4 (estresse pós-traumático, depressão, doenças psicológicas).	

Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2016)

Tendo como base os parâmetros de classificação dos quadros 3, 4 e 5 no item Procedimentos metodológicos, foram organizadas as informações coletadas em elementos favoráveis e não favoráveis à promoção da saúde nos municípios com locais turísticos no Estado da Paraíba. Dessa forma, foram classificadas as variáveis que promovem e não promovem a saúde durante o ano inteiro ou por um período específico do ano (**Quadro 15**).

QUADRO 15 – QUANTIDADE DE VARIÁVEIS PROMOTORAS DE SAÚDE EM LOCAIS TURÍSTICOS

Município	A	B	C	D	Município	A	B	C	D
Baía da Traição	2	2	4	1	Pocinhos	1	1	5	2
Mamanguape	2	1	4	2	Algod. de Jandaira	2	1	4	2
Mataraca	3	2	3	1	Pedra Lavrada	3	1	3	2
Rio Tinto	3	2	3	1	Picuí	4	0	2	3
Bayeux	3	2	3	1	Boa Vista	3	1	3	2
Cabedelo	3	2	3	1	Cabaceiras	4	1	2	2
Conde	2	3	4	0	São João do Cariri	5	0	1	3
João Pessoa	4	1	2	2	Monteiro	2	2	4	1
Lucena	2	2	4	1	Prata	3	0	3	3
Santa Rita	3	2	3	1	Serra Branca	3	1	3	2
Cruz do Esp. Santo	2	1	4	2	Sumé	3	1	3	2
Pilar	2	1	4	2	Santa Luzia	5	0	1	3
Sapé	2	1	4	2	São Mamede	3	0	3	3
Pitimbu	2	2	4	1	Patos	4	0	2	3
Alagoa Grande	4	1	2	2	Teixeira	2	1	4	2
Alagoa Nova	2	1	4	2	Matureia	2	1	4	2
Areia	2	1	4	2	São Bento	3	0	3	3
Bananeiras	1	1	5	2	Coremas	2	0	4	3
Guarabira	4	1	2	2	Piancó	5	1	1	2
Pirpirituba	2	1	4	2	Aparecida	4	0	2	3
Dona Inês	1	2	5	1	Pombal	4	0	2	3
Ingá	1	1	5	2	Sousa	4	0	2	3
Araruna	3	2	3	1	Vieirópolis	3	1	3	2
Campina Grande	3	0	3	3	Cajazeiras	5	1	1	2
Fagundes	2	2	4	1	S. J. do Rio do Peixe	3	0	3	3
Queimadas	1	0	5	3	Triunfo	2	0	4	3

A) promove o ano inteiro; B) promove um período específico; C) não promovem o ano inteiro; D) não promove no período específico
 Considere-se que são seis variáveis que interferem o ano inteiro e três que interferem num período do ano ($a + c = 6 / b + d = 3$)
 Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2016)

Ao analisar esses resultados, considerando a metodologia utilizada, podemos verificar que quase todos os municípios se encontram no nível 5. Todavia alguns municípios apresentaram melhores resultados que outros, dispendo, as-

sim, de melhor qualidade da promoção da saúde para sua população e, conseqüentemente, para os turistas.

A seguir, no Quadro 16, apresentamos os municípios por qualidade de promoção da saúde de acordo com as variáveis utilizadas.

QUADRO 16 – CLASSIFICAÇÃO DOS 14 MUNICÍPIOS QUE SÃO TURÍSTICOS OU POTENCIALMENTE TURÍSTICOS E MAIS PROMOVEM A SAÚDE

POSICÃO	MUNICÍPIO	POSICÃO	MUNICÍPIO
1	Piancó	8	Baía da Traição
2	S. J. do Cariri	9	Mamanguape
3	João Pessoa	10	Cruz do Esp. Santo
4	Picuí	11	Triunfo
5	Mataraca	12	Dona Inês
6	Pedra Lavrada	13	Bananeiras
7	Campina Grande São Mamede	14	Queimadas

Fonte: Organizado por Silva e Pereira (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter muitos municípios com potencialidades turísticas, o Estado da Paraíba é carente de espaços que proporcionem ao turista um ambiente saudável e que seja considerado promotor da saúde.

A dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas para promoção da saúde, através da recuperação das paisagens a partir da relação entre os poderes municipais, estaduais e federal, apresenta-se como principal desafio para a estruturação de cidades saudáveis para o turista.

Por fim, constatamos um equívoco na relação entre a função ou papel do município com sua incorporação como

ambiente saudável para o turista, devido a problemas estruturantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Manual de Geografia do Turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: EDUFPE, 1999. 108p.

BRASIL. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991-2010**. Volume Paraíba. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: UFSC, 2011.

BRASIL. **Mesorregiões do Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: FIBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BRASIL. **Promoção da Saúde**. Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall e Declaração de Bogotá. Brasília: FIOCRUZ/MS, 1996. 47p.

BRASIL. **Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2007. 168 p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento dos Espaços Turísticos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BUSS, Paulo Marchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (Org.). **Promoção da Saúde** - conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, 176p. p. 15-38.

DESTINO PARAÍBA. **Secretaria de Turismo do estado da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.destinoparaiba.pb.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

EMBRAPA. **Bancos de Dados Climáticos**. Disponível em: <<http://www.bdclima.cnpm.embrapa.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

FREITAS, Carlos Machado de (Org.). **Promoção da Saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 176p. p. 15-38.

GUIMARÃES. Raul Borges. **Saúde e Geografia sem fronteiras**. Uberlândia-MG: Ed. Assis, 2014. 160p.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra; SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. Promoção da saúde e Geografia: análise de pesquisas no estado da Paraíba pelo PRÓ-SAÚDE GEO. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (Org.). **Paraíba 2**: pluralidade e representações geográficas. 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2017, v.2, p. 151-166.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. **Conhecimento geográfico para a promoção da saúde**. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. 6(10): 7-88, junho de 2010.

PORTAL da Saúde. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 06 set. 2014.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: MJ/MS: RITLA/ Instituto Sangari, 2010-2012.

PARTE 2

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS SOBRE GEOGRAFIA DO TURISMO

**A INCLUSÃO DO SISTEMA JARDINEIRAS
COMO ALTERNATIVA PARA CONSOLIDAÇÃO
DO ESPAÇO TURÍSTICO DE
CAMPINA GRANDE**

YURY ARAÚJO DE LIMA

INTRODUÇÃO

Os transportes públicos terrestres caracterizam-se como um meio de deslocamento de pessoas dentro ou fora das cidades através de pagamento de tarifas, sendo particulares ou coletivos, destacando-se os ônibus devido à sua capacidade de transportar um número significativo de usuários e favorecer a mobilidade das pessoas dentro das cidades.

De concessão privada para uso coletivo, os ônibus urbanos acabam não atendendo as demandas em suas especificidades, a exemplo do seu uso para fins de visitação turística uma vez que, além de desconfortáveis, há obrigatoriedade de seguir um roteiro predefinido para atendimento da demanda pública de acesso aos espaços urbanos, associados à vulnerabilidade dos usuários no que se refere a situações de

risco de violência. Devido a isso, o ônibus urbano se torna pouco atrativo para o turista.

Tal fato tem inspirado gestores de diversas partes do mundo a adotarem ônibus com espaços de visibilidade panorâmica para o transporte dos visitantes com fins turísticos, os quais são conhecidos popularmente como jardineiras.

A ideia do ônibus panorâmico inspirou-se nos *double decker* - ônibus de dois andares, criados para atendimento público da mobilidade urbana na cidade de Londres, no início do século XX, e que ainda está em funcionamento. Por possibilitar uma visão ampla das paisagens e acomodar confortavelmente o turista, os ônibus tipo jardineiras foram bem aceitos por empresas envolvidas com a promoção do turismo e pelo próprio Estado como gestor das políticas de mobilidade urbana, especialmente as relacionadas à produção dos espaços turísticos.

A implantação das jardineiras no Brasil foi difundida nas principais cidades da região Sul (Curitiba, Porto Alegre, Maringá, Gramado, Florianópolis), sendo posteriormente estendida às cidades das regiões Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e Nordeste (Recife, Natal, Salvador e Fortaleza). Entre as cidades brasileiras que contam com as jardineiras como transporte coletivo para uso exclusivo do turismo, Curitiba possui destaque pela tradição e eficiência na oferta dos serviços, sendo um dos exemplos da viabilidade de parceria entre empresas privadas e gestão pública na coordenação da mobilidade urbana.

O texto ora apresentado corresponde a resultados de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas entre os anos de 2015 e 2016, como desdobramento das informações obtidas durante a nossa contribuição a pesquisa do CNPq “O conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do estado da Paraíba”. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, realizamos um breve resgate sobre a origem e implantação do sistema jardineiras no Brasil. Ato contínuo apresentamos uma proposta de viabilização desse tipo de serviço na cidade de Campina Grande e região, de forma a contribuir com a consolidação do espaço turístico do município.

O sistema jardineiras¹ de transporte turístico caracteriza-se por atuar tanto na escala regional, a exemplo do Circuito Terê-Fri (Teresópolis-Nova Friburgo), como na escala intraurbana, sendo esta mais convencional, pautando-se na visita a pontos turísticos do contexto urbano das cidades, a exemplo do sistema jardineiras adotado em Curitiba, em 1999 (MOURA, 2007), o qual se destaca por possibilitar ao usuário a opção de planejar o(s) ponto(s) de visitação, ficando livre para viver a cidade segundo planejamento pessoal.

Se por um lado a criação do sistema jardineiras surge com a proposta de aperfeiçoar o processo de apropriação e consumo dos espaços turísticos das áreas urbanas, por outro

1 “A origem do nome Jardineira se dá por dois motivos: Um pela estética dos ônibus, quadrados com aberturas laterais que pareciam os vasos compridos que ficavam nas sacadas. Outro dá conta que entre os anos de 1920 e 1940, os ônibus, com as laterais abertas, transportavam, na ida e na volta, as operárias da região da Mooca e Ipiranga (SP), que usavam chapéus floridos.” (GESTOUR BRASIL, 2015. Disponível em: <<http://www.gestourbrasil.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016).

a sua difusão e aceitabilidade surgem como consequência da crise urbana presente nas cidades, com destaque para a redução no uso de espaços públicos e a conseqüente sensação de insegurança e dificuldade de mobilidade dentro desse espaço. Tais elementos são definidores da redução da sensação de ambiência, a exemplo do que vem sendo constatado no caso de Campina Grande, cujos espaços de uso público são condicionados ao uso em horário convencional.

De fato, caracterizada pelo crescimento de diferentes modalidades de turismo realizadas ao longo do ano e pelos esforços de consolidação do seu espaço turístico, sendo a segunda cidade mais importante no contexto da escala da Paraíba (MARQUES, 2013), Campina Grande sofre bem com os enclaves produzidos pela materialização e difusão dos eventos de violência, a exemplo do que foi evidenciado por Santos (2012).

A pesquisa fundamentou-se, portanto, na hipótese de que a inclusão do sistema jardineiras em Campina Grande apresenta-se como uma alternativa para a consolidação do espaço turístico da cidade, por possibilitar a redução das situações de risco à violência (física ou psicológica) ao visitante, conforme observado em outros espaços urbanos; além de proporcionar uma integração mais eficiente dos pontos turísticos de Campina Grande de forma a consolidar a cidade como um espaço turístico.

São essas as contribuições apresentadas neste texto, as quais, além da introdução e considerações finais, estão divididas em duas partes: sendo uma relacionada à promo-

ção de um debate de cunho teórico sobre os princípios norteadores do debate entre a Geografia e o Turismo; ao tempo em que a segunda analisa a produção do espaço turístico de Campina Grande-PB.

CAMPINA GRANDE E A PRODUÇÃO DO SEU ESPAÇO TURÍSTICO

Localizada no agreste paraibano, com cerca de 120 km de distância da capital (João Pessoa), a cidade de Campina Grande possui particularidades que a fazem ser reconhecida mundialmente, seja por seus aspectos culturais e históricos, seja por fatores atuais que a fazem emergir como cidade estratégica no Estado da Paraíba. Fazendo-se uma análise das recentes políticas de reestruturação urbana, pode-se perceber que a cidade tem passado por significativas transformações espaciais, resultantes de suas atividades socioeconômicas, dentre as quais poderíamos destacar os investimentos na difusão dos eventos.

Em termos de participação no PIB estadual, a cidade está ranqueada em segundo lugar (IBGE, 2010), exercendo, portanto, um importante papel nas políticas de desenvolvimento regional por parte do Governo do Estado, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços e atividades industriais.

O início do século XXI caracteriza-se como um novo marco na reestruturação urbana da cidade a partir dos investimentos para melhoria dos sistemas de mobilidade urbana, fornecendo novas dinâmicas nas áreas comerciais e na

prestação de serviços, especialmente no que se refere ao dinamismo dado ao setor imobiliário e à expansão da rede hoteleira devido à expansão dos eventos contidos no calendário oficial da cidade, dentre os quais se destacam os encontros religiosos durante o período de Carnaval e as festas juninas, os quais têm influenciado o reconhecimento da cidade como um dos principais centros de atração turística do Estado e da região do Nordeste oriental.

No período em que as comemorações juninas são festejadas no Nordeste, Campina Grande se destaca porque, em seu território, é realizada a festa conhecida e consolidada como *o Maior São João do Mundo*, quando a cidade entra no clima dos festejos culturais e religiosos do período. Conhecida no Brasil por essa festividade, Campina Grande ganha destaque como ponto turístico de atração, em que pessoas de diversas partes do país observam, no espaço criado para festa, uma maneira de efetivarem suas atividades de lazer dentro desse período.

Por possuir uma base histórica marcada por acontecimentos que deram base para sua organização atual, Campina Grande possui vários pontos espaciais que ainda remontam a seus tempos antigos. Verdadeiras “rugosidades”, como afirma Milton Santos (2006), no que vale a sua organização espacial atual. É sabido que muito desses pontos se constituem como algo a ser admirado pelas pessoas que observam, nos prédios antigos, uma forma de contemplar a historicidade da cidade, dando assim um destaque à sua história.

As diversas atividades de campo e as conversas com setores do governo municipal responsáveis pelo desenvolvimento urbano da cidade evidenciaram a existência de uma verdadeira concentração do conhecimento da cidade no que vale os seus festejos, marcados pelo evento junino, e por outros eventos que têm despontado como potenciais econômicos e turísticos, a exemplo os encontros religiosos que acontecem no período do Carnaval, dando apenas algumas opções de lazer em determinados períodos do ano para todos os visitantes que aqui estão hospedados, ou buscam atividades alternativas para realizar dentro da cidade.

Conforme pesquisa realizada por Marques (2013), tem-se conhecimento que a cidade possui diversos locais que podem ter potencial para usabilidade turística, os quais ainda não foram explorados em sua totalidade, para que assim pudessem trazer algo de importante e diferenciado dentro da cidade.

Sendo diversos os pontos que se localizam na região central da cidade de Campina Grande classificados como históricos devido a sua arquitetura antiga e pontos construídos recentemente para que os espaços sejam mais bem aproveitados no seu aspecto visual.

É preciso entender que locais considerados como potenciais turísticos só podem ser assim classificados de acordo com os equipamentos ao seu redor, favorecendo um suporte para as atividades desenvolvidas, a exemplo dos hotéis e pousadas, como locais de estadia para o visitante; restaurantes e lanchonetes, como servidores de alimentação bá-

sica; além de um circuito de trânsito que favoreça e dinamize a circulação dos indivíduos (Figura 1).

FIGURA 01: PROPOSTA DE ROTEIRO PARA CAMPINA GRANDE A PARTIR DO USO DAS JARDINEIRAS



A implementação desse circuito favorece a fluidez na mobilidade, além de locais específicos que auxiliem o turista sobre como se deslocar, o que conhecer, onde ficar, como fazer para ter acesso aos locais tidos como turísticos, cabendo-lhes oferecer informações que dão visibilidade ao que a cidade possui, à sua importância turística e aos locais que serão visitados, selecionados de acordo com sua relevância como patrimônio humano e cultural de determinado local (Quadro 1).

QUADRO 1 – ESPAÇOS COM POTENCIAIS TURÍSTICOS

LUGARES	IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICA
Parque do Povo	Local onde se realizam os eventos religiosos e culturais dentro da cidade, além de ser ponto de encontro de segmentos da sociedade, como patinadores, ciclistas, motoqueiros, etc.
Parque da Criança	Sendo o principal local de caráter natural (área verde) dentro da cidade, é um espaço para a promoção da saúde e do lazer, comportando pista de caminhada, campos de futebol, quiosques para piquenique, além de grama para confraternização entre as pessoas,
Vila do Artesão	Local destinado à venda de produtos de caráter artesanal, produzidos pelas mãos dos artesãos do município de Campina Grande.
Estação Velha	Local histórico de Campina Grande, foi a principal estação ferroviária da cidade no século XIX e atualmente comporta o Museu do Algodão, produto que caracterizou o crescimento econômico, político e social da cidade.
Açude Novo	Outra área verde da cidade, é representado por um obelisco que possui em volta uma piscina decorativa.
Teatro Municipal Severino Cabral	Local de atrações artísticas-culturais
Praça Clementino Procópio	Uma das praças de Campina Grande, remonta a história da cidade com seus monumentos.
Praça da Bandeira	Principal praça da cidade, é ponto de encontro de moradores e de pessoas mais velhas.
Rodoviária Antiga	Considerada histórica, é ainda ponto de apoio para acesso a outros municípios dentro do estado da Paraíba.
Museu Histórico-Geográfico de Campina Grande	Museu localizado no centro da cidade, traz objetos, textos, produções artísticas preservados desde os primórdios da ocupação e criação da cidade.
Catedral Nossa Senhora da Conceição	Primeira igreja católica que acompanha o crescimento da cidade desde os tropeiros da Borborema.
Restaurantes - Avenida Manoel Tavares	Principal ponto gastronômico da cidade, possui diversos restaurantes com comidas típicas da região, além de rede de <i>fast-foods</i> e comidas de origem de outras culturas do mundo.
Estátuas dos pioneiros da Borborema	Simbolizam os primeiros construtores do município, os índios Arias e Cariris, a coletora de algodão e os tropeiros (viajantes e exploradores dessa região).
Estátuas de Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga	Símbolos da cultura musical da região Nordeste
Museu de Arte Popular da Paraíba	Ponto que reúne obras culturais do estado da Paraíba e região
Monumento dos Tropeiros da Borborema (150 anos de Campina Grande)	Monumento localizado às margens do Açude Velho, retrata o velho e o novo numa junção das atividades dos tropeiros com a arquitetura moderna.
Açude Velho	Corpo hídrico da cidade, é utilizado para atividades físicas e de contemplação devido a sua beleza paisagística.

Fonte: Elaborado por Melo, 2016

Fonte: Atividade de campo realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2016.

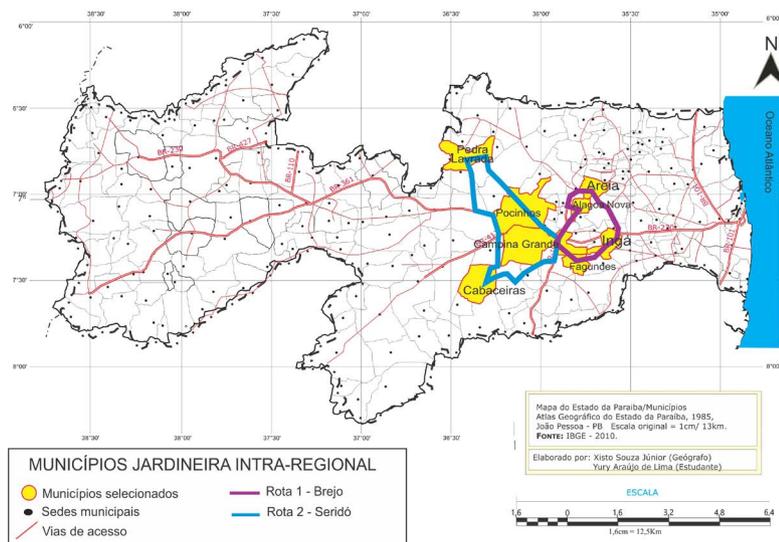
O ROTEIRO NO ESPAÇO INTRAURBANO ESTRUTURA-SE COM BASE NAS ROTAS DE DESLOCAMENTO PREVIAMENTE DEFINIDAS, TENDO SEU INÍCIO NO AÇUDE VELHO.

NA PROPOSTA, AMPLIA-SE PARA A ESCALA REGIONAL EM CONCORDÂNCIA COM OS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA UTILIZADA COMO REFERÊNCIA, PODENDO SER TRAÇADOS DOIS ROTEIROS INTRARREGIONAIS:

ROTA BREJO E ROTA SERIDÓ. A PROPOSTA REFORÇARIA O PAPEL DE CAMPINA GRANDE COMO CENTRO TURÍSTICO (MAPA 1).

MAPA 1 – PROPOSTA DE ROTEIRO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CAMPINA GRANDE

ESTADO DA PARAIBA – JARDINEIRA INTRARREGIONAL



Autor: Xisto Souza Júnior

a) Rota 1 – Brejo - Envolve os municípios de Campina Grande, Areia, Alagoa Grande, Ingá e Fagundes. Entre os espaços delimitados, destacam-se as cidades Areia, Ingá e Fagundes. O destaque da cidade de Areia se deve ao reconhecimento de sua importância histórica no estado da Paraíba. Tombada pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade destaca-se pela arquitetura colonial, pelos engenhos de açúcar e pelas reservas florestais. No caso do município de Ingá, o destaque está relacionado à existência de escritos rupestres; ao tempo que Fagundes destaca-se pelo desenvolvimento do turismo religioso a partir do incentivo às atividades de pesquisa.

b) Rota 2 – Seridó - Enquadra os municípios de Pedra Lavrada, devido aos sítios arqueológicos em seu entorno; de Pocinhos, por sua estrutura geológica e geomorfológica, com o atrativo do Parque das Pedras; e de Cabaceiras, considerada a “Roliúde Nordestina”, por ter sido palco de produções cinematográficas como o “O auto da compadecida”, do escritor Ariano Suassuna, além de sua riqueza geológica e geomorfológica com o Lajedo do pai Mateus.

PARA ALÉM DOS FESTEJOS JUNINOS

Campina Grande é conhecida na região e no território brasileiro pela festa realizada no período junino. Conhecida por celebrar o Maior São João do Mundo, é confrontada com as demais festas que acontecem simultaneamente em outros estados, a exemplo a festa junina que acontece no mesmo período na cidade de Caruaru, em Pernambuco, conhecida por celebrar o Melhor São João do Mundo. Partindo disso, poderíamos questionar sobre a produção desse espaço

turístico dentro da cidade. É evidente que a reinvenção da festa deve ser constante a fim de manter seu status e fazer com que a cidade esteja sempre à venda para patrocinadores. Embora isso provoque a perda de seu caráter primordialmente cultural, há maior acessibilidade por pessoas de todas as classes sociais, não concorrendo assim com outras localidades que promovem os mesmos tipos de atrações que despertam o interesse das pessoas por diversão.

Dentro desse contexto, é importante frisar que, em nossa realidade, todo o investimento de caráter turístico da cidade se concentra nessa festa, fazendo com que ela perca a sua visibilidade quanto aos demais elementos que compõem sua estrutura espacial. Como citados anteriormente, foram pesquisados os locais que possuem potencial turístico, mas que no final acabam esquecidos pelas gestões municipais, no que se refere aos aspectos de reestruturação para seu melhor aproveitamento por parte dos visitantes e também dos seus moradores, que muitas vezes sequer conhecem a história do próprio local onde habitam.

Boullón, em seus estudos sobre a produção do espaço turístico, enfatiza que existem diversas classificações que podem nomear um determinado espaço turístico, sendo classificados de acordo com as estruturas que dão suporte à sua execução e efetivação. Dentre estes, Boullón fala sobre os centros turísticos que podem ser entendidos por “[...] todo conglomerado urbano que consta em seu próprio território ou dentro do seu raio de influência com atrativos turísticos de tipos e hierarquias suficientes para motivar uma viagem turística” (BOULLÓN, 2002).

Boullón ainda afirma que, dentro de um espaço turístico, deve haver alguns elementos que o estruturam e lhe dão forma, que são: “[...] os locais de hospedagem, locais de alimentação, de entretenimento, agências de viagem de ação local, balcões de informação turística sobre as instalações e atrativos locais, comércios turísticos, postos telefônicos, correios, telégrafos, telex, entre outros” (BOULLÓN, 2002).

Tendo em vista esse pressuposto, poderíamos afirmar que a cidade de Campina Grande dispõe de lugares, prédios e elementos que lhe dão esse caráter turístico, porém não são realmente aproveitados para a promoção do turismo anual dentro dela. Este, antes, era limitado apenas pelos festejos juninos realizados apenas no mês de junho, restringindo assim seu potencial.

Ao realizarmos uma pesquisa nos locais que recebem visitantes dentro da cidade (hotéis e museus), foi perceptível o déficit que a cidade possui em promover o seu espaço comprovadamente turístico. A pesquisa foi efetuada através da aplicação de questionários em dois locais, no Museu de Artes Populares da Paraíba (MAPP) e no Garden Hotel, sendo este um dos principais hotéis da cidade. Foi possível aplicar 200 questionários durante os dias 26 e 27 de fevereiro, pelo fato de ser um período considerado de baixa temporada.

Através da pesquisa, pudemos constatar a predominância de pessoas do sexo masculino, mas que variaram em suas idades, indo de 21 a mais de 61 anos, um verdadeiro equilíbrio nessa parte. A pesquisa constatou a predominância de solteiros oriundos de diversos locais.

A maioria acha a cidade turística, devido à sua cultura regional, com bastante ênfase nos festejos juninos, podendo nos levar inicialmente apenas à notoriedade dada apenas pelo São João e não também pelos outros locais turísticos da cidade. Ao indagarmos sobre os pontos tidos como objetos e espaços turísticos por eles, houve a predominância da seleção de lugares que são de maior visibilidade, como o Açude Velho e o Parque do Povo, mas os demais pontos que compõem a cidade também foram selecionados, apesar da dificuldade de identificação por parte dos sujeitos pesquisados.

A maioria considera a cidade tranquila, apesar das notícias que aparecem nas reportagens sobre a violência da cidade. Quanto à pergunta sobre a possibilidade de caminharem a pé entre os pontos turísticos, foi observado que muitos não fariam devido às condições climáticas e topográficas, além da distância entre os pontos. A mobilidade dos pontos foi considerada boa. Assim, é possível acreditar que Campina Grande perde o potencial que ela possui no aspecto turístico devido à falta de visibilidade desses setores da cidade, dando uma maior ênfase ao conhecido Maior São João do Mundo.

A última questão levantada buscou identificar a concepção de turismo. As respostas foram diversificadas. Alguns compreenderam turismo marketing; outros, como forma de conhecer a cultura; como forma de descanso, lazer e conhecimento. O turismo seria uma forma de ver as belezas naturais ou ainda uma atividade de exploração econômica daquele que a pratica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do turismo como alternativa de desenvolvimento tem, portanto, provocado mudanças significativas no sistema urbano dos municípios selecionados pelos gestores e pelas grandes corporações. A estruturação das redes entre as cidades reforça a relação dialética na promoção da integração territorial a partir da valorização contraditória de um movimento centrífugo (ao reforçar a estruturação de redes entre os municípios de forma a promover a dispersão do processo de reestruturação socioespacial) e centrípeto (ao reafirmar os centros urbanos tradicionais como principais espaços do sistema proposto)

Tais argumentos justificam a necessidade de os geógrafos tomarem para si o debate sobre a produção de espaços turísticos a partir das conexões em rede de seus pontos e atrativos. A inclusão do sistema jardineira em Campina Grande apresenta-se como alternativa ao desenvolvimento urbano da cidade, tendo em vista os efeitos positivos dessa experiência em outros espaços urbanos, que tem como principal referência teórico-conceitual a leitura geográfica da produção desses espaços turísticos.

Além disso, a inclusão do sistema jardineiras apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento socioespacial da cidade por proporcionar as condições de ambiência urbana, possibilitando a consolidação da produção do espaço turístico de Campina Grande ao fornecer elementos para superar as limitações dos principais problemas ine-

rentes à cidade, a exemplo da violência que tem influenciado a redução dos usos dos espaços públicos.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turismo).

MARQUES, Jordânia Alyne Santos. **Uma análise sobre os obstáculos e potencialidades no uso do turismo como alternativa econômica para Campina Grande**. Relatório PIBIC, 2012. Propex/UFCG, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Sâmara I. L. **A influência da violência urbana nas redefinições do uso dos espaços públicos em Campina Grande-PB**. Relatório PIBIC 2010. Propex/UFCG, 2012.

MOURA, Rosa. **O Turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba**. Turismo – Visão e Ação. v. 9, n. 3. p. 341-357, set./dez. 2007.

CAPÍTULO 5

A INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE FAGUNDES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DA MICRORREGIÃO DE CAMPINA GRANDE

XISTO SERAFIM DE SANTANA DE SOUZA JÚNIOR
MARCICLEIDE DA SILVA MILANEZ

INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento sócio-espacial¹ é uma das principais preocupações dos gestores urbanos. Nessa perspectiva, o turismo desponta como uma das mais importantes atividades de promoção ao desenvolvimento econômico e inclusão social.

No caso do Nordeste brasileiro, no entanto, a produção do espaço turístico tem-se evidenciado mais em ambientes litorâneos ou grandes centros urbanos, sendo ainda feito de forma amadora nas cidades interioranas devido, entre outras coisas, à falta de planejamento para difusão dessa atividade. No que tange a esse aspecto, a Geografia tem

¹ Em concordância com as orientações repassadas pelo organizador, utilizaremos o termo sócio-espacial para nos referirmos apenas à análise dos objetos dentro de um contexto social, e o termo socioespacial para nos referirmos às práticas sociais em sua relação no espaço, conforme justificativas apresentadas em nota de rodapé apresentada na introdução desta obra.

inúmeras contribuições, considerando-se a influência dessa atividade com o seu objeto de estudo (o espaço geográfico) e as relações presentes entre os atores sociais responsáveis pela existência dessa atividade.

Apesar dos programas e das políticas de estímulo à estruturação das atividades turísticas realizadas no âmbito do Governo Federal durante a primeira década do século XXI, o investimento na estruturação de espaços turísticos no interior do Nordeste brasileiro tem ocorrido ainda de forma tímida, sendo restrito a alguns municípios que se utilizam dos eventos ou dos potenciais paisagísticos para participarem desse processo.

Nesse sentido, ao analisar o espaço numa perspectiva territorial, fundamentada em propostas bem consolidadas e planejadas, o interesse pelo desenvolvimento apreende uma nova dinâmica uma vez que passa a envolver, de forma essencial, “a estruturação de mudanças na sociedade, de tal modo que as mudanças de ordem política, social e ideológica ou econômica irão de preferência reforçar, em vez de entrar em conflito com as mudanças nos outros âmbitos” (DALAND, 1969. p. 5).

No tocante ao processo de planejamento, a região se constitui antes de tudo numa ferramenta de delimitação, de análise e de implementação de políticas regionais. Mesmo assim, os diferentes modelos de regiões despertam inúmeras críticas, as quais não deixam de ser extremamente salutares na medida em que buscam melhores resultados. Para Friedmann (1960), os diversos tipos de regiões são estabelecidos fundamentalmente a partir de dois critérios: **a) homogeneidade** e **b) interação**.

Frequentemente, quando pensamos num plano de desenvolvimento para uma determinada região, utilizamos como referência os principais centros regionais onde se estabelecem os fluxos de atividades e pessoas (FRIEDMANN, 1960, p. 34), sendo as cidades que ocupam uma posição privilegiada na rede urbana regional na qual estão inseridas caracterizadas como centro de gestão. É esse o quadro de referências que relaciona Campina Grande ao turismo regional, tendo em vista a diversidade dos seus eventos, especialmente o São João e os encontros religiosos realizados no período carnavalesco, devido à sua escala de abrangência.

Distante 118,9 km² da capital João Pessoa, Campina Grande, apesar de ser uma cidade de porte médio, com uma população de 383,764 habitantes residindo numa área de 621 km² (IBGE, 2010), possui arranjos espaciais que expressam problemas sérios vivenciados por cidades de maior porte demográfico.

A cidade de Campina Grande configura-se como estratégica no que se refere às preocupações administrativas para o desenvolvimento regional e a interação do estado da Paraíba. Junto com mais sete municípios (Boa Vista, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas e Serra Redonda), a cidade de Campina Grande tem passado por um intensivo processo de reestruturação, tanto do seu espaço urbano como do desenvolvimento de ações que proporcionem a promoção da integração e a conexão entre os municípios. Alguns desses municípios destacam-se por conter atrativos turísticos reconhecidos, porém, sem a devida profissionalização, a exemplo da Pedra de Santo Antônio na cidade de Fagundes-PB.

No contexto intraurbano, caracterizam-se os deslocamentos diários em busca de atendimento a serviços especializados de saúde, comercial ou financeiro, os quais se apresentam como realidades visíveis ao cotidiano da cidade, fato que contribui com o aumento dos congestionamentos, sujeitando os circulantes a uma situação de estresse semelhante aos que se evidenciam em cidades de maior porte. Nesse contexto, a cidade de Fagundes teria pouco impacto devido à existência de uma linha férrea entre Campina Grande e o Distrito de Galante, através do qual se tem acesso a Fagundes.

Nesse sentido, o presente texto tem por objetivo analisar os obstáculos e as potencialidades da criação de espaços turísticos na região de Campina Grande, inserida nesse debate a inclusão do município de Fagundes como parte integrante do desenvolvimento da região geográfica intermediária de Campina Grande.

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA DO TURISMO

Tendo em vista que a pesquisa do turismo pelo viés geográfico trata de um fenômeno sócio-espacial, é necessária uma interpretação dos diversos fatores que influenciam a sua atividade e as consequências no espaço geográfico. Para isso, recorreremos ao método qualitativo.

Para a concretização da pesquisa, adotamos as concepções de Boullón (2002), que possibilitam a montagem de uma matriz sobre o estágio em que se encontra o espaço turístico de Campina Grande e região, assim como suas potencialidades no que se refere à sua implementação.

Posteriormente, há a identificação do tipo de infraestrutura e superestrutura turística presente em Campina Grande e região, tendo em vista que esses se apresentam como alicerce básico de qualquer proposta turística. A infraestrutura configura-se como um elemento primordial, uma vez que sem ela os atrativos tornam-se pouco expressivos. Segundo Boullón (2002), a infraestrutura se divide quanto à sua condição física e à sua localização. A primeira corresponde às redes que interligam os assentamentos humanos no sentido de resolver as necessidades internas, possibilitando a fluidez das atividades e os sistemas. Em relação à localização, a infraestrutura pode ser externa – servindo a todos os setores sem estar vinculado a um de forma específica - e interna, que corresponde aos recursos fornecidos para movimentar o sistema.

Tais elementos, contudo, estão diretamente relacionados à própria superestrutura, que corresponde à ação do poder público no que diz respeito à permissão e ao controle da dinâmica do espaço turístico, criando leis específicas para estimular e inibir, selecionar e excluir a participação do setor privado - principal responsável pela locação dos equipamentos turísticos.

Nesse cenário, percebe-se que a dinâmica do espaço turístico está diretamente relacionada ao sistema de objetos e sistema de ações, similares aos anunciados por Santos (1997) em sua definição de espaço geográfico, os quais estão voltados para o estímulo e a retenção das características do espaço: potencial de atração, qualidade visual-estrutural e capacidade de difusão e inclusão.

Numa perspectiva similar, Barros (2002), utilizando-se da classificação de Butler, defende o espaço turístico como um produto-consequência que estaria delineado em seis fases: exploração, envolvimento, consolidação, estagnação, declínio e rejuvenescimento, as quais podem ser variáveis segundo as suas necessidades. Assim, numa análise sobre a produção do espaço turístico, deve-se ter o seu elemento inicial voltado para o enquadramento do espaço a uma dessas fases, o que fornece condições para o enquadramento do produto turístico quanto à escala geográfica.

Essa opção metodológica, contudo, não está completa. Para termos uma base sólida sobre as consequências espaciais produzidas pelo desenvolvimento do turismo, faz-se necessário termos precaução com dinâmica e ação de cada representante, especialmente no que se refere à identificação do estágio em que se encontra a organização do espaço. Para isso, adaptamos a metodologia definida por Bolós y Capdevila (1992) para o estudo da paisagem, iniciando o estudo do espaço turístico a partir da análise - tratamento - detecção de anomalias, carências ou impactos - previsão - probabilidade de mudança irreversível ou de ocorrência; e síntese - diagnóstico final e prevenção.

Portanto, as opções metodológicas adotadas se complementam no sentido de suprirem as lacunas deixadas pela intrusão do turismo. De fato, a complexidade inerente ao desenvolvimento dessa atividade remete ao uso de aportes metodológicos complementares, de forma a levar à compreensão de como são criados os objetos para o desenvolvimento da atividade turística e as consequentes interferências espaciais.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DA REGIÃO DE CAMPINA GRANDE

De acordo com dados da Empresa Paraíba de Turismo (PBTur), podemos observar que o fluxo de turistas em Campina Grande tem um forte crescimento nos meses de fevereiro a março, no período de Carnaval, o qual ocorre com vários eventos religiosos, tais como: Encontro para Nova Consciência (ecumênico), Encontro da Família Católica (católico), Encontro da Consciência Cristã (evangélico), Movimento da Integração Espírita (espírita) e Encontro Amigos do Torá (judaico). No período junino, temos os eventos culturais e religiosos da cidade e região.

Segundo Dias (2008), a sazonalidade pode ser entendida como a concentração de visitantes durante um período específico, sendo motivado, por exemplo, pelo período de verão, no caso das regiões litorâneas; no inverno, no caso de deslocamento para áreas frias; ou mesmo no período de férias escolares ou de trabalho.

A sazonalidade é, portanto, uma das características mais marcantes das atividades turísticas, configurando um intenso movimento de turistas em determinadas épocas do ano.

O turismo é visto como uma atividade que traz desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para o local onde se estabelece. Contudo, para que esse desenvolvimento ocorra, fazem-se necessários alguns investimentos em infraestrutura turística, tais como na revitalização dos pontos turísticos, articulados com sua importância histórico-cultural, além da sinalização das ruas e construção de circuitos entre os locais.

A região de influência de Campina Grande dispõe de vários locais a serem visitados, a exemplo de Galante (Trem do Forró e as fazendas em seu entorno), Fagundes (Pedra de Santo Antônio), Ingá (inscrições rupestres ali presentes), Araruna (turismo de aventura realizado no Parque Estadual Pedra da Boca) e Cabaceiras (turismo natural e cultural).

Nesse contexto, Campina Grande se destaca como potencial regional de atração e dispersão de turista. No período de junho a início de julho, temos como principal evento as festividades juninas, que, por sua vez, instituíram à cidade o título de o maior São João do mundo. A construção dessa imagem atrai turistas e, com isso, o desenvolvimento da economia por meio do comércio, artesanato, shows de artistas locais e demais pessoas envolvidas na festividade, não se restringindo apenas a Campina Grande, mas também às cidades circunvizinhas.

Contudo, ao incorporar o slogan de Maior São João do Mundo, a cidade acaba se restringindo a esses trinta dias de festividades delimitadas em seu calendário, pois importantes recursos como o Salão de Artesanato, a Vila do Artesão e o Sítio São João só funcionam efetivamente no período junino. Portanto, não existe uma continuidade no seu uso para a renda local e o desenvolvimento do turismo.

Desta forma, podemos inferir que a ausência de investimentos em infraestrutura, planejamento e mobilidade urbana são os principais desafios na consolidação da área turística que envolve a região de Campina Grande e municípios da região.

Contudo, outro desafio para viabilização do espaço turístico corresponde à ausência de infraestrutura que possibilite a mobilidade, considerando que a distância entre os pontos, se considerarmos Campina Grande como área core ou centro turístico, requer um plano específico para viabilização da conexão com municípios vizinhos, como as cidades de Areia e Fagundes.

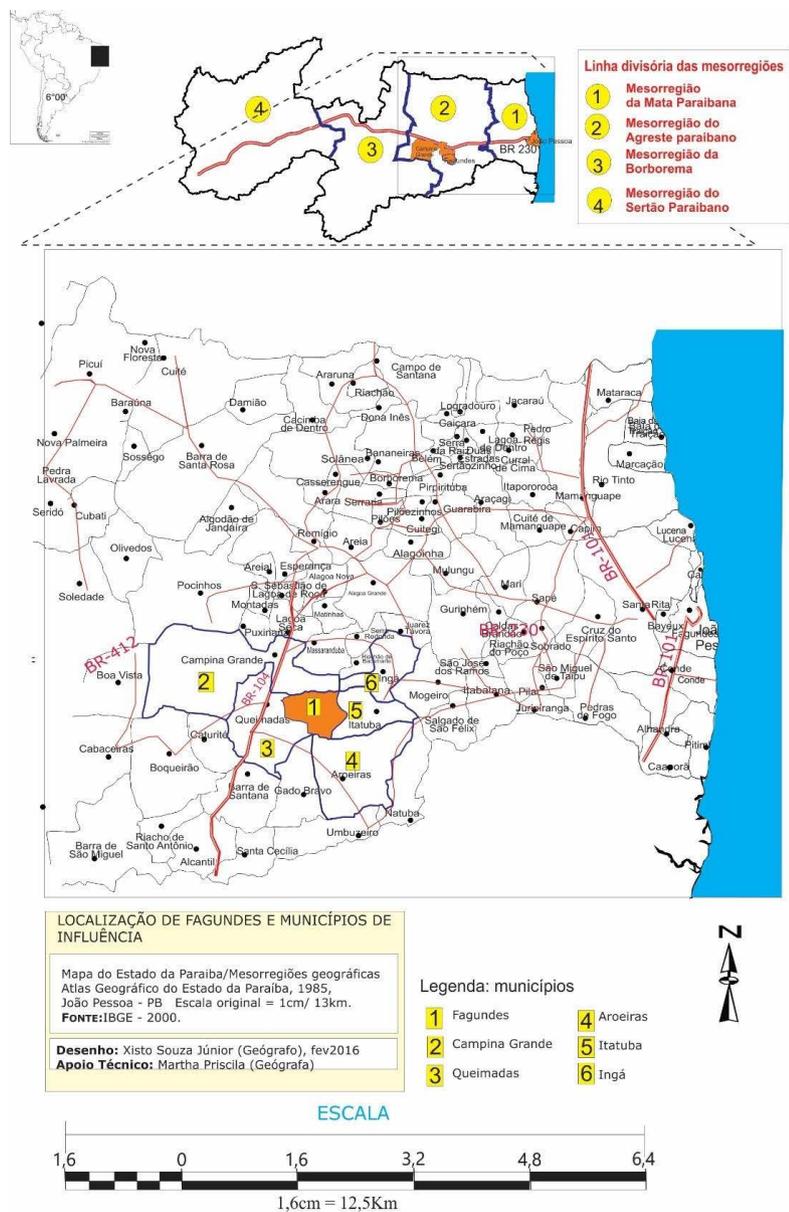
O MUNICÍPIO DE FAGUNDES: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA REESTRUTURAÇÃO DO SEU ESPAÇO TURÍSTICO

O município de Fagundes, distante 127 km da capital (João Pessoa) e apenas 24 km de Campina Grande, situa-se no Agreste paraibano, limitando-se ao norte com o município de Campina Grande; ao sul, com a cidade de Aroeiras; a leste, com Itatuba e Ingá; e a oeste, com o município de Queimadas (**Mapa 1**).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2010), os primeiros habitantes do atual município de Fagundes foram os índios Cariris. Existiam, na região, dois eventos dos jesuítas e carmelitas que catequizavam entre Pilar e Cana Brava, como era conhecido o aldeamento dos silvícolas.

Em 1664, descendentes de Teodósio de Oliveira Lêdo, o grande desbravador do território paraibano, chegaram a Cana Brava e iniciaram logo intensas atividades de povoamento e urbanização do território.

MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DE FAGUNDES E MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA



Segundo Brito (2013), os primeiros relatos sobre a região do atual município de Fagundes datam de 1702, cuja ocorrência deu-se quando o capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo solicita data de terras num brejo de Cana Brava, na conhecida serra de Bodopitá, onde existiam matas e um olho d'água, ideal para produção de roças e outros legumes.

Na concepção de Elpídio de Almeida (1962 *apud* BORGES, 2009), o topônimo Fagundes tem seus indícios antes de 1740, em requerimento de sesmaria, justificando que o nome da pessoa que fez a petição era proveniente da aldeia dos índios Cariris, a qual se situava na fralda meridional da Serra de Bodopitá. De acordo com alguns relatos, esse nome tem sua origem vinculada à existência de um chefe de tribos que se chamava Facundo. Em 1762, o local passou a chamar-se oficialmente Fagundes.

Na segunda metade do século XIX, Fagundes foi palco de dois movimentos populares: o Ronco da Abelha (1852) e a Revolta de Quebra-Quilos (1874).

O movimento popular conhecido como Ronco da Abelha recebeu esse nome devido ao fato de que as pessoas temiam o poder público e, por esse motivo, falavam uns com os outros “cochichando”, formando um zum-zum-zum que remetia ao som produzido pelas abelhas. O movimento tinha como objetivo pôr fim ao decreto imperial que retirava da igreja o direito de emitir registros de nascimento e óbito, delegando esse cargo aos cartórios, os quais eram órgãos oficiais do Governo Imperial.

De acordo com Joffily (2009), a Revolta de Quebra-Quilos foi um movimento popular contra um governo ausente e teve seu início em Fagundes. A contestação da população estava relacionada aos impostos de chão, ao recrutamento dos filhos dos pobres e ao Sistema Métrico Decimal. Para o governo da época, os dois principais incentivadores da revolta foram o padre missionário Ibiapina e o vigário Calixto Nóbrega, de Campina Grande.

Em 1888, Fagundes foi elevada à categoria de município e criou-se a comarca. Entretanto, foi temporária a sua existência como município, visto que, em 1891, foi extinto o município e suprimida a comarca, voltando a ser anexado ao município de Campina Grande, da qual foi desmembrado na época.

Em relação à economia, as principais atividades estão ligadas à pecuária e à agricultura familiar de subsistência. Na cidade, existem alguns estabelecimentos comerciais, tais como supermercados, consultórios odontológicos, padarias, lanchonetes, lojas magazines, salões de beleza, entre outros.

Não obstante, outra atividade que tem potencial para fortalecer a economia da cidade é o turismo. Configura-se como vetor principal a Pedra de Santo Antônio, que se localiza a aproximadamente 3 km ao norte da sede do município de Fagundes, no alto da serra de Bodopitá, numa altitude de 720 m. Trata-se de um matacão granítico, chegando a medir 15 m de altura por 8 m de largura; sua magnitude destaca-se na paisagem da serra (BRITO, 2008). Segundo o historiador Wanderley de Brito (2013), foi no ano de 1877 que o senhor

Felisberto da Silva deixou sua terra natal em Pernambuco com destino a Pedra de Santo Antônio devido a uma grande seca, buscando um local que lhe oferecesse melhores condições de sobrevivência, trazendo consigo dois escravos. Chegando às fraldas da Serra de Bodopitá, mandou que os escravos saíssem para exploração, os quais encontraram no alto da serra um monumento granítico que resolveram escalar através de uma gameleira; ao subir na pedra, encontraram uma estátua em uma bifurcação .

A notícia da imagem logo se espalhou por toda a cidade e o então pároco de Fagundes resolveu, junto a outros fiéis, ir até o local da aparição. Ao chegarem lá, eles perceberam que se tratava da imagem de Santo Antônio e a trouxeram em procissão até a igreja. Porém dias depois, a imagem desapareceu do altar, reaparecendo na fenda do matacão no alto da serra.

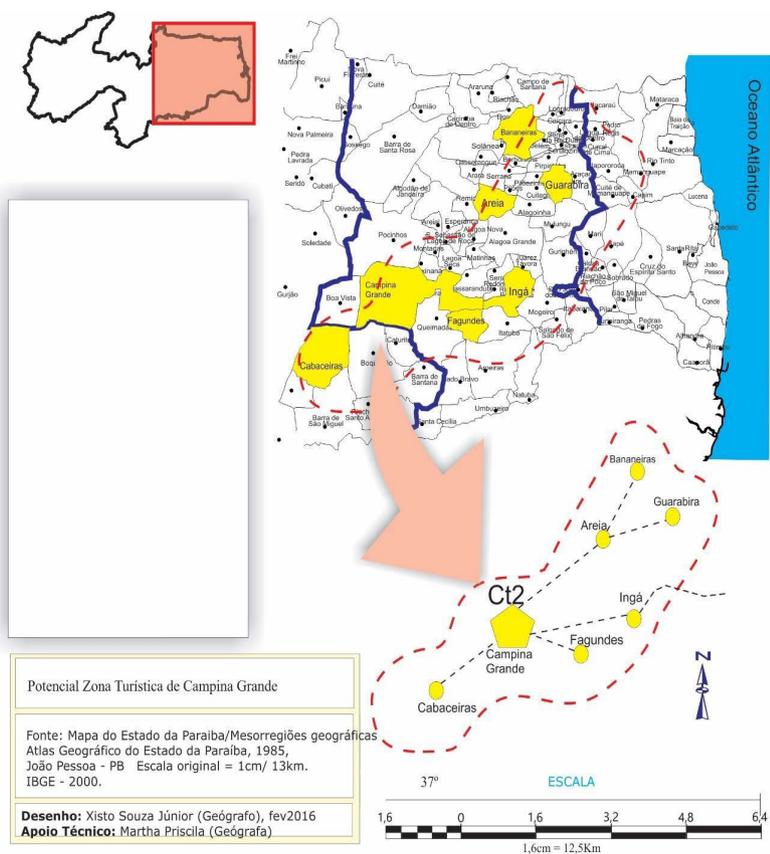
Essa sequência aconteceu por três vezes: na última vez em que os fiéis foram em procissão resgatar o santo, eles notaram que a gameleira, que dava acesso à fenda onde se encontrava a estátua, havia caído. Sendo assim, o padre junto aos fiéis entendeu que a imagem desejava ficar ali naquele local (BRITO, 2013).

A partir desse fato histórico, tiveram início as romarias anuais ao local. De acordo com Coriolano (1999 *apud* SEABRA, 2007), “o romeiro vai ao lugar sagrado movido pela fé, pela devoção ao santo, para pagar promessa e fazer sacrifício (...)”. Assim, a Pedra de Santo Antônio tornou-se um ponto de referência para a visitação por romeiros.

OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE FAGUNDES COMO POTENCIALIDADE PARA INTEGRAÇÃO DO TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos resultados da entrevista com grupo focal, observamos que Campina Grande exerce o papel de centro turístico de distribuição na escala intrarregional, visto que vem se configurando como polo de atração e dispersão para municípios vizinhos (**Mapa 2**).

MAPA 2- ZONA TURÍSTICA DE CAMPINA GRANDE



O mapa acima evidencia os municípios que recebem influência de Campina Grande, destacando os municípios de Cabaceiras, Fagundes, Ingá, Areia, Guarabira e Bananeiras, os quais possuem atrativos turísticos, como mostramos na tabela a seguir (**Tabela 3**):

TABELA 3- MUNICÍPIOS DA ZONA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE E SEUS RESPECTIVOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

MUNICÍPIOS	ATRATIVOS
Cabaceiras	Lajedo Pai Mateus
Fagundes	Pedra de Santo Antônio, Pedra do Abreu, Pedra de Santa Rita, Pedra do Pastelão, Pedra do Letreiro, Pedra do Urubu, Açude Velho, Barragem Francisco dos Reis
Ingá	Itacoatiara
Areia	Mata do Pau-Ferro
Guarabira	Estátua de Frei Damião
Bananeiras	Cachoeira do Roncador

Fonte: MILANEZ, Marcicleide, 2016.

A partir da realização das atividades de campo, observamos que o município de Fagundes é estratégico para o desenvolvimento da atividade turística, haja vista que esse município se localiza na área de influência de Campina Grande e possui, além da Pedra de Santo Antônio, outros recursos turísticos.

Os sujeitos sociais observam que as cidades que optam pelo turismo para a promoção do desenvolvimento apresentam, em geral, uma organização socioespacial diferenciada, a qual tem como objetivo atender as necessidades dos turistas. Outro aspecto relevante dessas cidades é o incentivo à produção de artesanato que se configura como um importante setor para a atividade turística. Além disso, nota-

se também a valorização da fruticultura local, visto que, em alguns lugares, as frutas nativas são bem divulgadas.

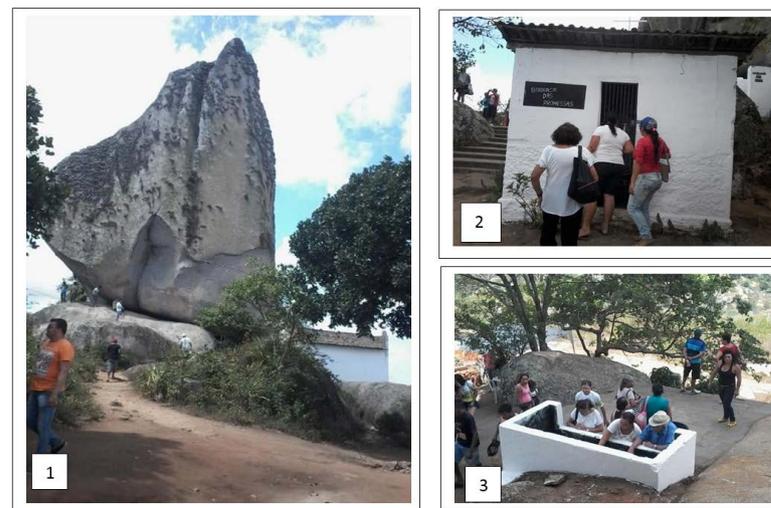
É válido destacar que a segurança é outro aspecto importante para as cidades que recebem turistas, bem como a limpeza e a iluminação das ruas. Portanto, podemos observar que o turismo pode trazer, além de desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social. Em contrapartida, é indispensável o incentivo por parte do governo em relação aos planos e programas de desenvolvimento das cidades que têm no turismo um viés para o desenvolvimento.

Em relação ao significado do município de Fagundes, o discurso dos sujeitos sociais é bastante homogêneo, afirmando ser o lugar com o qual têm laços afetivos.

No tocante à identidade do município de Fagundes, temos a Pedra de Santo Antônio como símbolo de representatividade histórico-cultural fagundense, visto que o monumento é mais conhecido que o próprio nome da cidade.

Nesse sentido, a Pedra de Santo Antônio se configura como a principal referência dos atrativos turísticos de Fagundes (Foto 1), com a prática do turismo religioso em devoção ao santo Antônio (santo casamenteiro). Desse modo, destacam-se como evento turístico real as Romarias (Fotos 2 e 3) que acontecem anualmente, tendo sido originadas a partir da aparição da imagem de santo Antônio na fenda da rocha e que foi levada até a igreja, retornando misteriosamente para a fenda no dia seguinte. O fato ocorreu por três vezes. Na última tentativa, a árvore que dava acesso ao local onde a

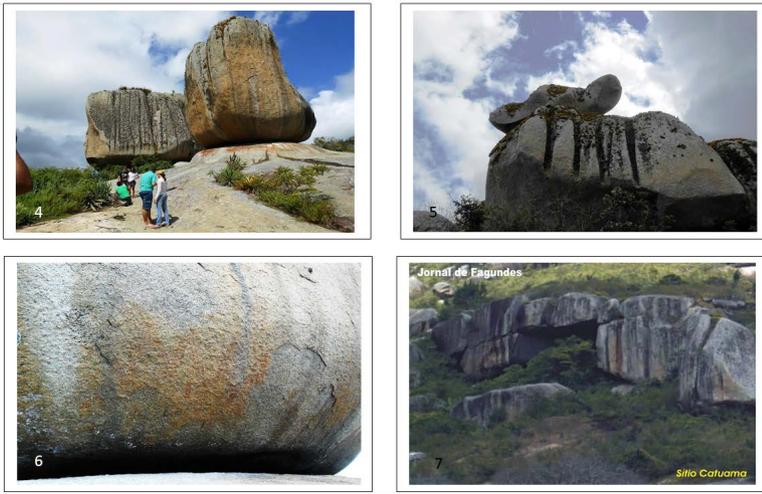
imagem se encontrava tinha secado e caído. Sendo assim, entendeu-se que a imagem queria ficar naquele local. A partir desse acontecimento, teve início o ciclo de visitas à Pedra de Santo Antônio.



Nessas romarias, as pessoas vão até a Pedra de Santo Antônio para agradecer pelas graças alcançadas (Foto 1), não apenas em relação a casamentos, mas também por questões de saúde, dentre outras causas (Fotos 2 e 3).

Fotografia: MILANEZ, 2016

Em relação aos atrativos turísticos potenciais, foi possível evidenciar, a partir das falas dos sujeitos sociais, alguns que têm potencial para desenvolver atividades turísticas, dentre os quais se destacam a Pedra do Letreiro (Foto 4) e a Pedra do Abreu (Foto 5), na qual existem inscrites rupes- tres (Foto 6) ainda não utilizados como atrativos turísticos; além da Pedra do Urubu com seu conjunto de rochas atípicas (Foto 7).



Fotografia: MILANEZ, 2016

Outros recursos turísticos que os sujeitos participantes da entrevista com Grupo Focal mencionaram foram: o Açude Velho; as fazendas antigas, as casas de Farinha e a Casa de Pio. O Açude Velho configura-se como um elemento histórico da paisagem de Fagundes, visto que, de acordo com os sujeitos sociais entrevistados, “o Açude Velho, apesar de ser pouco conhecido pelos mais novos, tem grande valor histórico, pois dizem os mais antigos que lá foram depositados os quilos que foram motivos da Revolta de Quebra-Quilos”. Observa-se, então, a necessidade de uma revitalização e urbanização do açude para maior valorização desse local. A casa de seu Pio, como é popularmente conhecida, é uma construção que está presente desde o período da Revolta de Quebra-Quilos. Portanto, é um monumento que nos remete a fatos históricos acontecidos na cidade de Fagundes e que deve ser valorizado.

No que concerne aos eventos turísticos potenciais, foi enfatizada pelos entrevistados a festa de São Sebastião, que foi durante muitos anos a principal festa na cidade, na qual as pessoas recepcionavam seus familiares que vinham passar as férias em sua cidade natal. Contudo, nos últimos anos, essa festa tem sido pouco destacada em detrimento, dentre outras questões, da não comercialização de bebidas alcoólicas no ambiente da festa.

Outro potencial que deveria ser pensado e planejado é um casamento coletivo no ambiente da Pedra de Santo Antônio, assim como ocorre no Parque do Povo, em Campina Grande. Esse evento reforçaria a relação de Santo Antônio como santo casamenteiro e traria visibilidade para o município de Fagundes.

Quando indagados sobre os principais desafios para planejar o espaço turístico de Fagundes, os representantes da entrevista abordaram como ponto importante o reflorestamento das áreas devastadas, bem como o número excessivo de estabelecimentos comerciais nas imediações da Pedra de Santo Antônio, que acaba afetando diretamente a paisagem, que antes apresentava mais características naturais.

Outro grande desafio para o planejamento do espaço turístico de Fagundes é a sazonalidade da atividade turística, pois a organização socioespacial para receber o turista não pode ser explorada apenas em um período do ano, porque no arranjo espacial que se estabelece há pessoas que precisam estar em constante atividade para a manutenção do ciclo econômico.

Segundo Dias (2008), a sazonalidade pode ser entendida como a concentração de visitantes durante um período específico, sendo motivado, por exemplo, pelo período de verão no caso das regiões litorâneas; de inverno, no caso de deslocamento para áreas frias; ou mesmo período de férias escolares ou de trabalho. Portanto, a sazonalidade é uma das características mais marcantes na maioria das cidades que optam pelo turismo para o desenvolvimento. Dessa maneira, configura-se um intenso movimento de turistas em determinadas épocas do ano. No caso de Fagundes, a sazonalidade se destaca principalmente no período junino que, coincidentemente, é o período de maior fluxo de turistas em Campina Grande.

Nesse contexto, o turismo no município de Fagundes poderia ser planejado visando a um melhor engajamento no espaço turístico de Campina Grande. A respeito disso, poderíamos sugerir a integração do Trem do Forró que chega até Galante no período de São João e que poderia ser repensado para ser utilizado durante todo o ano.

O Trem do Forró tem grande potencial para ser incorporado à produção do espaço turístico, tanto do Distrito de Galante como também do município de Fagundes, durante o ano todo, sendo planejado em datas específicas para uma ampla divulgação.

Outra possibilidade seria aproveitar o potencial do município de Fagundes para realizar trilhas ecológicas, visto que foram evidenciados espaços favoráveis a esse tipo de atividade, como a Barragem Francisco dos Reis, a Pedra do Pastelão e Pedra de Santo Antônio. Assim, propomos um roteiro turístico que possa abranger essas localidades.

Desse modo, em relação à visita à Pedra de Santo Antônio, podemos sugerir dois roteiros através de trilhas ecológicas: o primeiro, tendo como ponto de partida a Barragem Francisco dos Reis; e o segundo, a partir da Pedra do Pastelão. Esses roteiros permitem a contemplação da natureza, bem como a valorização dos recursos turísticos.

Nesse sentido, para contemplar os demais atrativos, elucidados pelos indivíduos entrevistados, sugerimos, ainda, outros três roteiros que podem ser utilizados como alternativa turística. Sendo assim, propomos um roteiro que tenha início no Açude Velho, no qual podemos apreciar a paisagem que fez parte do cenário da Revolta de Quebra-Quilos, seguindo em direção à prefeitura, onde podemos observar a casa de seu Pio, que mantém a mesma arquitetura desde o século XIX. Desse ponto, sugerimos a visita à Pedra de Santo Antônio, que se localiza a cerca de 3km do centro da cidade.

Outro roteiro possível de se realizar seria com início no Açude Velho, seguindo em direção à casa de seu Pio e, posteriormente, em direção à Pedra do Letreiro e à Pedra do Abreu, situadas no sítio Laranjeiras. A outra opção seria seguir a mesma lógica até a casa de seu Pio e, em seguida, ir ao sítio Melancia, onde podemos observar a Pedra de Santa Rita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante às expectativas para o desenvolvimento do município a partir da implementação do turismo, os pesquisadores consideram que o turismo é o principal fator de incentivo para todas as cadeias produtivas do município. Sendo

assim, vislumbra-se uma possibilidade de gerar renda para a população local. As expectativas vão além do setor econômico, visto que através da atividade turística podemos resgatar nossa história e cultura. Contudo, é válido ressaltar que as secretarias, que compõem o poder público municipal, devem estar diretamente ligadas para melhor planejar e executar os projetos que viabilizem uma participação mais efetiva do município de Fagundes no espaço turístico de Campina Grande.

Nessa conjuntura, é preciso que haja planos e programas de incentivo ao turismo, de forma a ser contemplado durante o ano todo, visto que o município dispõe de recursos turísticos que podem ser reestruturados para que se estabeleça mais efetivamente a atividade do turismo.

Diante do exposto, infere-se que Campina Grande, apesar de possuir vários espaços turísticos, ainda se limita à exploração das festividades juninas, apesar de se evidenciar em sua região de influência a existência de importantes atrativos que viabilizariam a transformação da cidade de Campina Grande em um centro turístico que se apresente como espaço dinamizador de outros espaços da região, a exemplo de Fagundes.

No desenvolvimento da pesquisa, evidenciaram-se alguns aspectos que poderiam ser mais explorados em relação ao turismo, tendo em vista que o município de Fagundes apresenta atrativos turísticos que, uma vez divulgados, poderiam servir para a ampliação do turismo na cidade. Assim, podemos destacar a Pedra do Pastelão, no sítio Francisco dos Reis; a Pedra do Abreu e a Pedra do Letreiro, no sítio Laranjeiras; a Pedra de Santa Rita, no sítio Melancia; a Pedra do

Urubu, no sítio Catuama; a Barragem Francisco dos Reis, no sítio Francisco dos Reis; o Açude Velho, próximo ao centro da cidade; a casa de seu Pio, no centro da cidade; e os produtos da gastronomia do município, com destaque para os bolinhos de goma da família Araújo e o doce de coco de seu Antônio do doce.

Por conseguinte, infere-se que, se bem planejado e articulado, o turismo pode promover o desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social, levando em consideração a necessidade de mais investimentos em educação e valorização da própria comunidade local acerca de seu potencial turístico.

REFERÊNCIAS

BOLÓS Y CAPDEVILA, M (et al). *Manual de Ciencia del paisaje*: Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

BORGES, J. E. B. **Súmula histórica dos índios Cariris-Fagundes de Campina Grande, Paraíba**. Disponível em periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/download/

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turismo).

BRITO, Vanderley de. A pedra de Santo Antônio. In: **Arqueologia na Borborema**. João Pessoa: JRC, 2008.

BRITO, Vanderley de. O século XVIII e as últimas missões. In: **Missões na capitania da Paraíba**. Campina Grande: Cópias e Pa-péis, 2013.

DALAND, Robert T. **Estratégias e Estilo do Planejamento Brasileiro**. Trad. Carlos Kronauer. v. 7. Rio de Janeiro: Lida-
dor, 1969.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvi-
mento do turismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRIEDMANN, John R. P. **Introdução ao planejamento regio-
nal**. Trad. Mário Faustino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Var-
gas, 1960. 130p.

Capítulo 6

A INCLUSÃO DO TURISMO CULTURAL NO SERIDÓ PARAIBANO: DAS HERANÇAS RUPESTRES ÀS NOVAS EXPRESSÕES SOCIAIS

JORDÂNIA ALYNE SANTOS MARQUES

INTRODUÇÃO

Apesar dos programas e das políticas de estímulo à estruturação das atividades turísticas realizados no âmbito do Governo Federal nessas últimas três décadas, o investimento na estruturação de espaços turísticos no interior do Nordeste brasileiro tem ocorrido ainda de forma tímida, sendo restrito a alguns municípios que se utilizam dos eventos ou dos potenciais paisagísticos para participarem desse processo. O fato é que as paisagens litorâneas ainda aparecem como o espaço de destaque na implementação das políticas de incentivo ao turismo, em especial o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRO-DETUR) e o MEGAPROJETOS, o qual teve como objetivo o investimento em infraestrutura nas áreas potenciais da orla marítima. No entanto, foi apenas com o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), criado nos anos de 1990, que se evidencia um incentivo ao processo de desconcentração do

turismo ao valorizar os espaços interioranos a partir do estímulo aos aspectos culturais e humanos. Tais programas, no entanto, não foram implementados em todas as capitais, fato que gerou fortes tensões no que se refere à locação de recursos destinados ao desenvolvimento e estímulos à atividade, especialmente no que diz respeito aos entraves políticos produzidos entre os governantes dos diversos estados da região.

Diante dessa conjuntura, a opção pelo estudo da inclusão do turismo no Seridó Oriental paraibano¹ sustenta-se no argumento de que se faz importante evidenciar os potenciais turísticos das áreas interioranas no sentido da definição das zonas turísticas em diferentes setores, a exemplo do que se percebe no contexto socioterritorial do Estado da Paraíba, cuja diversidade paisagística e cultural se espraia em diferentes setores do estado.

Os municípios que compõem essa área, além dos elementos tradicionalmente encontrados em outros municípios do interior do Estado e do Nordeste, especialmente os relacionados às condições paisagísticas e culturais, dispõem de evidências pré-históricas por meio dos registros rupestres.

De acordo com Santos (2007), os sítios arqueológicos são locais nos quais os homens deixaram vestígios de suas atividades, podendo ser ferramenta de pedra, sepultura

¹ No início de 2017, o IBGE publicou uma nova classificação em substituição às mesorregiões e microrregiões, criando regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. Nesse contexto, a microrregião do Seridó Oriental passa a ser classificada como região geográfica imediata Cuité-Nova Floresta. Contudo, por se tratar de uma classificação recente e por termos desenvolvido a análise antes desta nova classificação, optamos por manter a denominação anterior, solicitando ao leitor que, cada vez que fizermos referência ao Seridó Oriental, estaremos nos reportando à atual região geográfica imediata.

e inscrições rupestres. Estas se expressam por meio de pinturas e/ou gravuras, as quais estão presentes em abrigos, cavernas e rochas.

O texto ora apresentado teve como objetivo identificar elementos da paisagem do Seridó Oriental paraibano que proporcionassem a inclusão da atividade de turismo como alternativa de desenvolvimento, tendo como aporte os seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento dos sítios arqueológicos com inscrições rupestres existentes nos municípios da região; espacializar a localização desses sítios; e propor um roteiro que torne viável a visita nos sítios arqueológicos mapeados.

UM BREVE RELATO SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Por se tratar de um fenômeno socioespacial², a pesquisa do turismo pelo viés geográfico requer uma interpretação dos diferentes fatores que influenciam a sua atividade e suas consequências no espaço geográfico. Sendo assim, o estudo utilizou a metodologia qualiquantitativa a fim de que chegássemos ao pensamento da coletividade dos indivíduos envolvidos com a realidade do potencial turístico da microrregião do Seridó Oriental paraibano. Consequentemente, a pesquisa qualitativa colabora na medida em que se averiguam os variados discursos dos sujeitos que vivenciam as

² Em atendimento à solicitação do organizador do livro, informamos que aderimos ao uso do termo socioespacial escrito junto para nos referirmos às relações sociais no espaço, ao tempo em que a redação do termo separado por hífen (sócio-espacial) deverá ser compreendida para os momentos em que fazemos referência aos objetos.

realidades e os desafios da região. Não obstante, a abordagem quantitativa nos dá meios para obter os dados numéricos dos sítios arqueológicos.

O emprego do método qualitativo se dá por meio de pesquisas que têm como objetivo a geração de qualidades, através de entrevistas abertas, análises de notícias jornalísticas, dentre outros que busquem resultados que transpassam as variáveis quantitativas como peso, altura, idade, etc., proporcionando, ao pesquisador, avaliar um discurso sobre a realidade (LEFÉVRE, F. & LEFÉVRE, 2003).

Para colocar em prática esta pesquisa, procuramos orientações filosóficas nos métodos hipotético-dedutivo e fenomenológico, almejando atender os aspectos específicos de cada objetivo proposto (SPOSITO, 2004).

A investigação buscou, por meio de entrevistas aplicadas com representantes da administração municipal e demais segmentos da sociedade civil organizada, identificar a percepção dos sujeitos sociais a respeito dos atrativos existentes e sua influência na identidade dos residentes. A primeira fase da pesquisa abrangeu a realização de revisão de literatura, relacionada à Geografia do Turismo, à pré-história e ao Seridó, além da participação nas reuniões do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDS), especialmente da linha de pesquisa do Linha de Produção do Espaço e Desenvolvimento Regional (GDURB). Em seguida, utilizamos o método hipotético-dedutivo para fazer a identificação dos sítios arqueológicos com registros rupestres e, posteriormente, seu mapeamento. Realizaram-

se ainda entrevistas tendo como procedimento a análise de discurso do sujeito coletivo, com base nos princípios fenomenológicos.

Destarte, seguem abaixo as etapas realizadas e como estas auxiliaram para a orientação da proposta do roteiro turístico do Seridó Oriental Paraibano.

a) Questionários aplicados às prefeituras

Após a revisão bibliográfica, contatamos os endereços eletrônicos dos nove municípios que constituem a região em evidência, dos quais obtivemos respostas destes cinco: Picuí, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Seridó e Baraúna. Este, de imediato, nos afirmou não possuir nenhum sítio arqueológico, apenas paleontológico. Portanto, a partir da obtenção desses dados, foram sistematizados em tabelas com as respostas dos municípios (**Tabela 1**).

TABELA 1- RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO DA PREFEITURA DE PICUÍ-PB

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	TRADIÇÃO	ACESSO	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	UTILIZAÇÃO TURÍSTICOS
1- Cachoeira do Pedro	Itacoatiara	Transp. automotor e trilhas*	Bom	Sim
2- Pedra da Tubiba	Itacoatiara	*	Bom	Sim
3- Letreiro	Itacoatiara	*	Bom	Não
4- Pedra da Cigana	Nordeste	*	Bom	Não
5- Pocinhos	Nordeste	*	Bom	Não
6- Poço Martins	Itacoatiara	*	Bom	Não
7- Cachoeira de Pedro Quincó	Itacoatiara	*	Bom	Não

Fonte: Dados oficiais do município de Picuí-PB, 2013.
 Autoria: MARQUES, 2014.

b) Entrevistas e construção do discurso

A penúltima etapa da pesquisa envolveu a realização de entrevistas, cujo aporte fenomenológico nos subsidiou na observação do sentimento da comunidade com relação à importância das inscrições rupestres na identidade da sociedade, como na própria descrição de eventos culturais peculiares que marcaram a identidade territorial de cada ocupação.

Para a realização das entrevistas e a análise do discurso, consideramos as contribuições dos autores Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, fazendo-as da seguinte forma:

- Seleccionamos seis indivíduos que representam uma coletividade. Conforme as normas do Comitê de Ética, os nomes dos participantes foram mantidos em sigilo, sendo utilizados nomes fictícios para identificá-los;
- Coordenamos as entrevistas utilizando um tópico-guia, com seis perguntas abertas, que possibilitam discursos mais espontâneos, através das quais buscou-se conhecer como os sujeitos pensam sobre a implementação de roteiro turístico no Seridó;
- A partir das respostas, foram retiradas as expressões-chave do discurso, sendo identificadas as ideias centrais e as palavras-chave;
- Agrupamos as ideias centrais sistematizadas em tabelas;
- Elaboramos o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) a partir dos discursos proferidos. Em cada resposta, criou-se um texto com parte do discurso.

Nas etapas complementares, realizamos atividades de campo para georafização dos locais nos quais se identificavam inscritos rupestres, sendo dez pertencentes ao município de Pedra Lavrada e os outros dois ao município de Nova Palmeira, sendo confrontadas informações contidas no relatório Programa de Conscientização Arqueológica – UEPB (PROCA). Ato contínuo, elaboraram-se mapas a partir das informações oficiais do PBTUR e do Ministério do Turismo. Para viabilidade do mapeamento, utilizaram-se os softwares Erdas Imagine 2010 e ArcGIS10, licenciados para o Laboratório de Cartografia Digital, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - CADIGEOS/CH/UFCG.

CONHECENDO A REGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a região do Seridó é um recorte territorial formado por quatro microrregiões localizadas no meio sul do Estado do Rio Grande do Norte e no meio norte do Estado da Paraíba, são elas: Seridó Oriental paraibano, Seridó Ocidental paraibano, Seridó Ocidental (RN) e Seridó Oriental (RN).

Conforme Vasconcelos (2010), essa região teve povoamento europeizado antigo, e seu início se deu na divisão territorial interna do trabalho da Região Nordeste do Brasil, devido à necessidade da separação da criação bovina do cultivo de cana de açúcar. No entanto, só por meio da produção de algodão que o Seridó passou a se ligar de modo direto à divisão internacional do trabalho. Além disso, a agricultura de subsistência, que abastecia as demandas alimentares da po-

pulação regional, foi um elemento importante na formação regional. Nessa visão, apontaram-se as principais bases econômicas que conduziram às primeiras ações europeizadas, acrescentando-se ainda a esse quadro outros elementos, tais como a mineração e sua influência na economia do Seridó.

Diante do panorama apresentado, surgem algumas inquietações. Quais os primeiros seres humanos que moraram ou passaram pelo Seridó? Quais os vestígios que deixaram de sua relação com o meio?

Segundo Martin (2005), a pesquisa arqueológica no Brasil, de modo geral, inicia-se por meio dos viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos de outros países, quando viam para cá com o intuito de agregar peças às suas coleções de museus. No Nordeste brasileiro, os dados sobre pinturas e gravuras rupestres são abundantes e misturam-se com notícias fantásticas sobre os fenícios, gregos e *vikings*.

(...) O mito fenício-brasileiro nascera com as lendas da Ilha Brasil e das Sete Cidades e outras fantasias. As itaquatiaras do Nordeste transformaram-se muitas vezes em inscrições fenícias (...) O mais fértil e pitoresco de todos os defensores do mito fenício foi, sem dúvida, Ludwig Schwennhagen, austríaco excêntrico e visionário que percorreu os sertões nordestinos nas décadas de 10 e 20 deste século. (MARTIN, 2005. p. 27-31)

Segundo Martin (2005), a ocupação do espaço que hoje compõe o Brasil pode ter ocorrido há 50 mil anos, possivelmente por meio dos corredores andinos e através dos

cursos dos rios que nascem na cordilheira, sendo as duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul (amazônica e platina) os caminhos que levaram à penetração natural dos humanos. Não se encontram no litoral do Nordeste ocupações pré-históricas no pleistoceno devido ao rebaixamento do nível do mar na costa atlântica durante a última glaciação Wisconsin, a qual, em muitos pontos, pode ter chegado a cem metros e que hoje está ocupada pelo oceano, impossibilitando sabermos da ocupação humana mais antiga. Já na região semiárida, eram os rios e riachos intermitentes, juntamente com caldeirões e olhos d'água, os recursos hídricos de que as populações pré-históricas dispunham.

Martin (2005) ratifica que os primeiros homens a chegar ao Nordeste eram como os índios atuais, sendo descendentes de humanos que atravessaram o estreito de Bering alguns milhares de anos antes.

A região do Seridó foi evidenciada por seu potencial arqueológico a partir de 1980, conforme observado nos manuscritos de José de Azevedo Dantas. A fisiografia dessa região apresenta o domínio de quartzito, gnaisses, quartzo, feldspato, xisto e granitos. Sua geomorfologia é formada por serras cortadas pelo rio Seridó e seus afluentes, onde se localizam os abrigos pré-históricos. As suas vertentes são, de modo geral, íngremes, encontrando-se inclinadas entre 20° e 70°. Tal fato contribui para a predominância de abrigos com pinturas rupestres. Logo, as datações feitas na área presumem que, há pelo mesmo dez mil anos do tempo presente, a região foi habitada por grupos humanos de tradição no Nordeste. Existe ainda um grande número de itaquatiaras ao longo do curso de

d'água, assim como de outras tradições de pinturas ainda mais antigas, que indicam a presença de grupos étnicos variados.

As tradições do Nordeste e Agreste são assim denominadas devido à predominância de sítios, hipoteticamente originados no Piauí. Sua principal característica é a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, indicadores, seguramente, de diversas hierarquias e diferentes tribos. Já a segunda é da região do agreste de Pernambuco e da Paraíba. Sua peculiaridade são os grafismos de grande tamanho, geralmente isolados, sem formar cenas, os quais, quando existem, apresentam-se compostos por poucos indivíduos ou animais. As itaquatieras são encontradas nos cursos de muitos rios, arroios e torrentes, ocorrendo desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. Estas são consideradas as tradições mais enigmáticas referentes à arte rupestre do Brasil. Devido à dificuldade de relacioná-las com algum grupo humano, muitas das gravuras nos fazem imaginar cultos indecifráveis das forças da natureza e do firmamento. Na região estudada, Picuí e Pedra Lavrada, existe uma ampla relação de sítios com gravuras, no decorrer de cursos fluviais.

Atualmente, somente em Pernambuco existe uma instituição de pesquisa em nível de pós-graduação, que desenvolve projetos de pesquisa sobre pré-história, financiada pela pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

No entanto, existem outros estudos que enfatizam a relevância das pinturas e gravuras rupestres do Seridó. Atualmente temos trabalhos feitos por pesquisadores e curiosos da

área, tais como Vanderley de Brito, Juvandi Santos, Ledeny Priscila Lima Dias, dentre outros.

A microrregião do Seridó Oriental Paraibano, o qual nos propomos a estudar, tem um contingente populacional de 73.896 indivíduos, tendo como rodovia que interliga os municípios a PB-177, e cuja economia é baseada nos recursos minerais e na atividade mineradora. A cidade de Picuí exerce uma centralidade em relação aos demais municípios, devido à sua função comercial, educacional e de serviços. (IBGE, 2010).

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DO SERIDÓ PARAIBANO: O INÍCIO DE UM DEBATE

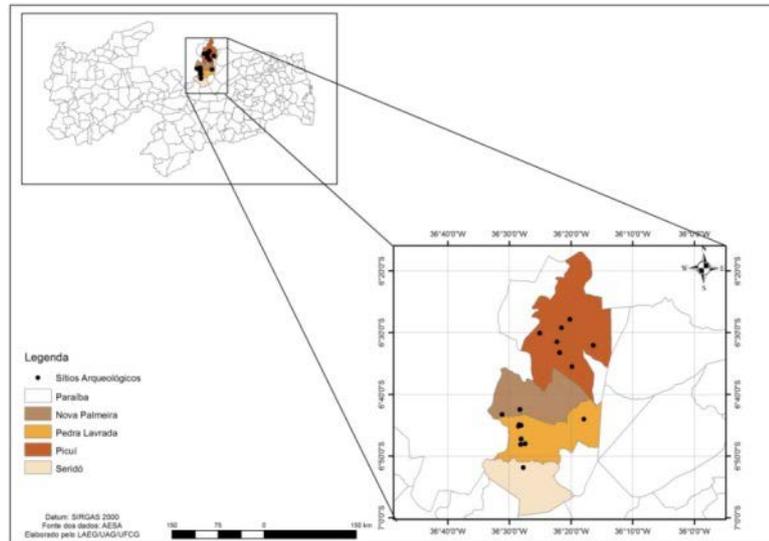
Apesar de algumas dificuldades na obtenção de dados junto às municipalidades, identificamos importantes registros que viabilizariam a regionalização do turismo na região.

Foram evidenciados registros rupestres em quatro municípios do Seridó paraibano: Picuí, Pedra Lavrada, Nova Palmeira e Seridó (**Mapa 1**).

A pesquisa de campo associada às informações obtidas em gabinete possibilitaram identificar que as heranças pré-históricas existentes no Seridó Oriental estão abandonadas devido à ausência de movimentos de preservação.

No que diz respeito aos dados oficiais disponibilizados pelas prefeituras dos municípios, percebemos que existe grande número de sítios arqueológicos, mas muito deles são desconhecidos dos próprios gestores, deixando à mercê, em muitos casos, o valor agregado à vinculação destes com os nomes de alguns municípios.

MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

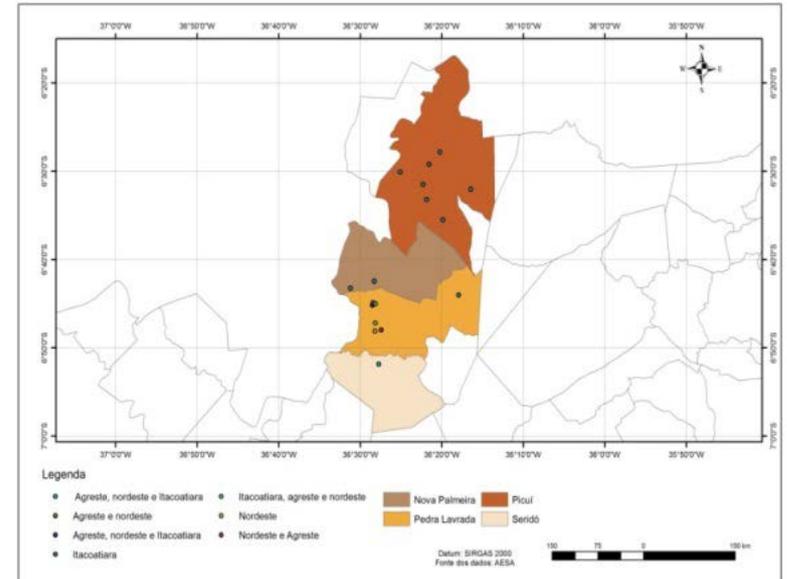


Autor: CADIGEOS

Ao total, foram informados e especializados vinte sítios arqueológicos, sendo sete pertencentes a Picuí, dez em Pedra Lavrada, dois em Nova Palmeira e um em Seridó. Nestes, podemos identificar a prevalência da tradição Itacoatiara (Mapa 2), cujo acesso se dá por meio de transporte automotor e trilhas.

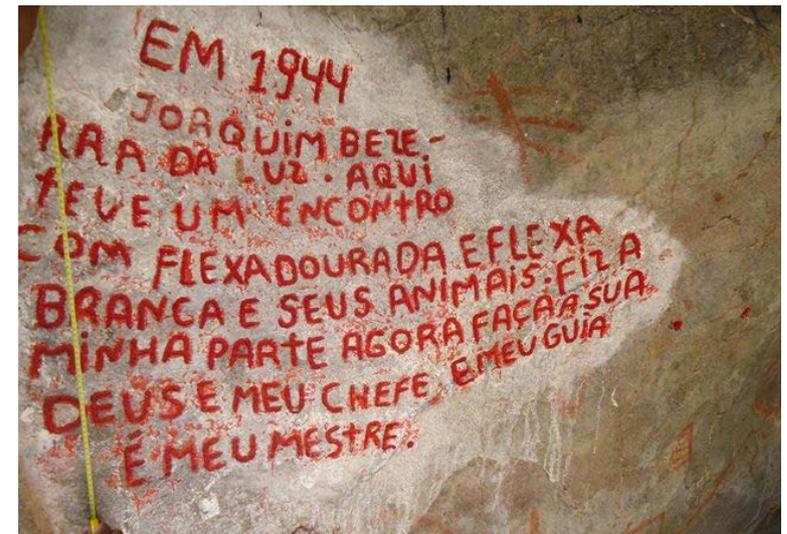
Outro aspecto instigante foi o fato de a maioria se encontrar em bom estado de conservação. Por outro lado, os sítios Flechas, Pedra Lavrada, Canta Galo I e Tanguê do Capim se apresentam em estado preocupante. No sítio Flechas, foram evidenciadas, ao lado das pinturas, frases sobre estórias e placas de mármore. O sítio Pedra Lavrada encontra-se soterrado às margens do riacho Cantagalo. No sítio Canta Galo, evidenciam-se escritos deixados pelos visitantes da atualidade. Finalmente, no Tanguê do Capim, evidenciamos o risco proveniente das minerações nas proximidades.

MAPA 2- TIPOS DE TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS



Autoria: CADIGEOS

FOTO 1- SÍTIO ARQUEOLÓGICO FLECHAS



Fonte: DIAS, L.P.L. (2014)

FOTO 2- SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA LAVRADA



Fonte: DIAS, L.P.L. (2014)

Desse modo, pode-se comprovar a relevância que tais sítios arqueológicos exercem sobre os indícios dos primeiros homens a habitarem tal região, possibilitando seu uso para fins turísticos. Não se deve aqui dizer que estes não são utilizados, até porque se faz uso dos sítios para fins pedagógicos e para visitantes de outras localidades.

Portanto, esses municípios ficam restritos propriamente ao turismo de eventos (**Tabela 2**), conforme acontece em outras localidades do Nordeste. Por não possuírem um espaço turístico estruturado em tais locais, a atividade se dá comumente sem aporte científico.

TABELAS 2- PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS	
	EVENTOS	OUTROS ATRATIVOS
Picuí	Festa da carne de sol Festa do padroeiro São Sebastião Eventos gospel	Turístico em mina; Templos religiosos; Casas históricas; Barragem Várzea Grande; Pôr do sol no Mirante do Carneiro; Memorial fotográfico Felipe Tiago Gomes; Estátua Felipe Tiago Gomes, Praças temáticas; Parque Ecológico Cultural Fausto Germano, com réplicas de animais da nossa fauna; Serra Saco do Inferninho, com derramamento de Basalto; Pôr do sol na Serra do Forte, Trilhas ecológicas
Nova Palmeira	Carnaval Festa da padroeira Nossa Senhora da Guia	Artesanato em madeira
Pedra Lavrada	Festa da padroeira N. Senhora da Luz São João Antecipado	Sítios arqueológicos; Fósseis e materiais líticos; Mineração; Lapidação de gemas e artesanato mineral; Trilhas ecológicas; Grupos folclóricos
Seridó	Festividades de São Pedro	Não informado

Fonte: Dados Oficiais obtidos junto às prefeituras dos referidos municípios em 2013. Autoria: MARQUES, 2016.

Portanto, decorrente dos resultados obtidos com os questionários aplicados tanto pessoalmente como através de correio eletrônico, pode-se organizar algumas questões relacionadas à efetivação do turismo no Seridó, tendo como elemento condutor as heranças rupestres no discurso dos sujeitos que representam uma coletividade. Na ocasião, buscamos saber seus pensamentos sobre a temática. Por esse motivo, foram selecionados cinco sujeitos conhecedores da realidade local. Doravante, foram realizadas entrevistas com estudiosos, representantes da sociedade civil organizada, representante do governo estadual e do fórum turístico do Seridó e Curimatá.

No que diz respeito aos estudos das inscrições rupestres, existe uma compreensão de que, por se tratar de herança de registros históricos de civilizações antigas, estas des-

pertam a curiosidades das pessoas, sejam estas leigas no tema ou estudiosas do assunto, na medida em que se dedicam à análise de suas origens e repercussões para as sociedades contemporâneas, conforme impressão deixada nos inscritos rupestres do Seridó Oriental paraibano.

Segundo os discursos dos sujeitos, é válido investir no uso desses sítios para o desenvolvimento do turismo. No entanto, é necessário tomar algumas ações, tais como investimentos do governo e da iniciativa privada, uma vez que necessitam de manutenção e, em muitos casos, de estruturação de serviços básicos que atendam a demanda. Além disso, os municípios devem considerar a importância histórica e cultural dos sítios e a incluírem na educação básica. Por consequência, a região será beneficiada economicamente, proporcionando, assim, a diminuição do fluxo migratório de muitos seridoenses para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Quanto aos principais problemas ou desafios dessa região, observa-se que os aspectos econômicos e a escassez hídrica prevalecem. Além disso, a própria exploração da região se apresenta como problemática, a começar pela própria mineração que, desde o início do século passado, vem deixando pouco retorno para a sociedade. Acrescenta-se ainda ao quadro a agricultura e a pecuária tradicionais, as quais, da forma como vem sendo praticada, se tornam inviáveis economicamente. Outra questão é a ociosidade das pessoas, especialmente entre os jovens, que não buscam interessar-se por algo. Em termos turísticos, temos ainda a deficiência de

ordem estrutural, que perpassa pela falta de comprometimento da gestão pública e iniciativa privada no que se refere à preservação dos sítios e à ausência de aplicação de capital.

Os entrevistados relatam que, mesmo com tais dificuldades, o Seridó dispõe de fatos, estória, relato ou curiosidade. As próprias inscrições rupestres se caracterizam como algo fascinante na região do Seridó. No entanto, existem muitas estórias, relatos, curiosidades, lendas e visitas que permeiam a região, dentre eles: a história da índia encontrada na serra das Flechas, a personagem mitológica de comadre Florzinha, as botijas encantadas, os relatos de vivência de garimpeiros, além das visitas de pesquisadores como Ludwig Schewennhagem e José de Azevedo.

Nesse sentido, para obter um melhor aproveitamento dos inscritos rupestres, é necessário primeiramente incentivar pesquisas para mapear os sítios. É relevante atentar para a arborização e a conservação do local, além de propiciar melhor acesso para pessoas com dificuldades de mobilidade e, principalmente, conscientizar os nossos gestores quanto à importância desses sítios.

Sobre a ideia de se criar um roteiro turístico para observação dos inscritos rupestres no Seridó paraibano, esta foi bem aceita por tais indivíduos, que relataram ser relevante a criação de um roteiro turístico no Seridó Oriental. No entanto, é necessário fazer previamente levantamentos dos sítios arqueológicos e registrá-los junto à Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA), acrescentando aos sítios outros atrativos que remetam à história da região, como a criação

do Museu do Homem do Seridó e do Museu da Mineração, dessa forma, proporcionando a inserção do Seridó no mapa turístico da Paraíba.

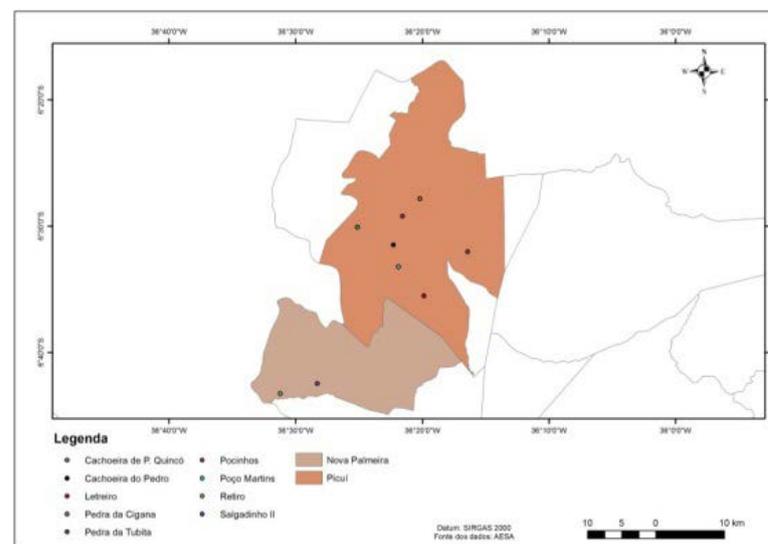
Tendo isso em vista, este estudo objetiva verificar a relação desses elementos na implantação de um roteiro de interpretação cultural, enfocando os aspectos pré-históricos e culturais, decorrentes do seu valor simbólico e histórico na preservação da identidade local, como forma de resgate da cultura, assim como implantação do espaço turístico do Seridó.

Com os roteiros, a comunidade, os visitantes e os turistas poderão percorrer os sítios conhecendo e valorizando seu rico patrimônio histórico cultural, que atualmente não é explorado efetivamente, pelo fato da inexistência de projetos que os orientem para a visita aos atrativos. Acredita-se que os municípios podem contribuir com a tarefa de analisar as potencialidades culturais por meio da demonstração da relevância histórico-cultural, desde que se configurem como potenciais para o desenvolvimento do turismo cultural.

Dessa maneira, os roteiros serão estruturados de forma a serem viabilizados através de guia local, ou através do mapa explicativo, no qual os visitantes poderão conhecer cada atrativo existente. No entanto, deve-se acordar que esses locais necessitam de infraestrutura básica, assim como o despertar da comunidade no que tange ao reconhecimento da relevância do patrimônio existente, de modo que aprendam a respeitá-lo e contribuam para com a sua conservação, ou seja, a educação patrimonial é também instrumento de desenvolvimento individual e coletivo.

De acordo com os dados obtidos nas prefeituras e com a pesquisa de campo, priorizamos vinte locais, os quais devem ter placas de informações sobre os tipos de pintura ou gravuras rupestres ali presentes. Acrescenta-se também um material didático de orientação ao roteiro cultural, cujo acesso pode ser feito por meio de veículo automotor e trilhas. O primeiro roteiro se iniciaria em Nova Palmeira e, posteriormente, adentraria o município de Picuí, sendo desenvolvido de acordo com os locais citados: 1° - Sítio Arqueológico do Retiro; 2° - Salgadinho; 3° - Cachoeira do Pedro; 4° - Pedra de Tubita; 5° - Letreiro; 6° - Pedra da Cigana; 7° - Pocinhos; 8° - Poço do Martins; e, por fim, Cachoeira de Pedro Quincó (Mapa 3).

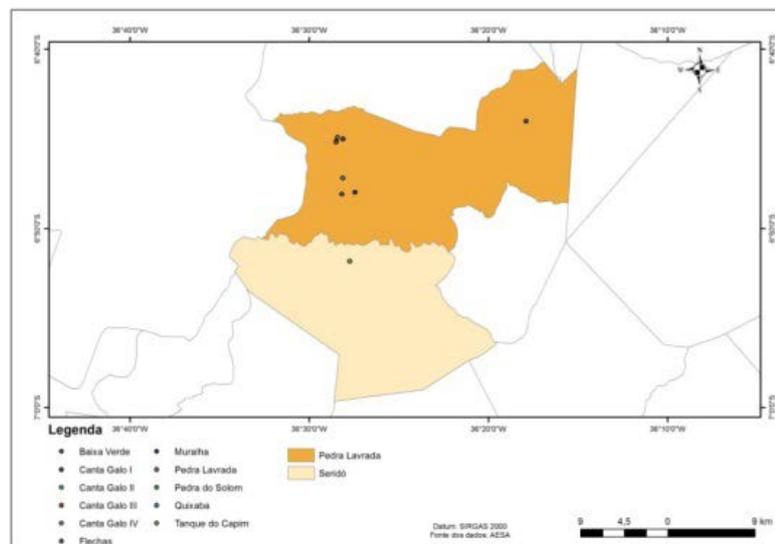
MAPA 3- 1º ROTEIRO- NOVA PALMEIRA/ PICUÍ



Autoria: CADIGEOS

O segundo roteiro se daria em Seridó e, logo após, finalizaria em Pedra Lavrada, seguindo esta ordem: 1° - Sítio Arqueológico Tanque do Capim; 2° - Serra das Flechas; 3° - Muralha; 4° - Canta Galo I; 5° - Canta Galo II; 6° - Canta Galo III; 7° - Canta Galo IV; 8° - Pedra Lavrada; 9° - Pedra do Solon; 10° - Quixaba; e por fim, Baixa Verde (Mapa 4).

MAPA 4- 2° ROTEIRO SERIDÓ/ PEDRA LAVRADA



Autoria: CADIGEOS

Por consequência, este roteiro proporcionará um diferenciado atrativo histórico-cultural, aliado ao processo de valorização e preservação da história e de fatos ocorridos com a população local, apresentando-os com um amplo espaço sociabilizador, além da oportunidade de negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das etapas da pesquisa e dos resultados obtidos por intermédio das informações das prefeituras e entrevistas realizadas com pessoas que vivenciam a realidade da região, observou-se que a região tem utilizado pouco ou quase nada do seu potencial turístico, especialmente por meio dos registros dos primeiros humanos do Seridó. Foi com essa preocupação que buscamos aceitar o convite para analisar geograficamente os elementos da paisagem dessa microrregião do Seridó Oriental paraibano, proporcionando a inclusão da atividade de turismo como alternativa de desenvolvimento.

Constatamos a necessidade de investimento por parte das prefeituras no que se refere à catalogação dos seus sítios, além da própria gestão desses investimentos em infraestrutura e conscientização da população local sobre sua importância. Destarte, esse planejamento é relevante, tendo em vista a implantação do conjunto de atividades com bases sustentáveis e de proteção cultural, além da contribuição para a convivência dos moradores do semiárido.

Sugerimos, portanto, o incentivo a pesquisas acadêmicas que visem à inclusão de atividades que permitam um desenvolvimento que distribua mais equitativamente os benefícios econômicos e proteja o meio ambiente, bem como a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes. Esperamos, ainda, acabar com a velha impressão de que o Nordeste só pode viver de turismo em áreas litorâneas, com sol, praia e mar além disso, temos elementos culturais e naturais no interior com grande potencialidade, tais como o local estudado.

REFERÊNCIAS

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiquíssima**. João Pessoa: A União, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3153&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 256p.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Ocorrências de Itacoatiaras na Paraíba**. João Pessoa: JRC - Gráfica e Editora, 2007. 82 p.

PROGRAMA de Conscientização Arqueológica. **Relatório Parcial das atividades do PROCA no município de Pedra Lavrada**. Campina Grande: UEPB, 2003.

VASCONCELOS, Santiago Andrade. Região do Seridó no período da globalização: Alguns aspectos da psicofera. In: **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, 15, 2010, Porto Alegre-RS. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: AGB, 2010.p. 1-9.

ORGANIZADOR E AUTORES

Xisto Serafim de Santana de Souza Junior (Organizador)

É geógrafo e mestre em Geografia pela UFPE. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/Campus de Presidente Prudente (SP) e professor do curso de Geografia Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UAG/UFCG). Desenvolve pesquisas sobre produção dos espaços urbanos, análise regional, estudos sobre violência urbana e produção do espaço turístico. Tem experiência no desenvolvimento de pesquisas qualitativas. É líder do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial - GIDS (<http://www.GIDSufcg.com.br>)

e-mail: xisto.souza@pq.cnpq.edu.br

Martha Priscila Bezerra Pereira

Docente do curso de Geografia da UFCG - campus Campina Grande. Bacharel em Geografia pela UFPB (1998), mestre em Geografia pela UFPE (2001) e doutora em Geografia pela UNESP - campus Presidente Prudente (2008). Tem experiência na área de análise de paisagens que interferem no processo saúde-doença humana, e na de avaliação de políticas públicas com ênfase nos níveis de competências e habilidades desenvolvidas por trabalhadores da ESF e VAS, Metodologia da Pesquisa e Trabalho de Campo. É líder do Grupo de Pesquisa em Geografia para Promoção da Saúde - PRÓ-SAÚDE GEO

e integrante, como pesquisadora do GIDS - UFCG e do Observatório de Geografia da Saúde (UNESP-PP). Atualmente faz parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB (desde 2015) e desenvolve pesquisas na área de práticas alternativas, complementares e integrativas em saúde.

E-mail: mpbcila@yahoo.com.br

Jordânia Alyne Santos Marques

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, campus de Campina Grande-PB. Mestranda em Geografia pelo programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, sob orientação do professor Doutor Alessandro Dozena. É integrante do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial - GIDS/UFCG e do Grupo de Pesquisa Festa, Identidades e Territorialidades - FIT/UFRN.

E-mail: jordania_GIDS@yahoo.com.br

Luiz Manoel da Silva

Cursa Geografia (licenciatura) na Universidade Federal de Campina Grande. Participou, como aluno da IC, dos projetos "Lugares Turísticos como Espaços da Promoção da Saúde: estudo exploratório na mesorregião do agreste - PB" (PIVIC/UFCG - 2014-2015) e "Lugares Turísticos como Espaços da Promoção da Saúde: avaliação de municípios no Estado da Paraíba" (PIBIC/CNPq/UFCG - 2015-2016). Atualmente trabalha na IC no projeto "Limites e Potencialidades da Expansão das Práticas Alternativas, Complementares e Integra-

tivas em Saúde em Campina Grande - PB" (PIBIC/CNPq/UFCG - 2016-2017). Integra o grupo de pesquisa Geografia para Promoção da Saúde - PRÓ-SAÚDE GEO desde 2014.

E-mail: luiz_manoel17@outlook.com

Marcicleide da Silva Milanez

Graduada em Geografia na UFCG, campus de Campina Grande. Membro do grupo de pesquisa GIDS (Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial - GIDS). Vinculada à linha de pesquisa GEDURB desde 2013. Desenvolve pesquisas na área de desenvolvimento urbano e regional, com ênfase em estudos sobre a produção de espaços turísticos, dentre os quais se destaca o estudo sobre Campina Grande e região de influência. Participa do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (edital Universal 2013)

E-mail: marcicleidemilanez@hotmail.com

Yury Araújo de Lima

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - 2017), pesquisador do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial - GIDS. Desenvolve pesquisas na produção dos espaços urbanos, e produção do espaço turístico. Entusiasta das tecnologias, estuda Engenharia da Computação no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) para aprimorar seus conhecimentos na criação de softwares e hardwares destinados à produção dos conhecimentos geográficos e tecnológicos.

E-mail: yury.limao@gmail.com

Formato 15x21 cm
Tipologia Minion Pro
Nº de Pág. 175

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

